

**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA
REVISÃO E REDAÇÃO**

SESSÃO: 222.2.52.O

DATA: 20/10/04

TURNNO: Vespertino

TIPO DA SESSÃO: Ordinária - CD

LOCAL: Plenário Principal - CD

INÍCIO: 14h

TÉRMINO: 20h02min

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

| Hora | Fase | Orador |
|--------------|-------------|---------------------|
| 16:54 | GE | LUIZ BASSUMA |

Incluídos os seguintes discursos: do Deputado Daniel Almeida proferido na Sessão Ordinária da Câmara dos Deputados nº 204, realizada em 5 de outubro de 2004; do Deputado Daniel Almeida proferido na Sessão Extraordinária da Câmara dos Deputados nº 205, realizada em 6 de outubro de 2004; do Deputado Daniel Almeida proferido na Sessão Extraordinária da Câmara dos Deputados nº 207, realizada em 6 de outubro de 2004.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ata da 222ª Sessão, em 20 de outubro de 2004

Presidência dos Srs.
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

ÀS 14 HORAS COMPARECEM À CASA OS SRS.:

João Paulo Cunha
Inocêncio Oliveira
Luiz Piauhyllino
Geddel Vieira Lima
Severino Cavalcanti
Nilton Capixaba
Ciro Nogueira
Gonzaga Patriota
Wilson Santos
Confúcio Moura
João Caldas



I - ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 333 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II - LEITURA DA ATA

O SR. PEDRO CHAVES, servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Passa-se à leitura do expediente.

O SR., servindo como 1º Secretário, procede à leitura do seguinte

III - EXPEDIENTE



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Finda a leitura do expediente,
passa-se ao

IV - PEQUENO EXPEDIENTE

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Mauro Benevides.



O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em sessão solene a ser realizada amanhã, no plenário da Assembléia Legislativa do Ceará, estará sendo comemorado o transcurso dos 95 anos de existência do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, instituição que há prestado os mais relevantes serviços à região nordestina, contribuindo para atenuar a carência hídrica de que se ressente aquela faixa territorial do nosso País.

Fundada, ainda em 1909, sob a denominação da IFOCS, a referida autarquia foi responsável, nos seus primeiros momentos, pela construção de reservatórios para armazenamento d'água, desdobrando-se essa tarefa com a construção de canais de irrigação, mesmo com recursos orçamentários limitados, que impedem uma maior abrangência da magna tarefa.

Recorde-se que, ainda na gestão do Presidente Juscelino Kubitschek, foi construído o açude Orós, apontado na ocasião, por sua capacidade de 4 bilhões de metros cúbicos, como iniciativa que projetou a engenharia brasileira, ao mesmo tempo em que favoreceu o desenvolvimento de populosa área da região jaguaribana.

Hoje, o açude Castanhão, com 6 bilhões de metros cúbicos, é apresentado como exemplo da capacidade empreendedora da tradicional autarquia, em condições de solucionar questões cruciais que se abatiam sobre nosso Estado, inclusive a própria Capital cearense, abastecida pelos rios Riachão e Pacoti que, em época de normalidade, atendem satisfatoriamente às necessidades da nossa metrópole.



À frente do DNOCS, encontra-se, no momento, o engenheiro Eudoro Walter Santana, que se tem empenhado para que aquele ente público atenda aos seus objetivos primordiais, para o que há contado com o apoio do Ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, bem como do próprio Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Embora a sua ação se estenda por todas as unidades federadas nordestinas, é inegável que o Ceará detém expressivo número de açudes de médio e grande portes, como os já citados e mais o Banabuiú, o General Sampaio, o Pentecoste, o Fogareiro — este no Município de Quixeramobim, alcançando o potencial de 140 milhões de metros cúbicos, alimentando a bacia do rio do mesmo nome e a barragem situada na sede urbana daquela comuna.

Enfrentando, ao longo de sua existência, dificuldades financeiras que embargam as respectivas programações de trabalho, mesmo assim o Departamento há sabido cumprir o seu histórico papel em nosso processo de desenvolvimento econômico.

Como ex-integrante do Conselho de Administração do DNOCS, na condição de Presidente que era do Banco do Nordeste do Brasil, acompanho os lances mais expressivos de sua ação benfazeja, procurando oferecer minha modesta contribuição para que seus objetivos fundamentais não sofram solução de continuidade.

Relembro, por imperativo histórico, alguns nomes de diretores do referenciado órgão, desde Arrojado Lisboa, Pereira de Miranda, José Cândido Paulo Pessoa, José Lins Albuquerque, Uirandé Augusto Borges e tantos outros que impulsionaram,



cada qual em sua época, as suas múltiplas atividades, atenuando os efeitos dramáticos das cíclicas estiagens que se abateram sobre nós.

Saúdo, pois, desta tribuna, o DNOCS pelos seus 95 anos, cumprimentando seus dirigentes e funcionários, bem como os que, na inatividade, anseiam por melhores condições de funcionamento da tradicional instituição, que honra as nossas tradições de resistência às intempéries que periodicamente nos atingem, de maneira implacável, numa saga de sofrimentos que “faz do sertanejo um forte”.



O SR. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, gostaria de dizer a V.Exa. e aos meus companheiros que está acontecendo no Estado do Rio de Janeiro algo minimamente absurdo. Como esta é a Casa de leis, venho pedir a V.Exa. que determine à Procuradoria da Câmara dos Deputados que, em nome deste Parlamento — portanto, em nome da feitura da lei — provoque o Ministério Público Federal ou o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro para tomar algumas atitudes.

V.Exa. sabe que nós, do PFL do Estado do Rio de Janeiro, estamos apoiando em Niterói, no segundo turno das eleições, o Prefeito Godofredo Pinto, em Nova Iguaçu, o Deputado Lindberg Farias, do PT, em São João de Meriti, o Deputado Sandro Matos, nosso colega do PTB, em coligação com nosso partido, e, no Município de Duque de Caxias, o atual Prefeito Zito, com a candidatura de Laury Villar,

Finalmente, no Município de Campos dos Goytacazes, nós, do PFL, o PSDB, o PT e vários outros partidos estamos apoiando o candidato do PDT, Carlos Alberto Campista.

Sr. Presidente, há 3 dias, tenho lido certa notícia nos jornais do País, especialmente no jornal *O Globo*, e fico absolutamente atônita porque nada acontece. Os jornais são claros. A Governadora do meu Estado mudou-se para a cidade de Campos, e ontem começou um cadastramento para casas populares no valor de 1 real.

Isso não é nada. O mais grave é que essas casas só serão construídas em 2006 e um cadastramento foi feito quando o ex-Governador Anthony Garotinho foi candidato.



Portanto, primeiro, existe um cadastro com 30 mil nomes de pedidos para casa popular; segundo, nenhuma casa foi feita; terceiro, não há necessidade de, a 10 dias das eleições, fazer cadastramento no Município de Campos dos Goytacazes.

Apenas naquele Município, em mais nenhum outro lugar do Estado cadastram-se pessoas para a casa própria a 1 real, que é um programa novo que não vai se dar. No meu entendimento, isso não vai acontecer, como não aconteceu da outra vez. Enfim, enganam as pessoas, e isso não é crime eleitoral. O que é uso da máquina, Sr. Presidente? Gostaria de saber o que é uso da máquina.

Estão cadastrando para um outro programa que se chama Cheque Cidadão, na cidade de Nova Iguaçu, e também não consigo entender por que isso a 10 dias das eleições. Meu Deus do céu, por que é preciso cadastrar-se hoje para uma casa que vai ser construída em 2006?

Portanto, é o uso da máquina pública da maneira mais flagrante e escancarada que já vi nos últimos tempos.

Sou filha de um Senador que não está mais vivo, portanto, nasci na política — e nunca vi nada parecido. Creio que o Deputado Jair Bolsonaro, do Rio de Janeiro, também nunca viu. Na história contemporânea deste Parlamento ou de qualquer Estado brasileiro nunca existiu nada parecido com a vergonha que está acontecendo no Rio de Janeiro.

Portanto, Sr. Presidente, a questão é simples: em nome da verdade, do Parlamento, da legislação que aprovamos nesta Casa, deve V.Exa. pedir à Procuradoria da Câmara dos Deputados que tome as providências necessárias, no sentido de fazer com que o Ministério Público e o Poder Judiciário do meu Estado



manifestem-se em relação a essa vergonha que estamos vendo em todos os jornais do meu Estado.

Muito obrigada.



O SR. DR. ROSINHA (PT-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, em Lisboa, provavelmente neste momento, realiza-se reunião entre os Chanceleres do MERCOSUL e os representantes da Comunidade Européia. Essa reunião é para discutir o Tratado Associativo Birregional MERCOSUL—União Européia. Ao mesmo tempo em que lá está tendo essa reunião, um grupo do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra faz simbolicamente um protesto em frente ao Itamaraty em razão desse acordo birregional.

Por que eu disse simbolicamente? Porque o Itamaraty representa a negociação desse acordo. Portanto, passam pelo Ministério das Relações Exteriores as negociações internacionais. Assim, devem ser demonstradas na frente do Itamaraty as preocupações quanto a esse acordo.

Quais são essas preocupações? A primeira diz respeito à informação escassa que temos. É muito difícil alguém no nosso País, a não ser os negociadores, ter conhecimento de todo o processo. No entanto, o pouco que conhecemos vai contra os interesses da grande maioria da população brasileira, a não ser de alguns setores oligopolistas que serão atendidos, como os do suco de laranja, da soja, da cana-de-açúcar, do metanol e da carne. Para os demais, é preocupante o que se propõe.

Vamos falar em relação à agricultura familiar. Se for aprovado o acordo nos patamares em que se encontra, será a destruição da agricultura familiar em vários setores.

No que diz respeito ao leite era o que mais agredia a agricultura familiar. Felizmente, houve uma regressão nesse processo devido aos protestos da via campesina e à preocupação do próprio Governo brasileiro, representado pelo Ministro Miguel Rossetto, do Ministério do Desenvolvimento Agrário.



Mas ainda avança em setores de produção do alho, do milho e da cebola, e não é possível continuar.

A perspectiva mais otimista da Federação da Agricultura é de que o acordo representará um acréscimo comercial internacional de 2,5 bilhões de dólares para o País; a pessimista fala em 1 bilhão, a curto prazo. A longo prazo, no entanto, mantidas as exigências da União Européia, trará um prejuízo enorme para o País. Perderemos na agricultura familiar, nos serviços, principalmente no que diz respeito a seguros, nas compras governamentais, porque as exigências européias são enormes, e na área do reconhecimento, que eu chamaria, entre aspas, de “patente”, porque é pela produção geográfica.

Quanto à produção geográfica hoje do vinho, por exemplo, o Brasil só tem uma região reconhecida, enquanto a Europa tem inúmeras; quanto ao queijo, nosso País ainda tem limites e nenhum reconhecimento geográfico; eles já têm inúmeras espécies desse produto. O mesmo ocorre com a mortadela e outros produtos.

Portanto, assinar um acordo nesse patamar de negociação é prejuízo para o Brasil. A longo prazo, quando se fizer uma análise estratégica, também perderemos, porque, se cedermos tudo, como exige a União Européia, não teremos mais nada a negociar na ALCA e na OMC, pois já teremos entregue tudo, não só os anéis mas também os braços.

Então, com essa preocupação, como Presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL, venho a esta tribuna tratar do assunto.

Sei que o nosso Governo está atento e que o Itamaraty, bom negociador, não está descuidando desse processo, inclusive, está recebendo representantes dos movimentos sociais. Há duas semanas, recebeu a Via Campesina; neste momento,



o Embaixador Macedo Soares está recebendo representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e dos pequenos agricultores. Mas essa atenção tem que repercutir no processo de negociação.

Espero que hoje, em Lisboa, apenas se dêem os passos futuros da negociação, e não os conclusivos do acordo do MERCOSUL com a Comunidade Econômica Européia. Assinar o acordo no dia 31 só porque Pascal Lamy vai deixar de ser o comissariado não significa avanço para nós. Não estamos preocupados com seu mandato, mas com a soberania nacional e uma vida digna para o povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. JOÃO FONTES (Sem Partido-SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a preocupação da Deputada Laura Carneiro, do Rio de Janeiro, com relação ao abuso da máquina administrativa é procedente. Na realidade, o Brasil inteiro acompanhou, e o Presidente Lula fez o mesmo em São Paulo.

Quando o País tem um Presidente que, de forma explícita, mesmo pedindo desculpa, abusa da máquina eleitoral, cometendo um crime eleitoral — tanto que S.Exa. está sendo notificado pelo Ministério Público e pela Justiça de São Paulo —, lembramos aquela tese dos chineses: *“Os filhos crescem vendo as costas dos pais”*.

A Nação cresce e passa a ter credibilidade na ética, vendo as costas dos seus governantes. Quando o governante maior não dá o exemplo, Deputada Laura Carneiro, fica difícil para os Governadores o seguirem. A eficaz medida seria acabar com a reeleição no Brasil, porque não temos cultura para isso.

Comunico ao País inteiro, particularmente ao nosso Estado, Sergipe, que às 14h30min o Ministro Ciro Gomes virá a esta Casa participar de audiência pública para falar sobre a transposição do Rio São Francisco.

Sr. Presidente, V.Exa. é do Estado de Pernambuco, um Parlamentar que tem uma história nesta Casa e conhece bem os problemas do Nordeste. Os Estados de Sergipe e Alagoas, onde se localiza a foz do Rio São Francisco, não se opõem à transposição desde que se faça um trabalho gigantesco para a revitalização do rio que hoje agoniza. O São Francisco, antes o rio da integração nacional, hoje é o rio da entrega nacional.

O projeto de transposição é por todos conhecido, teve origem no Governo Fernando Henrique Cardoso. Agora, o Presidente Lula, em campanha, foi ao Estado



de Sergipe e disse que não faria a transposição sem a revitalização — muito embora ninguém acredite mais no Presidente Lula. Aliás, no meu Estado, S.Exa. já é conhecido como Pinóquio, porque seu nariz está crescendo muito.

Lutaremos pela revitalização do Rio São Francisco, e para que seja assegurada a apresentação de uma proposta de emenda à Constituição com objetivo de destinar recursos do Orçamento da União para que ela se efetive.

O Presidente Lula disse, no meu Estado, que a transposição que o Presidente Fernando Henrique Cardoso e o então Ministro da Integração Fernando Bezerra queriam fazer servia para ajudar as empreiteiras a bancar as campanhas e beneficiar as fazendas dos latifundiários.

Sr. Presidente, queremos que a água chegue ao Estado de V.Exa., Pernambuco, muito embora não haja atualmente água no Rio São Francisco. A vazão do rio é hoje de 1.800 metros cúbicos, quando já foi de 8 milhões de metros cúbicos. A transposição servirá apenas para a irrigação e o cultivo de camarão nas fazendas dos latifundiários.

Então, vamos pressionar o Ministro para que seja criada uma emenda que assegure a revitalização do Rio São Francisco. Não aceitaremos qualquer medida diferente dessa. Por isso, fechamos, na semana passada, como forma de protesto a ponte de Propriá, que liga os Estados de Sergipe e Alagoas.

Estaremos atentos a essa medida. Queremos que o Congresso Nacional dê um grande passo para a revitalização do Rio São Francisco.



O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há pouco ouvi Deputada do Rio de Janeiro, o meu Estado, manifestar-se a respeito da denúncia de utilização, pelo Governo Estadual, da máquina pública nas eleições municipais.

De forma veemente discordo da nobre Deputada. O Governo do Estado do Rio de Janeiro não utiliza a máquina pública de forma a interferir nas eleições, mas não pode suspender o cadastro de projetos importantes e de alcance social que, se forem interrompidos, prejudicarão exatamente os mais necessitados.

Sr. Presidente, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, do PMDB, visa ao resgate social e ao desenvolvimento local, tanto que a Governadora Rosinha Matheus tem buscado investimentos para implantar programas de geração de emprego.

Era o que tinha a dizer.



O SR. DR. HELENO (PP-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, dando continuidade a um esclarecimento sobre a Deputada Laura Carneiro, quero dizer, como venho fazendo paulatinamente, que não sou contra nenhum governo, mas contra suas ações maléficas. Um governo que se aproveita da máquina eleitoral para distribuir cesta básica em troca de voto — e a Câmara aprova —, que tira 500 milhões de reais da saúde, que já é deficitária em todo País, para o social, esse governante não age como um homem, mas como Adolf Hitler, porque está aproveitando ativamente da boa-fé do povo.

O povo vai receber a cesta básica durante este mês, mas, após as eleições, vai passar 4 anos sofrendo por ter votado em troca de cesta básica. Esse Governo tem qualidade, não podemos negar, mas quando se fala do meu Estado, o Rio de Janeiro, e do meu povo, sou obrigado a levantar a voz.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos em plena campanha eleitoral para o segundo turno das eleições da Baixada Fluminense nas cidades de Duque de Caxias, São João de Meriti e Nova Iguaçu, onde os candidatos já estão nas ruas apresentando suas propostas de governo. A bem da verdade, os candidatos da Governadora Rosinha e de seu marido, Sr. Garotinho, só têm uma proposta: ameaças. Sim, Sr. Presidente, o que se tem conhecimento são apenas as ameaças e uma troca que se torna um acinte ao bom debate democrático, a troca da fome pela cesta básica.

Primeiro vamos tratar das ameaças. Ainda no primeiro turno o casal que governa o Estado do Rio de Janeiro deixou claro que, se os eleitores não votassem nos candidatos da Governadora Rosinha, o Município seria penalizado com a total ausência de verbas do Estado para obras e ajuda à saúde e educação.



Apesar dessa ameaça, até certo ponto infantil, o povo, sempre sábio em suas decisões, não deu a vitória esperada pelo Sr. Garotinho. Isso aconteceu nos grandes Municípios como Niterói, Campos e cidade do Rio de Janeiro, que já consagrou o competente César Maia como Prefeito no primeiro turno. Duque de Caxias, São João de Meriti e Nova Iguaçu estarão no segundo turno. Se, por um lado, os que não estão lendo a cartilha da Sra. Rosinha estão apresentando suas propostas, por outro, como já declaramos, é só ameaça.

Agora surge a ameaça de que, se os eleitores não acompanharem a Sra. Rosinha, os projetos da Farmácia e Restaurante Populares vão acabar. Essa declaração é falsa, mentirosa! A Governadora tem, ainda, 2 anos de administração e ela não tomaria uma decisão absurda como essa.

O segundo tema da campanha dos candidatos da Governadora Rosinha a Prefeito, no segundo turno, é a troca da fome pelas cestas básicas. Sabemos que essas doações vão acabar logo que terminem as eleições, e esse tipo de troca fere completamente a lei eleitoral. Portanto, é necessário que nosso povo analise com cuidado os candidatos, não se deixando levar pelo “canto da sereia”. É necessário que o caráter, o perfil sobre o histórico e o programa de governo sejam vistos. Nada de ameaças, nem troca da fome pela cesta básica. Isso não é correto! Não é o caminho de uma eleição com seriedade!

Em Duque de Caxias, estamos mostrando a história de Zito como o melhor referendo para o candidato que está sendo indicado pelo nosso Prefeito. Existe, atualmente, com uma educação de alta qualidade, com os seus professores como um dos mais bem pagos do Estado, piso de 5 salários mínimos. A sua parte discente registra, atualmente, 100 mil crianças matriculadas em 130 escolas. No período Zito



foram mais de 3.500 ruas saneadas e pavimentadas e mais de 120 praças construídas e reformadas. Tivemos o orgulho de ser o Deputado Federal que mais canalizou verbas para Duque de Caxias. Esse Governo de sucesso, de mais de 87% de aprovação, merece continuar.

O candidato do Zito faz parte do projeto e tem um compromisso de honra de continuar com essa administração vitoriosa .

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



A SRA. LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem porque fui citada.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - V.Exa. foi citada, mas não houve nenhuma agressão. Portanto, não vou conceder-lhe a palavra.

A SRA. LAURA CARNEIRO - Então, V.Exa. me inscreva novamente.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Tarcisio Zimmermann.

O SR. TARCISIO ZIMMERMANN (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, não sou fluminense, Deputada Lauro Carneiro, mas, lendo os noticiários, compreendo a dificuldade que têm de se aqueles que tentam negar o uso da máquina pública no Rio de Janeiro. Como nesta Casa, todos os dias, vários Parlamentares provam que cavalo tem chifre, acatamos esses pronunciamentos. O mais bobo aqui é Deputado Federal, porém o povo brasileiro deixou de ser bobo há muito tempo.

Com certeza, o povo do Rio de Janeiro haverá de reconhecer a veracidade de sua manifestação e, em consequência, condenar o uso da máquina pública, a tentativa de fraudar a legítima vontade popular mediante instrumentos que não são aceitáveis numa democracia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna falar de outro embate eleitoral.

Porto Alegre vive momento de grande importância política. A Deputada Federal Maria do Rosário compõe com o Deputado Estadual Raul Pont a chapa da aliança da Frente Popular, à qual o Partido do Trabalhadores integra, que busca manter na cidade o invejável patrimônio construído ao longo de 16 anos de permanentes mudanças.

Porto Alegre, reconhecida no mundo inteiro como a capital da democracia, abriga o Fórum Social Mundial, extraordinário encontro anual em que as melhores e mais generosas manifestações da humanidade têm espaço, vez e voz.



A cidade avançou inegavelmente em qualidade de vida, na área da saúde. Quando o Governo da Frente Popular assumiu a Capital gaúcha, lá existiam menos de 20 postos de saúde para atender à população. Doze anos depois — diz a Deputada Maria do Rosário, candidata a Vice-Prefeita —, há mais de 140 serviços de saúde. Apesar de ainda não serem suficientes, a cidade é referência de qualidade nessa área.

Um dos mais acalentados sonhos do povo pobre do País, o direito à casa própria, tem sido consolidado pela atual administração da Capital gaúcha, que constrói, mesmo nos períodos mais duros, em que não recebe um centavo de recursos dos Governos Federal e Estadual, mil casas populares, em média, por ano.

A cidade valoriza o pequeno empreendedor, dá apoio à economia popular e solidária e tem um dos melhores sistemas de transporte coletivo do País. Mesmo não morando lá, muitas vezes invejo aqueles que andam em ônibus novos e limpos, com ar-condicionado e adaptados a pessoas portadoras de deficiência; ônibus fabricados para transportar cidadãos dignos — e não gente como se fosse gado —, que ajudam na construção da Capital.

Há 16 anos, a Frente Popular, que une o Partido dos Trabalhadores e partidos aliados, vem mudando Porto Alegre para melhor, construindo a verdadeira cidadania para seu povo.

A cidade tem intensa participação política, e é também referência cultural, pois sua cultura não é embalsamada. Ao contrário, está presente nas ruas, nos bairros, por intermédio das mais diferentes manifestações populares, com respeito à multiplicidade cultural e àqueles que optam conscientemente pela sua diferença.



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Porto Alegre é símbolo mundial de democracia, de construção solidária da política e de cidadania participativa. Queremos continuar governando-a, ao eleger Raul Pont Prefeito e Maria do Rosário Vice-Prefeita, para que tenha mais 4 anos — como os últimos 16 — de mudança, voltados para a cidadania e para a dignidade dos seus habitantes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. VICENTINHO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. VICENTINHO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, encontra-se presente no recinto nosso querido Ângelo Perugini, Prefeito eleito de Hortolândia, interior de São Paulo, acompanhado de sua esposa, Ana Lúcia, Vereadora eleita. A cidade é muito querida, tem 200 mil habitantes e muitos problemas. O Prefeito eleito veio fazer um périplo pela Capital Federal e, no ensejo, visita nossa Casa.



O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) - Esta Presidência dá as boas-vindas ao ilustre Prefeito eleito de Hortolândia, Ângelo Perugini, e a sua digníssima esposa Ana Lúcia, Vereadora eleita.

Informo ao Plenário que também se encontra presente na Casa o Prefeito eleito de Tacuru, Mato Grosso do Sul, do Partido Verde, Dr. Cláudio Rocha, que nos visita neste instante, acompanhado pelo querido José Geraldo Resende.



O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Dr. Ribamar Alves.

O SR. DR. RIBAMAR ALVES (PSB-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, sou do Maranhão, unidade federativa que V.Exa. conhece muito bem. Estado pujante, de terras férteis, o Maranhão pertence à Região Nordeste, sem confrontar a inclemência das secas, e à Região Norte, sem enfrentar o perigo das enchentes amazônicas.

O Maranhão é um Estado glorioso. Todavia, seguidos anos de desmandos administrativos e de políticas equivocadas têm feito não com que seja um dos mais pobres do Brasil, mas, sim, o mais pobre.

Passo agora a me referir a 14 de fevereiro de 1979. Quando nesta Casa adentrou o jovem Deputado eleito pela ARENA, Edson Vidigal, hoje Presidente do Superior Tribunal de Justiça, para a honra do Maranhão, S.Exa. se reportou a documento da Secretaria de Planejamento da Presidência da República segundo o qual o Maranhão era o Estado mais empobrecido da Nação, ficando acima apenas ao do Piauí.

Vinte e cinco anos depois, a situação de empobrecimento está pior: o Estado apresenta o menor Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil, a maior concentração de renda, um número desumano de desempregados e um déficit de moradia absurdo. Algumas de suas cidades — como Santa Inês, a mais importante do Estado, pela sua posição geográfica, de onde venho — não têm um metro de saneamento básico. E o Estado recebe por mês para a área de saúde 1 milhão de reais.



Esse quadro de horror e crueldade para com aquele povo tem um propósito: manter no poder aqueles que usam e abusam da máquina administrativa para se locupletarem.

Aqui tenho ouvido discursos em que se denuncia a oferta de cestas básicas no Rio de Janeiro, Estado rico, politizado, em que maioria do povo é alfabetizada. Imaginem então o que acontece no Maranhão, onde 70% da população é analfabeta?

Fui candidato a Prefeito de Santa Inês com um discurso ético e de luta pela justiça social. As pesquisas de opinião pública davam como certa minha eleição com mais de 10 mil votos de diferença, num colégio de 47 mil eleitores. Mas o que fizeram? Assaltaram a cidade na madrugada, como fazem os bandidos. Utilizaram-se de 200 mototaxistas e de mais de 500 carros financiados pelo crime organizado implantado no Maranhão. A CPI do Narcotráfico foi àquela cidade — inclusive a Deputada Laura Carneiro lá esteve — e, nas suas conclusões, indiciou o então Prefeito Municipal de Vitorino Freire, Juscelino Rezende, que vem a ser cunhado do candidato que me tomou a eleição em Santa Inês.

Além do crime organizado, o tráfico de drogas também está implantado na minha cidade. Porque não há como justificar um ex-professor de escola privada, que ganhava menos de um salário mínimo por mês, em 4 anos construir um posto de gasolina no valor de 3 milhões de reais e ter na sua conta não menos do que 1 milhão de reais.

Tudo foi feito para mudar a vontade do povo: distribuição de cestas básicas, doação de piladores de arroz, compra de votos, compra de igrejas evangélicas na figura dos pastores — não aqueles que vêem em Deus o caminho da verdade, mas



aqueles que vêem em Deus apenas um meio de vida e usam a igreja como pedágio para chegar ao céu. Compraram a consciência do povo, aproveitando-se da vulnerabilidade do que existe de melhor no homem: a dignidade; compraram a dignidade do povo, que vive na fragilidade da fome, da miséria e da falta de moradia.

Faço esta denúncia, Sr. Presidente, porque em Santa Inês circula uma carta com ameaças às pessoas que vão depor contra os que comandam o crime na cidade. Essa carta, anônima, tem apenas o intuito de intimidar a população, porque as provas são gritantes. Mas a Justiça no Maranhão está mudada, o Brasil está mudando, e a sujeira do passado há de ser passada a limpo.

Entramos com várias ações na Justiça. Já na próxima semana as primeiras sentenças surgirão, atendendo à vontade do povo, que clama por mudanças em Santa Inês e no Maranhão.

Este meu pronunciamento tem também o propósito de repudiar a maneira vergonhosa como a política vem sendo feita em todo o País, pois as denúncias de irregularidades surgem de norte a sul, de leste a oeste.

Precisamos aprovar a reforma política, para que o povo brasileiro tenha consciência de que está escolhendo o que há de melhor para o País.

Muito obrigado.



O SR. JÚLIO LOPES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JÚLIO LOPES (PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tomou posse na Direção do Hospital Souza Aguiar, importante instituição de emergência do Rio de Janeiro e exemplo para o Brasil, o ilustre cardiologista Dr. Carlos Scherr.

A população do Rio de Janeiro tem esperança de ver o seu maior hospital de urgência reformulado e reenquadrado ao QualiSUS.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Jair Bolsonaro.

O SR. JAIR BOLSONARO (PTB-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, cumprimento o Comandante do Exército pela nota do Centro de Comunicação Social do Exército — a de hoje apenas complementa aquela outra.

O que me surpreende, Sr. Presidente — e lamentavelmente a mídia não nos dá o devido espaço —, é que setores da esquerda, como o PT, continuem mentindo sobre as atividades dos militares, que começaram, na verdade, antes de 1964.

O PT esquece-se de que é Governo. O PT esquece-se da Lei de Anistia — e lei é para ser cumprida. Mais ainda: o PT não está acostumado a ouvir verdades.

O regime militar de 1964 salvou, realmente, como disse a nota do Comandante do Exército, o Brasil de uma comunização. Só um idiota pode acreditar que os guerrilheiros da esquerda — PCdoB, PCB e PT hoje em dia —, a soldo de Cuba, iam financiar a democracia em nosso País.

O PT, tão zeloso quando fala em tortura, impede que fatos referentes ao assassinato do Prefeito Celso Daniel sejam investigados.

O Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh não quer que a morte do Prefeito Celso Daniel, episódio que envolve o PT, seja investigada. Por quê? Logicamente, porque será mostrada a podridão que é o PT.

Já que o assunto aqui gira em torno de uma foto do jornalista Vladimir Herzog, quero abordar outro importante tema sobre o qual tanto se está falando atualmente. Por exemplo, a imprensa não divulga que existe um guerrilheiro, um terrorista na Casa Civil, o Sr. José Dirceu.



O Ministro da Casa Civil, Sr. José Dirceu, integrante da Vanguarda Popular Revolucionária, em 1968 lançou ladeira abaixo um carro-bomba em São Paulo, ocasião em que veio a falecer o então soldado Mário Kozel Filho, com apenas 18 anos de idade. Trata-se de um ato terrorista bárbaro. Logo, temos um terrorista na Casa Civil.

A esquerda fala em CPI para o caso do jornalista Vladimir Herzog, mas não tem a mesma posição quanto ao caso José Dirceu.

O PT também não quer investigar o fato de o Tenente Alberto Mendes Júnior ter sido assassinado a pauladas, depois de ter sido aprisionado pelo grupo do Lamarca e de ser barbaramente torturado, sendo, inclusive, obrigado a engolir os próprios testículos. O PT não quer discutir isso. O PT continua posando de santo, de anjo que queria derrubar a tal ditadura militar.

O PT deveria olhar um pouco mais para Cuba, mas com outros olhos, e não com olhos de amigo. Em Cuba, segundo o Presidente da Câmara Ibero-Americana de Comércio, até hoje foram fuzilados 5.621 cidadãos, foram assassinados extrajudicialmente 1.163 pessoas e mais 1.081 presos políticos foram mortos por maus-tratos em presídios. Em Cuba, chega a 77 mil o número de pessoas mortas. E o PT, principalmente o Deputado José Dirceu, quando se sente abatido aqui no Brasil, vai recarregar suas baterias em Cuba. É essa a democracia que o PT sempre quis implantar em nosso País, o que, graças a Deus, os militares evitaram.

Ninguém pode negar o progresso, em todos os sentidos, que o Brasil obteve, de 1964, com Castelo Branco, a 1986, com João Figueiredo. O Brasil cresceu assustadoramente.



Lamento que o jornal *Correio Braziliense*, há poucas semanas, tenha feito um estardalhaço sobre a Guerrilha do Araguaia. Afirmo que, graças a Deus, os militares aniquilaram os marginais do Araguaia; caso contrário, hoje teríamos uma FARC no coração do Brasil. Agora o *Correio Braziliense*, a soldo do PT, joga essa matéria na edição de domingo, para colocar uma cortina de fumaça no que está ocorrendo com o Programa Bolsa-Família, ou seja, um festival de corrupção por parte do PT.

Sr. Presidente, a anistia foi feita para todos. Não podemos aceitar esse trabalho insidioso e revanchista do PT, em especial do Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, que está indo muito bem com seus negócios de anistia — quanto mais pseudotorturados aparecerem, melhor. Por exemplo, o chefe do seu gabinete acabou de faturar mais de 1 milhão de reais a título de indenização.

O *Diário Oficial* desta semana publica ato que concede uma indenização ao Deputado Luciano Zica. Pergunto: o que ele sofreu no regime militar?

O Deputado Luciano Zica receberá indenização no valor de 1 milhão e 300 mil reais, mais 3 mil reais de pensão, cujo valor, segundo ele, vai passar para 9.200 reais, sem Imposto de Renda. Isso é uma esculhambação! E o PT, meus colegas, reservou no Orçamento, até o final da gestão Lula, 1 bilhão de reais para esses pseudotorturados, esses espertalhões. Que doce ditadura ocorreu em nosso País!

Lamentavelmente, Sr. Presidente, repito o que já disse no passado: se o regime militar fosse realmente para valer, muitos marginais não estariam no Planalto hoje em dia.



O SR. CARLOS SANTANA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. CARLOS SANTANA (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria que o Líder ou algum Vice-Líder do PT viesse à tribuna para rebater as palavras do Deputado Jair Bolsonaro. Não dá para permanecer calado em situações como essa.

Sr. Presidente, tenho o maior respeito por V.Exa. e pela sua postura, mas não posso impassivelmente assistir ao PT ser atacado. A Liderança do partido tem de vir à tribuna defender o PT.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - V.Exa. é Parlamentar experiente e sabe que em discursos no Pequeno Expediente não há apartes. Os Deputados do PT podem rebater esses ataques na mesma linha. A Presidência já determinou que qualquer palavra ofensiva ou anti-regimental seja retirada do discurso. Mais do que isso não pode fazer.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Tem a palavra o nobre Deputado Medeiros.

O SR. MEDEIROS (Bloco/PL-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com imensa satisfação que venho a esta tribuna para elogiar o desempenho do Sr. Ministro da Justiça, Dr. Márcio Thomaz Bastos, com a instituição do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual, órgão colegiado consultivo, integrante da estrutura básica do Ministério da Justiça e que tem por finalidade elaborar as diretrizes para a formulação e proposição de plano nacional de combate à pirataria, à sonegação fiscal dela decorrente e aos delitos contra a propriedade intelectual.

Com essa iniciativa, o Sr. Ministro põe em prática sugestão contida no relatório da CPI da Pirataria, elaborado pelo Deputado Josias Quintal, que, entre outras propostas, sugeriu a elaboração de um plano nacional de combate a essa modalidade delituosa. A adequação da idéia formulada pelo Sr. Ministro atende perfeitamente ao propósito do relatório e da Comissão. Tenho a convicção de que esse conselho prestará relevantes serviços ao País, com idéias inovadoras, capazes de enfrentar a ousadia desses criminosos que dilapidam empregos, tributos e riquezas do nosso País.

Por outro lado, Sr. Presidente, é de conhecimento de todos desta Casa a torpe armação de advogados do Sr. Law Kin Chong, por meio de expediente jurídico duvidoso, associada a várias matérias publicadas em órgãos de imprensa escrita e falada, numa total inversão dos fatos ocorridos durante os trabalhos da CPI, principalmente no episódio de escuta e gravações das conversas, feitas inicialmente por um assessor da CPI, articulado com a direção da Polícia Federal em Brasília.



Relutei muito em responder a essas aleivosias, pois imaginava que os fatos haviam ficado muito claros no final dos nossos trabalhos, principalmente pela grande divulgação e repercussão positiva que o caso adquiriu nos meios de comunicação.

Terminados os trabalhos, passei a dedicar quase todo o meu tempo em relacionamentos na alçada do Poder Executivo, principalmente no Ministério da Justiça, para que as sugestões da CPI tivessem boa, eficiente e eficaz acolhida. No entanto, Sras. e Srs. Deputados, aqui e acolá, têm aparecido reportagens em quase todos os veículos de comunicação, com posições absolutamente invertidas, imprimindo lenta e crescente formação de uma nova verdade.

Se dissesse que não estou preocupado, estaria mentindo, pois conheci de perto o poder de pressão e de corrupção do Sr. Law Kin Chong. Trata-se de um esquema bem-montado por profissionais que podem, de fato, criar dúvidas nos tribunais.

Quero, no entanto, informar a esta Casa que estou reunindo todos aqueles que colaboraram conosco e participaram do acompanhamento das escutas e gravações, principalmente os procuradores da República, delegados e agentes da Polícia Federal, para responder, adequada e conjuntamente, a esta grande armação que, não tenho dúvida, visa tão-somente tirar o Sr. Law Kin Chong da prisão.

Temos todas as evidências de que se trata de um homem muito rico, que contratou um batalhão de advogados e colaboradores, homem que não segue um padrão ético esperado, mas é capaz de incutir dúvidas, mecanismo capaz e suficiente para tornar a prova imprestável para a sua condenação.

Eles sabem disso e é exatamente o que pretendem. Estão comprando alguns jornalistas, estão comprando espaço na nossa imprensa e fazendo toda uma



articulação para criar um clima favorável ao julgamento do Sr. Law Kin Chong. O julgamento do novo pedido de *habeas corpus* se dará nos próximos dias. Há toda uma manobra que, infelizmente, envolveu parte da nossa imprensa. Não sei por que razão a imprensa se deixou levar na defesa de um criminoso, de um homem que é chefe de uma grande máfia. Vamos provar tudo isso. Algumas coisas acontecerão e poderemos provar.

Quero aqui chamar a atenção dos profissionais de imprensa. Faz-se necessário que sejam imparciais, oferecendo sempre a oportunidade da contradita. Estão criando uma falsa realidade no País.

Sr. Presidente, o trabalho da CPI terá continuidade no combate à pirataria e à falsificação. Tenho certeza de que o crime organizado não vencerá, porque o Ministério Público, a Polícia Federal e este Congresso Nacional estão atentos.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.



O SR. ZÉ LIMA (PP-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a história de um país é escrita pela memória de seu povo, e a história do Estado do Pará tem sido escrita pela lembrança de grandes personalidades que souberam registrar seus nomes nos anais da vida e do desenvolvimento de seu povo.

Dentre os milhares de brasileiros que chegaram ao Pará no afã de sedimentar suas trajetórias, destaco o jornalista e empresário Rômulo Maiorana, cujas atividades inicialmente voltaram-se ao comércio, ramo em que, com arrojo, firmou-se em Belém com uma das maiores redes de lojas das décadas de 60 e 70.

Todavia, entendeu certamente aquele homem que deveria mudar o curso de sua vida, voltando-se então ao ramo das comunicações, destacando-se pela evolução empresarial das atividades desenvolvidas em jornal, rádio e televisão.

Lamentavelmente deixou-nos cedo, morrendo aos 62 anos de idade, ainda jovem, mas sua trajetória e seus ensinamentos permanecem vivos na memória do povo paraense ainda hoje.

Seus familiares, tendo à frente a Sra. Lucidéia Maiorana, têm conseguido não apenas dar continuidade a sua obra, mas também implementar mudanças e expandir a área de atuação do grupo empresarial denominado Organizações Rômulo Maiorana.

Se vivo estivesse, aquela importante figura do cenário paraense completaria na data de hoje 82 anos de idade, e o povo do Pará certamente estaria muito orgulhoso em ter sua companhia, tendo em vista o eterno agradecimento pelos ensinamentos deixados e obras realizadas.



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, transmito à Sra. Lucidéia Maiorana e filhos os mais singelos agradecimentos, em nome de todos os paraenses, por terem dado continuidade à grandiosa obra do nosso estimado Rômulo, especialmente pelo comando do grupo, com altivez e independência, livre de influências em sua linha de comportamento.

Entendo que, da forma como atuam, as Organizações Rômulo Maiorana reforçam a grandiosa relevância da imprensa brasileira, por meio do seu posicionamento marcadamente a favor dos menos favorecidos e, em especial, buscando incessantemente o desenvolvimento de nossa região.

O Grupo Liberal, integrante das Organizações Rômulo Maiorana, sempre adotou comportamento transparente, muitas vezes, é verdade, sofrendo graves conseqüências por não permitir a interferência de forças estranhas em sua linha de conduta, sempre caracterizada pela independência, que sempre foi a marca maior, não apenas de Rômulo, mas também de todos aqueles que foram chamados a compartilhar do trabalho desenvolvido pelo grupo que um dia ele fundou.

Assim, podemos dizer que perdemos o saudoso Rômulo, mas ganhamos vários outros Rômulos, através da abnegação de Dona “Déia” e seus filhos, que trabalham não apenas em benefício de seus empreendimentos, mas, acima de tudo, em prol do desenvolvimento do Estado do Pará, motivo pelo qual a esses também seremos eternamente gratos.

É como se diz: *“morre um homem, não suas idéias”*.

Sr. Presidente, esta era a homenagem que queria fazer à Organização Rômulo Maiorana.



Passo a abordar outro assunto, Sr. Presidente. Transcorreram nos dias 15 e 18 do corrente mês as comemorações alusivas ao Dia do Professor e ao Dia do Médico, respectivamente.

Não poderia, de forma alguma, deixar de manifestar-me sobre categorias fundamentais ao desenvolvimento de qualquer país, mas que, no caso do Brasil, têm recebido pouca atenção.

Tenho assistido a reportagens que deixam todos os brasileiros perplexos, senão incrédulos, acerca de atos atentatórios à dignidade dos professores, muitas vezes levados a trabalhar sem as mínimas condições, até em locais degradantes.

Como exemplo, cito a reportagem exibida no programa *Fantástico* do dia 17 de outubro de 2004. Entre as entrevistadas estava uma senhora — não me recordo de que lugar do Brasil — que declarou ceder parte de sua casa para garantir o funcionamento de uma sala de aula.

Na ocasião, confessou em sua simplicidade que jamais fora aquinhoadada com uma cadeira ou mesa para desenvolver suas atividades.

Dessas pessoas o Brasil está cheio, é preciso que se diga, com salários irrisórios, que muitas vezes têm que usar para matar a fome que atinge seus alunos.

O Governo brasileiro deve estabelecer prioridades em suas linhas de ação, elegendo a educação e a saúde como as mais urgentes dentre todas as áreas.

Ao professor, como instrumento de disseminação do conhecimento, dever-se-ia, no mínimo, tentar preservar a dignidade profissional.

É lamentável, mas todos sabemos que existem professores que sequer recebem um salário mínimo, os quais são obrigados a viver na miséria enquanto atendem pessoas mais miseráveis ainda.



Resta a esses abnegados profissionais apenas o respeito e o carinho de seus alunos, pois do poder público nada esperam receber em troca do muito que contribuem para o desenvolvimento do País.

Na área médica, outra categoria que pouco teve a festejar durante o transcurso de sua data magna, não foge à regra o tratamento recebido do Governo brasileiro.

É preocupante a questão da má-formação, já que as universidades se proliferam sem que a qualidade do ensino evolua em mesmo grau. Foi o que ficou constatado em levantamento recente a que procedeu o MEC.

As universidades federais, por sua vez, passam por crises financeiras há décadas, não dispondo de recursos suficientes para sua modernização, o que reflete diretamente na formação dos profissionais que coloca no mercado.

Por outro lado, não existe qualquer política de incentivo às especializações e aprimoramento dos conhecimentos. Os bacharéis saem das faculdades de Medicina com o pouco que conseguiram aprender, sendo raros os anos em que não enfrentaram greves.

Com isso, os médicos formados em clínica geral passam a atender em todas as especialidades para as quais não se prepararam suficientemente.

Por outro lado, as Prefeituras Municipais, sempre tão carentes de recursos, contratam esses profissionais por salários incompatíveis com o exercício da Medicina, atraindo, em consequência, médicos recém-formados que na maioria dos casos sequer fizeram residência médica, pois até para isso a concorrência no Brasil é desumana, sendo poucos os Estados que oferecem vagas em todas as especialidades.



Cito como exemplo o meu Estado que, embora tenha evoluído bastante, dispõe de apenas três ou quatro hospitais que oferecem residência médica, com oferta de vagas limitadíssimas, não deixando alternativa aos médicos, a não ser lançar-se ao mercado de trabalho, mesmo sabendo dos riscos que correm caso algo venha a dar errado.

Assim, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna solidarizar-me com essas duas categorias, dizendo que acompanho diuturnamente os problemas que enfrentam e que aqui sempre estarei cobrando das autoridades competentes melhores condições de trabalho.

Apelo para o Governo Federal a fim de que, ao apurar irregularidades em seus programas assistenciais, verifique também as anomalias aqui apontadas, especialmente no que se refere aos professores das zonas rurais, determinando programas voltados ao seu aprimoramento.

Não é mais possível conviver com a crise em que a saúde e a educação foram mergulhadas, enquanto assistimos ao Governo contingenciar a aplicação de recursos nessas áreas, tendo em vista a necessidade de produção de superávit que atenda as exigências dos organismos internacionais.

Agindo assim, estaremos condenando o Brasil a permanecer no Terceiro Mundo, sem qualquer objetivo aparente, pois é isso que um país sem educação e saúde sempre será: subdesenvolvido.



O SR. CARLOS SANTANA (PT-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiramente, peço desculpas aos companheiros ferroviários, porque hoje viria a esta tribuna para exigir do Governo o pagamento dos 14% a que fazem jus os trabalhadores ferroviários e aposentados, que há mais de 5 meses não recebem.

Mas, infelizmente, Sr. Presidente, tenho de me posicionar contrariamente a discurso proferido por outro Parlamentar. Sou de família militar, por parte de mãe, tendo sido a vida inteira sustentado com o dinheiro do Ministério do Exército. E ainda hoje tenho irmãos militares. Por isso, fico triste ao ouvir do nobre Deputado Jair Bolsonaro críticas ao Partido dos Trabalhadores.

Sr. Presidente, sou operário e estou no quarto mandato de Deputado Federal. Tenho certeza de que não conseguiria me eleger Parlamentar por outro partido, porque não tenho recursos — sou um simples caldeireiro, com muito orgulho.

Deputado Jair Bolsonaro, não queremos voltar aos tempos de 1964, época em que eu só tinha 3 anos de idade. Vivemos outra realidade. Apesar do ataque feito ao Partido dos Trabalhadores, sabemos que a luta dos militares, hoje, é por melhores salários. Não devemos tentar reviver momento crucial da história deste País, quando vários companheiros tomaram posição ideológica. E se eu tivesse vivenciado os acontecimentos daquele momento, também estaria ao lado deles.

Espero que o companheiro se retrate diante do Partido dos Trabalhadores. Espero que tudo aquilo que foi dito seja retirado dos Anais da Casa, porque o Partido dos Trabalhadores não pode ser atacado da forma como o foi. Isso é muito triste. Dias atrás estávamos fazendo uma parceria na cidade do Rio de Janeiro, caminhando lado a lado para colher votos e eleger nossos Vereadores. E agora vemos esse ataque.



Sr. Presidente, peço desculpas por me manifestar contrariamente a um colega Parlamentar. É a primeira vez, em meu quarto mandato, que o faço. Espero que isso nunca mais aconteça na minha vida parlamentar. Espero que o Partido dos Trabalhadores seja tratado de forma respeitosa, como todos os partidos devem ser tratados. Se há problema pessoal com um ou com outro, que se chegue e diga. O partido é um conjunto de pessoas e tem que ser respeitado com um todo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. VICENTINHO (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, amigas e amigos, vou fazer referência a tema que certamente voltará à baila nas discussões da Casa: a reforma trabalhista e sindical.

Hoje, em reunião na Comissão de Trabalho, assistimos a palestra muito interessante do Sr. Antônio Baylos Grau, professor catedrático que viveu a experiência da reforma trabalhista e sindical na Espanha e trouxe muitas novidades para o Brasil.

A primeira novidade refere-se à relação entre capital e trabalho. Na Espanha, como ocorre hoje no Brasil, havia a intenção de Parlamentares ligados aos empresários e também dos empresários de precarizar as condições de trabalho. Usando a palavra “flexibilidade”, pretendiam flexibilizar os direitos trabalhistas. Pela experiência vivida, tanto empresários quanto trabalhadores chegaram ao entendimento de que não era conveniente a precarização das condições de trabalho.

Proceder a uma reforma que signifique redução de direitos dos trabalhadores é, no mínimo, matar a galinha dos ovos de ouro, ou seja, prejudicar aqueles que precisam ser bem tratados para produzir, votar, consumir e viver bem. Os trabalhadores não podem, em hipótese alguma, sofrer as consequências da tentativa de promoção da flexibilização dos direitos trabalhistas.

A palavra “flexibilizar”, no Brasil, tem o significado de redução de direitos. Por isso, alerto os Srs. Parlamentares para a importância do debate que se aproxima. Aliás, na primeira quinzena de novembro vamos retomar as atividades da Comissão que tenho a honra de presidir. Vamos debater também a reforma sindical no âmbito do serviço público. Recentemente, participei de grande seminário promovido pela



Central Única dos Trabalhadores, em que se estudou de maneira profunda o resultado do Fórum Nacional do Trabalho. Muitos itens importantes foram aprovados.

A PEC de autoria do Deputado Maurício Rands e deste Deputado contém alguns pontos ainda não contemplados pelo Fórum Nacional do Trabalho. A tutela antecipada do Estado está prevista, ao contrário da organização por local de trabalho e o substituto processual. Queremos fazer amplo debate sobre esses temas.

A grande verdade, senhoras e senhores, é que devemos nos mobilizar para fazer reforma que valorize a organização sindical, que estimule a atuação democrática dos dirigentes sindicais, a fim de que não se acomodem com a facilidade do desconto do imposto sindical, com o intuito de amealhar dinheiro fácil. Tal prática não tem sido saudável para a organização sindical.

Devemos fazer vigoroso debate sobre garantia de direitos e efetivo fortalecimento da organização sindical, já que o sindicalismo, para existir, deve ter no mínimo representatividade.

Sr. Presidente, sabemos que alguns sindicatos têm apenas 2% de associados e não se movimentam, nada fazem. Há até denúncia de conchavo com o patronato. Muitos sindicalistas só se interessam pelo dinheiro fácil obtido através da arrecadação do imposto sindical ou da contribuição do sistema confederativo. A falta de regras claras é outra maneira de impedir a participação dos trabalhadores, bem como a contribuição mensal do trabalhador não associado.

Sr. Presidente, é muito importante nos prepararmos para esse grande debate, a fim de realizá-lo com muita transparência e ética. Queremos deixar claro que não



vamos permitir, em hipótese alguma, a apresentação de propostas que representem a redução dos direitos dos trabalhadores, pois isso significaria prejuízo para as próprias empresas. Ora, o trabalhador exerce suas atividades em condições precárias, sem qualidade, ou seja, em péssimo ambiente de trabalho, o que é ruim para a economia do País.

O trabalhador que ganha menos perde seus direitos. E a tendência da economia é não promover desenvolvimento social. É preciso, portanto, equilíbrio nas relações entre capital e trabalho, mediante política saudável que promova grande salto de qualidade no setor neste novo milênio.

No dia 10 de novembro realizaremos a primeira reunião da Comissão Especial da Reforma Trabalhista, quando iniciaremos o debate em defesa dos servidores públicos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no último final de semana e nos dias seguintes, a Rede Globo de Televisão mostrou reportagem sobre algumas das dificuldades verificadas para que os benefícios do Programa Bolsa-Família do Governo Federal chegue até as camadas mais pobres da sociedade.

Além do Ministério Público Federal, a Polícia Federal e as Prefeituras Municipais, responsáveis pelo cadastro das famílias que precisam dos benefícios, acreditamos que a sociedade também precisa fiscalizar a destinação dos recursos e dar sua parcela de colaboração.

Diante disso, sugerimos ao Ministério Pública a criação de disque-denúncia para que o cidadão de qualquer lugar do Brasil denuncie casos de desobediência aos critérios de escolha dos beneficiários dos programas nacionais.

Entendemos que existem recursos e boa vontade do Governo Federal para que eles cheguem até a parcela mais sofrida da população, mas infelizmente algumas Prefeituras propositadamente empregam apadrinhados políticos, inclusive pessoas sem escrúpulos, que de má-fé utilizam os recursos que poderiam beneficiar as famílias mais pobres do Brasil.

Outra preocupação desta Deputada diz respeito ao encerramento da greve nacional dos bancários. Na qualidade de ex-Presidente do Sindicato dos Bancários do Acre, tenho acompanhado o movimento grevista e o desenrolar dos fatos. Na semana passada, por duas vezes registrei desta tribuna a minha preocupação acerca da postura do Governo, do tratamento dado aos bancário, por intermédio da Direção do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal e da FENABAN.



Infelizmente, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil desobedecem ao acordo negociado e, sem aguardar a decisão do Tribunal Superior do Trabalho — que deve sair amanhã — acerca da greve dos bancários, começam a punir os bancários. No contracheque dos funcionários da Caixa Econômica Federal de todo o Brasil que participaram da greve já se verifica o desconto relativo aos dias parados. O Banco do Brasil age de forma sorrateira. Na minha opinião, trata-se de covarde posicionamento de sua Direção, que sequer teve a coragem de descontar as faltas no contracheque, efetuando-o na conta corrente dos seus servidores.

Lamentavelmente, a Direção da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil e dos bancos privados sequer esperaram a decisão da Justiça e começaram a punir os trabalhadores, o que não contribui para o processo democrático e o movimento sindical no Brasil.

Amanhã, os bancários de Brasília, em solidariedade aos demais bancários do País, farão vigília em frente ao Tribunal Superior do Trabalho, a fim de aguardar a decisão da Justiça.

Espero que o Judiciário faça o que o próprio Governo e a Direção da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil não fizeram, ou seja, justiça aos bancários. Que o Tribunal Superior do Trabalho lhes conceda o que é de direito e lhes devolva o valor descontado pelos dias de greve.

Sr. Presidente, não se pode admitir, diante do lucro de 14 bilhões de reais das instituições financeiras no primeiro ano do Governo Lula, que 20 dias de greve para uma justa reivindicação sejam descontados de forma tão autoritária, antes da decisão da Justiça. Tenho em mãos cópia de contracheques de funcionários do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal.



Apelo ao Governo Federal, à Direção da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil e à própria Justiça do Trabalho para que façam justiça aos bancários.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, passo agora a falar sobre matéria divulgada no periódico *Estado de S.Paulo*, que aborda a influência da educação na mudança dos indicadores de desenvolvimento humano no Acre. Na série *Retratos do Brasil: Projetos que Funcionam* reconhece o Acre como o Estado brasileiro de maior desempenho na melhoria dos indicadores sociais da área educacional.

Sr. Presidente, o Governo do Estado vem investindo na formação de professores. Em parceria com a Universidade Federal do Acre, formou 4 mil e 500 professores de 2º Grau em cursos de formação universitária. São pelo menos 90 turmas que se formam neste ano.

Ressalto, Srs. e Srs. Deputados, que o investimento que o Acre faz hoje não se prende tão-somente à educação curricular formal. Existe esforço para garantir a formação de professores indígenas, diferenciada e bilíngüe, consolidando assim a oferta de ensino qualificado para todos os acreanos.

Paralelamente a esse serviço, destaco o Plano de Cargos e Salários que traz dignidade aos trabalhadores do saber, estando o salário de um professor acreano entre os 5 melhores pagos no Brasil.

Sras. e Srs. Deputados, esse zelo do Governo do Estado consolida na prática a decisão de investir mais e melhor na educação. O reconhecimento e a valorização do aspecto humano, bem como dignas condições de trabalho reafirmam o compromisso do povo acreano em contribuir para o desenvolvimento nacional.



Mas as ações não param aí. Há 6 anos, quando assumimos o Governo do Estado, as escolas não tinham a mínima condição de funcionamento. Não se sabia quantas existiam, onde estavam, principalmente como se encontrava a estrutura física.

Realizou-se minucioso levantamento: até sistema GPS foi usado na localização das escolas. Algumas estavam prestes a desmoronar sobre os alunos. Outras, de responsabilidade do Governo acreano, foram localizadas em território boliviano, peruano e no Amazonas.

Sr. Presidente, verdadeira operação foi realizada para reerguer escolas em precárias condições e construir outras. Todas foram equipadas com o que estava ao alcance: laboratórios de Informática, anfiteatros, quadras esportivas, bibliotecas atualizadas e com bom acervo garantiram boa estrutura para receber os alunos. Também foi criado sistema de merenda regionalizada, garantindo assim boa base nutricional.

Com mérito, a reportagem jornalística mostra que os investimentos na formação de professores e a estruturação das escolas dão ao Acre destaque no resultado do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica. Comparadas aos números de 2001 e aos 26 Estados e o Distrito Federal, as escolas do Acre obtiveram o maior avanço em pontos do SAEB 2003 na prova de Matemática da 3ª Série do 2º Grau. Em Língua Portuguesa, o avanço da 4ª Série do ensino fundamental foi considerado o segundo melhor do Brasil.

Sras. e Srs. Deputados, comprova-se aqui o acerto da decisão do Governo do Acre em investir em ações básicas de cidadania, garantindo assim boa escola, bons professores, bons alunos e ótimos cidadãos no futuro.

Muito obrigada.



O SR. ELISEU RESENDE (PFL-MG. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com singular orgulho que venho à tribuna, depositária fiel das nossas mais caras tradições democráticas, para enaltecer as comemorações dos 40 anos de existência do Banco Rural, que se firma como a maior instituição financeira de Minas Gerais, e sua efetiva e valiosa participação nos debates e estudos dos temas da economia mineira e do Brasil.

Bem sabemos, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que as celebrações desta data evidenciam os resultados de muita luta, sacrifício, devotamento e idealismo. Hoje, no *ranking* do Banco Central, o Banco Rural é o sétimo maior banco privado nacional em ativos e o quinto maior banco nacional privado em depósitos totais.

Em Minas, notadamente, a história da instituição é conhecida, admirada e respeitada ao longo do tempo, associada sempre ao esforço de expansão, acima de tudo à sua marcante presença nos assuntos da ordem econômico-financeira, sem se esquecer da sua responsabilidade social.

A Agência Centro, inaugural do banco, em Belo Horizonte, foi instalada em 1965. Diante do chamado “milagre brasileiro”, na década de 70, e da grande expansão da economia, a partir de 1976, sob a presidência do empresário Sabino Corrêa Rabello, a estrutura do Banco Rural S.A. acompanhou o crescimento e soube enfrentar as grandes crises e os problemas pertinentes à conjuntura econômica nacional.

Nos anos 80, aconteceu a expansão dos negócios da instituição nos mercados financeiros mais especializados, e, nos anos 90, os investimentos voltaram-se para a modernização da estrutura com novas tecnologias,



principalmente nas áreas de Informática e Comunicações, operando no mundo virtual e dando início ao processo de internacionalização, chegando a Miami, nos Estados Unidos, e a Nassau.

Para chegar ao Mercado Comum Europeu foi apenas questão de tempo, o que permitiu dar um salto de qualidade e desenvolver gestão flexível, competitiva e eficiente, com reflexos imediatos nos investimentos e na geração de empregos no País e no exterior.

O ano de 1999 foi, infelizmente, marcado pelo trágico falecimento da Presidenta Júnia Rabello. Apesar da perda lamentável, a instituição fechou o ano em sétimo lugar no *ranking* dos maiores bancos privados do País. Em 2000 ocorreu a implantação do escritório em Londres. E, para enfrentar os novos desafios, assume a Presidência do Conselho de Administração do Sistema Financeiro Rural, acumulando a Diretoria de *Marketing*, a acionista Kátia Rabello. Em 2003, foram emitidos eurobônus — os primeiros papéis — e definidas as diretrizes estratégicas para os 10 anos seguintes.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a melhor homenagem que se pode prestar ao Banco Rural, instituição financeira orgulho dos mineiros, é destacar a eficiência do pronto atendimento de suas 127 agências no Brasil e de suas 6 representações no exterior, as quais, buscando sempre a modernidade e a ampliação de resultados, procuram também contribuir na área social através da ação do Instituto Júnia Rabello, que já beneficiou mais de 8 mil crianças e se consolida no segmento responsabilidade social com 25 projetos em 16 Estados brasileiros.



A história do Banco Rural, que resumidamente acabo de lhes relatar, demonstra a solidez de uma empresa que nasceu em Minas Gerais e ganhou o mundo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. LUCIANO ZICA (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quando me inscrevi para falar no período do Pequeno Expediente desta sessão, não sabia do destempero e da incontinência verbal manifestados aqui pelo Deputado Jair Bolsonaro, conhecido amante da ditadura e do arbítrio e com vasta lista de atitudes desrespeitosas aos seus colegas e a esta Casa. Portanto, não destinarei meu tempo nesta tribuna a responder-lhe.

Registro momento importante da história do Brasil do qual tive o privilégio de participar, qual seja a luta, em 1983, contra a perspectiva desenhada à época pelo FMI de privatização da PETROBRAS. Foi uma luta vitoriosa porque impedimos a demissão de 10% do pessoal da empresa no Brasil. No entanto, em Campinas, Paulínia e Mairinque 13% dos petroleiros foram demitidos.

Naquela época difícil de ditadura — que já não fazia mais o que fez com Vladimir Herzog, torturando-o e matando-o, mas ainda torturava famílias com a demissão de funcionários que participaram daquela greve —, nossos nomes foram publicados em todos os jornais do País como inimigos do interesse público. Foram enviados telegramas diretamente pelos Ministérios do Governo para as poucas empresas que ainda podiam nos empregar, pois éramos especialistas na indústria do petróleo.

Quando procurávamos emprego em empresas de atividade afim com as do setor de petróleo, mostravam-nos lista de nomes de pessoas que não deveriam ser empregadas, por determinação da ditadura militar. Muitas famílias foram destruídas, muitos lares foram desmontados. Durante muito tempo a Polícia Federal perseguiu aqueles trabalhadores. Conseguimos, com o advento da Nova República, reparar em parte alguns direitos, garantindo a volta de alguns trabalhadores à PETROBRAS.



No entanto, os direitos previdenciários do contrato de trabalho original ficaram prejudicados.

O art. 8º, § 5º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias anistiou todos os trabalhadores punidos pela ditadura militar. No entanto, a regulamentação dessa anistia não foi feita. Coube ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, por meio da Medida Provisória nº 65, de 2002, regulamentar os ditames do art. 8º, assegurando aos trabalhadores o nivelamento na condição em que estariam na sua profissão, se não tivessem sido punidos. A medida permitiu, depois da análise da Comissão de Anistia, a esses trabalhadores ter seus benefícios previdenciários corrigidos.

Pressupõe-se, desde 1988, o passivo que o cidadão teria recebido se a Constituição tivesse sido imediatamente cumprida. O trabalhador teria direito a ressarcimento em valor equivalente ao que deixou de receber pelo não-cumprimento da Constituição e pela manutenção da punição.

Foi publicada recentemente no *Diário Oficial* portaria sobre o resultado de algumas análises, dentre as quais inclui-se o meu caso. Além de restabelecida a condição que teria se não tivesse sido punido em 1983, quando trabalhava na PETROBRAS, reconheceu-se passivo que teria a receber. Não sei se o receberei, até porque o acordo estabelece que será pago aos anistiados quando a União tiver dinheiro sobrando em caixa. Evidentemente, sabemos todos que não terá. Então, não há a menor possibilidade disso acontecer. O que se estabeleceu foi a regularização da situação daqui para a frente.

Particularmente, penso que o trabalhador deveria ter recebido esses valores, se não tivesse sido punido. Mas tomei a seguinte decisão, a exemplo do que



declarei publicamente por ocasião das últimas convocações extraordinárias do Congresso Nacional: se algum valor relativo a esse passivo que o *Diário Oficial* publica, que não sei se receberei, não o usarei para interesse pessoal. Vou destiná-lo a alguma ação social do Governo Federal.

Reconheço que os meus colegas que foram punidos e não estão na mesma condição que eu têm todo o direito de receber esse dinheiro que lhes foi tirado ao longo da vida laboral.

Em tom de brincadeira, cheguei a dizer que, se fosse um valor significativo, eu o doaria a jornalistas para que se organizassem numa fundação, montassem um jornal isento e levassem a democracia das comunicações para a cidade onde moro, que tem 1 milhão de habitantes e apenas 1 jornal, que atende aos interesses de um só grupo. Se recebesse esse dinheiro, seria a alternativa que escolheria, em detrimento de aplicação social, porque talvez gerasse bem social maior, garantindo a democracia nos meios de comunicação.

É a minha opinião. Orgulho-me muito de ter feito parte dessa página da história. Tenho certeza de que meus filhos não se envergonharão da luta e da história do pai nesse período.

Muito obrigado.



A SRA. LÚCIA BRAGA (PT-PB. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos apresentando a esta Casa legislativa projeto de resolução que acrescenta inciso ao art. 32 do Regimento Interno, para instituir a Comissão da Mulher em caráter permanente na estrutura da Câmara dos Deputados. Existe atualmente a Comissão Especial da Mulher, conquista significativa. E aproveito a oportunidade para ressaltar o extraordinário trabalho da nobre Deputada Jandira Feghali à frente da Comissão, bem como da Deputada Iara Bernardi e de tantas outras.

A Comissão disse ao que veio: sua presença e sua força se fizeram sentir. Por isso, é importante agora criarmos um fórum permanente para discutir a problemática da mulher e tratar das questões que a afligem especificamente. Essa necessidade não pode ser escamoteada.

Não é exagero afirmar que a percepção dessa carência se generalizou na sociedade, em particular na Câmara dos Deputados. Tanto é verdade que, em 2004, duas Comissões Especiais e uma Comissão Externa têm-se debruçado apenas sobre questões referentes a mulheres. Uma das Comissões Especiais tem a finalidade de definir a atuação desta Casa nas ações destinadas a implementar as providências referidas na Lei nº 10.745, de 9 de outubro de 2003, que define o ano de 2004 como o Ano da Mulher. A outra é destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1.399, de 2003, que dispõe sobre o Estatuto da Mulher e dá outras providências.

A Comissão Externa foi instalada para promover a discussão da feminização da pobreza no Brasil, ou seja, o sexo pobre.



Sr. Presidente, a existência dos 3 órgãos conduz-nos, naturalmente, à conclusão de que se faz necessária a criação de Comissão Permanente na Casa para centralizar e direcionar todas as discussões e ações que envolvem a problemática da mulher, evitando o desperdício de tempo e de recursos e a excessiva fragmentação do debate.

Serviu-nos de inspiração para o projeto de resolução a preocupação dos membros da Comissão Especial da Mulher e o exemplo da Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade de Oportunidades, da Assembléia Legislativa da Paraíba, criada pelo Projeto de Resolução nº 33, de 2003, de autoria da Deputada Estadual Iraê Lucena, cuja fundamentada justificativa merece transcrição parcial:

“Uma comissão específica será importante, para permitir e dar maior visibilidade à violação dos direitos da mulher, discutir medidas legislativas, estabelecer mecanismos que garantam a participação das mulheres a nível Executivo, Legislativo e Judiciário, realizar estudos e diagnósticos, promover visitas e relatórios, receber e investigar denúncias.

A Comissão será um espaço democrático de articulação com a sociedade civil na promoção de um debate qualificado que contribuirá muito para reforçar as disposições relativas à igualdade de oportunidades e à não-discriminação”.



Faço minhas as palavras da Deputada Iraê Lucena, Sr. Presidente, e com elas conclamo as Sras. e os Srs. Parlamentares desta Casa a juntos instituírmos esse instrumento de reforço da democracia e da cidadania em nosso País.

Muito obrigada.



O SR. JOSÉ THOMAZ NONÔ (PFL-AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero deixar bem claro, antes de mais nada, que aqui não falo como Líder da Minoria, mas sim como Deputado pelo PFL de Alagoas. Farei um relato sucinto da eleição para a Prefeitura de Maceió, onde as alianças políticas são bastante originais.

Um dos candidatos, o Dr. Vanderlei, é excelente médico cardiologista, e foi patrocinado pelo PMDB e pelo PSDB, representados pelos Senadores Teotônio Vilela e Renan Calheiros, respectivamente. O PPS lançou um grande nome, o de Régis Cavalcante, nosso ex-companheiro na Câmara dos Deputados. Outro candidato foi patrocinado pelo PT e pelo PSB, o candidato oficial: Alberto Sexta-Feira, Vice-Prefeito da Prefeita Kátia Born. Por fim, figura o nome do Deputado Estadual Cícero Almeida, pertencente aos quadros do PDT e apoiado pelo PFL e pelo PTB.

É conveniente ressaltar, Sr. Presidente, que talvez em Maceió se verifique o único caso na Federação em que o candidato amplamente vitorioso no 1º turno faz oposição às gestões federal, estadual e municipal. Representamos um grito de protesto contra os Governos Federal e Estadual e contra o dismantelo absoluto da gestão municipal em Maceió. Talvez, por força disso, o candidato Cícero Almeida tenha logrado obter mais de 42% dos votos no 1º turno, e em todas as pesquisas realizadas depois de 3 de outubro mantém uma vantagem, que oscila, dependendo do instituto de pesquisa, de 13 a 15 pontos percentuais, o que nos permite antever, em condições de normalidade, uma vitória tranqüila no dia 31 que se avizinha.

Ocorre, porém, que meu Estado não é normal. Nunca o foi. Lá, o Governador assumiu o comando da campanha. Na propaganda eleitoral gratuita, Ronaldo Lessa



aparece muito mais do que o candidato Alberto Sexta-Feira. No dia 1º de outubro, em todas as seções eleitorais de Alagoas, havia presença maciça de “voluntários” — entre aspas — do PSB e do PT, que estão aliados desta vez, embora em Alagoas o PT sempre tenha combatido o PSB. Mas logo fizeram uma composição, e hoje dividem o mesmo palanque e ideário — o que é democrático, se bem que, até certo ponto, estranho, na visão alagoana.

Sr. Presidente, os episódios de total ocupação física no dia 1º de outubro por servidores, sobretudo titulares de cargo em comissão, que talvez tenham receio de perder a eleição, e a retórica belicista e provocadora do Governador fazem com que venhamos aqui pedir ao Ministério Público da União, ao Poder Judiciário e às forças vivas da sociedade civil que voltem suas atenções para o 2º turno da eleição municipal em Maceió.

Esta é a 14ª eleição de que participo, ora como candidato, ora como agente no processo. E jamais vi, Sr. Presidente, fatos como os registrados este ano em Maceió! Todo o aparato oficial — ocupantes de cargos em comissão no Estado, funcionários da Prefeitura, servidores graduados — agitava suas bandeirinhas na rua, fazendo boca-de-urna da forma mais aberta possível, em clima que, até certo ponto, suscita temor do dia da eleição.

Não quero com este pronunciamento outra coisa senão chamar a atenção do Ministério Público da União e da Justiça Eleitoral. Conhecemos o exemplo de outros Estados, onde o processo de compra de votos e de corrupção é desenfreado. Não estou responsabilizando “a”, “b” ou “c”, mas hoje me pergunto se, para quem quer iniciar a vida pública como Vereador em Maceió, é mais importante ter prestígio ou uma bela conta bancária. O que vimos na Capital de Alagoas foi constrangedor!



Temos em Maceió uma vitória claramente delineada, em que pesem os esforços contrários do Governo Federal, Estadual e Municipal. Podem ir até lá todos os Ministros — até agradecemos. O Governo Lula tratou Alagoas como o pior dos Estados. Temos a menor dotação do Orçamento: transferência zero! Nosso Ministro Guido Mantega, o grande eleitor do PT, congelou todas as emendas parlamentares e coletivas de Alagoas. Àquele Estado carente não chega absolutamente nada! Se Lula mostrar a cara por lá, fará um bem para a Oposição, pois ganharemos mais votos.

Mas temos um receio. O Governador Ronaldo Lessa cunhou por lá a expressão *“forças do atraso”*. Ora, força do atraso é a que está há 12 anos no poder em Alagoas, com 4 anos de Ronaldo Lessa e 8 anos de Kátia Born. Mas foram enxovalhados nas urnas: o candidato oficial teve pouco mais de um quarto dos votos no 1º turno. Levou uma surra! E, se o próximo pleito for límpido e honesto, levará outra no dia 31 de outubro.

Era o que tinha a dizer.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - A Presidência solicita aos Srs. Parlamentares presentes nas diferentes dependências da Casa que venham ao plenário. O Presidente João Paulo Cunha, a partir das 16h, estará aqui para dar início à Ordem do Dia.

Temos na pauta várias medidas provisórias que precisam ser votadas. O Presidente da Casa pretende avançar nas votações hoje, porque amanhã a sessão da Câmara será transformada em Comissão Geral.

Portanto, esta Presidência pede aos Srs. Parlamentares que venham cedo ao plenário, para que possamos terminar cedo, porque senão vamos terminar depois de meia-noite. Após esta sessão, que deve terminar às 19h ou 20h, será convocada sessão extraordinária para continuação da votação das MPs.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Tem a palavra a Sra. Deputada Almerinda de Carvalho.

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO (PMDB-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na qualidade de Parlamentar e Primeira Vice-Presidente da Comissão Especial encarregada de apreciar e votar o Projeto de Lei nº 3.561/97, o qual foi transformado na Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), que entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 2004, quero aqui manifestar minha preocupação com sua aplicabilidade e seus desrespeito.

Inicialmente, ressalto que alguns tribunais vêm, de forma inusitada, concedendo medidas liminares e, assim, negando o direito dos idosos no que diz respeito ao transporte interestadual gratuito, o que viola frontalmente o texto da lei.

Agora, no meu Estado do Rio de Janeiro, as empresas de ônibus não só ignoram os direitos dos idosos, como também os submetem a situações vexatórias, constrangedoras e de total humilhação, por exemplo, ao obrigá-los a pular ou passar por baixo das catracas dos ônibus urbanos, o que, por si só, já é uma situação inusitada, uma vez que, pela própria condição de idoso, os dois procedimentos tornam-se quase impossíveis para eles.

É bem verdade que setores responsáveis pela fiscalização dessa prática estão diligentes, cobrando das empresas de ônibus providências tendentes a coibir tais abusos; porém, até que se atinja o objetivo, a imprensa, de um modo geral, vem mostrando quase todo dia o descaso para com os idosos no País.

Por tudo isso, Sras. e Srs. Deputados é que chamo a atenção desta Casa para o descaso que vem sendo perpetrado contra o Estatuto do Idoso, numa



demonstração clara de descumprimento das leis e da falta de penalidade para os transgressores.

Era o que tinha a dizer.



O SR. JOSUÉ BENGTON (PTB-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, registro o crescimento do Partido Trabalhista Brasileiro no Estado do Pará. Nos 143 Municípios do Estado, tínhamos apenas 4 Prefeitos. Em 3 de outubro, elegemos 17 Prefeitos e no dia 31 elegeremos o Senador Duciomar Costa Prefeito de Belém, que no 1º turno praticamente fechou a eleição com 58,5%. De acordo com as pesquisas está beirando 60%.

Ficaremos com o Prefeito da Capital e mais 17 Prefeitos no interior. Queremos enaltecer o trabalho do nosso partido no Estado do Pará.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos sabem, ou deveriam saber, da cobiça internacional que vitima os recursos naturais brasileiros, especialmente os amazônicos. Contrabando de minerais, vegetais e animais sempre fizeram parte do dia-a-dia amazônico. Há pouco tempo, iniciou-se a pirataria genética, e agora, creiam-me, superpetroleiros estão enchendo seus tanques com a água do maior rio do mundo e levando-a para outros continentes. A Agência Nacional de Águas, a Polícia Federal, órgãos estaduais e a Marinha já constataram o problema, mas, por incrível que pareça, ainda falta uma denúncia formal para que se iniciem as investigações, alegam os burocratas.

A finalidade desse contrabando não é muito clara, mas sabe-se que não é apenas para fazer lastro em navios vazios. Sabe-se também que, com a água, vai-se a fauna fluvial: peixes e microorganismos.

A carga de um superpetroleiro, 250 milhões de litros, é suficiente para meio dia de consumo de uma cidade como Manaus, com 1,5 milhões de habitantes. Sabemos, porém, que o Brasil é um dos maiores gastadores de litros de água *per capita* do mundo. Aqui, em Brasília, mesmo os mais pobres tomam pelo menos um



banho por dia, e o Lago Norte é recordista mundial de consumo de água por habitante.

Ora, se no Brasil calculamos uma média de 200 litros de água por dia por habitante, sabe-se que há países onde o consumo médio é mais de 4 vezes menor. Um superpetroleiro, portanto, voltando vazio dos Estados Unidos e fazendo uma parada estratégica no Amapá, poderia suprir as necessidades do Coveite, por exemplo — que tem apenas 2 milhões de habitantes —, por 4 dias.

Países como a Arábia Saudita, o Coveite e Israel só dispõem do oceano como fonte de água, que, para tornar-se potável, passa pelo caríssimo processo de osmose reversa, em usinas de dessalinização. Mesmo para empresas que atuam na Europa haveria vantagens econômicas em se purificar as águas do Rio Amazonas e aproveitá-las naquele superpovoado continente, obtendo uma água de boa qualidade para ser engarrafada, gaseificada e vendida em euros.

Quando nos lembramos que países como a Arábia Saudita já rebocaram *icebergs* para suprir suas necessidades hídricas, e que na Suíça há chuveiros cujo funcionamento requer a inserção de uma moeda a cada 30 segundos, vemos que a previsão de guerras pela água já saiu do campo da ficção científica. Aliás, convém lembrar que a guerra entre palestinos e judeus, mais do que por terra, é pelas nascentes do Rio Jordão e de outros pequenos mananciais.

A região amazônica é coberta de nuvens, tornando praticamente impossível monitorá-la por satélite. Isso, porém, não justifica a inatividade dos órgãos governamentais. A Amazônia, senhoras e senhores, não pode continuar a ser tratada como terra de ninguém, ou patrimônio internacional. Esperamos que os Executivos do Amapá e do Brasil se manifestem o quanto antes.



Passo a abordar outro assunto. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a segurança alimentar é uma questão que se encontra na ordem do dia de todas as nações. O objetivo de alcançá-la mobiliza governos e entidades de grande prestígio internacional, como a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação — FAO.

O Estado do Pará, que temos a honra de representar nesta Casa, tem um imenso potencial para a produção de alimentos, por meio da agricultura e da criação de animais. Além da vasta extensão territorial, nosso Estado, como toda a região amazônica, encontra no meio aquático abundantes recursos naturais. É precisamente pelo aproveitamento racional deste último que se implementam duas das mais bem-sucedidas atividades rurais, em todo o mundo. Refiro-me à aqüicultura e à agricultura irrigada, Sr. Presidente, nobres Deputadas e Deputados.

O sociólogo Mariano Klautau, em palestra proferida em nosso Estado, no mês de maio próximo passado, formulou uma proposta criativa, que consiste em fomentar-se a aqüicultura e a agricultura irrigada nos canais que cortam a cidade de Belém e nas 39 ilhas que pertencem àquela capital. Essas atividades proporcionariam novas fontes de alimento e renda, beneficiando a população carente.

A médio e longo prazos, os extensos canais que cruzam a capital paraense poderiam ser utilizados para a criação de peixes e camarões por associações organizadas de moradores. Famílias que residem nas ilhas e às margens dos canais também poderiam cultivar espécies alimentícias, otimizando-se a produtividade através de métodos simples de irrigação.



Esse projeto do sociólogo Mariano Klautau denomina-se Desenvolvimento Rural Sustentável das Comunidades Urbanas e Periurbanas Ribeirinhas de Belém, e, segundo afirmou, sua viabilidade já teria sido avaliada positivamente por técnicos do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Um outro projeto de autoria do mesmo sociólogo paraense, intitulado Feira do Ribeirinho, já provou sua viabilidade. Funciona na CEASA e dele participam 106 famílias ribeirinhas do bairro do Guamá, localizado no subúrbio de Belém. Este magnífico projeto tem como parceiros a EMBRAPA, a Secretaria de Agricultura, a EMATER, o SEBRAE e o Museu Emílio Goeldi.

A agricultura e a aquicultura urbanas já são realidade em várias partes do mundo. Há exemplos de grande êxito na China e em cidades da Europa (Amsterdã, na Holanda; Moscou, na Rússia), América do Norte (Nova Iorque e Los Angeles, nos Estados Unidos) e Caribe (Havana, Cuba). Segundo a FAO, em todo o mundo, cerca de 200 milhões de agricultores urbanos provêem alimentos para cerca de 700 milhões de pessoas.

No Brasil, a agricultura urbana — que compreende o cultivo de hortaliças, frutas, grãos, ervas medicinais, flores etc. — já se desenvolve em cidades como Cachoeiro do Itapemirim, no Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba.

A cidade de Belém possui uma imensa riqueza em recursos hídricos, sobretudo na Bacia do Una, onde as obras da macrodrenagem recuperaram áreas e diminuíram em cerca de 50% a poluição dos canais, cuja extensão chega a 22 quilômetros. No passado, esses mesmos canais foram rios, onde se pescava e em cujas margens a população plantava e criava animais. Até o início da década de 60, os bairros de Belém tinham uma característica rural: produziam alimentos para os



seus moradores. Mariano Klautau propõe que aquela cidade reassuma sua vocação rural e que os canais, sendo despoluídos a médio e longo prazos, voltem a produzir peixes e camarões.

A poluição das águas é um dos mais graves problemas que a humanidade enfrenta, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Os riscos que a utilização de águas poluídas acarretam à saúde pública são de tal magnitude que, em muitos casos, inviabilizam o seu aproveitamento na produção de alimentos. A estimativa da FAO de que em 2005 metade da população mundial viverá em cidades indica o tremendo desafio a ser enfrentado para assegurar-se o adequado abastecimento de alimentos de boa qualidade.

Faz-se necessário, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Deputados, conscientizar-se a sociedade brasileira quanto à importância e à viabilidade da agricultura e da aquicultura urbanas, mediante o aproveitamento — muitas vezes precedido da despoluição — dos recursos hídricos disponíveis, como também garantir-se o apoio do Poder Público e buscar-se os recursos necessários.

Concordamos com Mariano Klautau, quando sustenta que a aquicultura e a agricultura urbana e periurbana, impulsionadas por linhas de crédito, podem contribuir efetivamente para o alcance da segurança alimentar e nutricional que nosso País e o mundo tanto necessitam.

Finalizamos nosso pronunciamento, reproduzindo uma frase do referido sociólogo, em entrevista concedida ao jornal *O Liberal*, de Belém:

“Isso, sim, é combate à fome, garantindo para todos a segurança alimentar e nutricional nos três eixos: quantidade, qualidade e frequência. Não adianta ter



*qualidade e quantidade e não haver continuidade. Não se
pode comer hoje e amanhã não”.*

Sr. Presidente, solicito que meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.



O SR. MARCELLO SIQUEIRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MARCELLO SIQUEIRA (PMDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com tristeza que ocupo a tribuna para comunicar à Câmara dos Deputados, ao Congresso Nacional e ao País o falecimento do último Constituinte de 1946, o ex-Deputado Lair Tostes. Faleceu ontem, no Rio de Janeiro, e está sendo sepultado hoje, em Juiz de Fora, minha cidade.

O ex-Deputado Lair Tostes, filho também de um Deputado, João Tostes, marcou sua vida como um homem que defendeu a liberdade, o livre pensamento e a democracia. Assinou o Manifesto dos Mineiros, à época do Estado Novo, e, posteriormente, na qualidade de Deputado Constituinte, negou-se a assinar a cassação dos Deputados comunistas. Um ato de grandeza naquele momento.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Com a palavra o nobre Deputado Carlos Nader.

O SR. CARLOS NADER (Bloco/PL-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a revista *Veja*, na edição desta semana, mostra como principal reportagem a reformulação pela qual vem passando uma das instituições mais importantes do País: a Polícia Federal. A matéria expõe a depuração que a PF vem fazendo em seus quadros, eliminando policiais que mancham a imagem da corporação, ao mesmo tempo em que procura criar condições para que seus quadros possam atuar com melhores resultados.

É importante frisar, Sr. Presidente, que a Polícia Federal é o principal instrumento de que dispomos para investigações de crimes federais, e sua atuação poderá melhorar consideravelmente no momento em que dispuser de um número de servidores compatível com as necessidades um país de dimensões continentais como o Brasil.

As operações da Polícia Federal precisam ser muito mais amplas e bem sucedidas no controle de nossas fronteiras, por onde armas e drogas entram em larga escala, chegando principalmente ao Rio de Janeiro, porta de saída das drogas para Estados Unidos e Europa. A maioria das armas fica em poder do crime organizado na Capital fluminense. Portanto, ampliar o quadro da PF é fundamental para que ela possa cumprir melhor sua missão.

Por outro lado, é salutar a constatação de que a PF vem sendo depurada, atuando para dispor de policiais mais qualificados e mais comprometidos com a organização. Dizem que uma laranja podre numa caixa compromete todas as outras, e sem dúvida um policial que se desvia dos objetivos de sua função, aliando-se ao



crime ou obtendo ganhos com ele, põe em risco a credibilidade de que toda instituição necessita para obter um bom desempenho e merecer o respeito do cidadão.

A PF precisa de mais homens, é certo, mas também há de se ressaltar que não é apenas a questão numérica que mede a eficiência de uma instituição policial, e sim, acima de tudo, a qualidade dos seus componentes, o uso da inteligência, em vez da força. E, no momento em que a PF vem investindo nesses quesitos, merece todo o nosso apoio e reconhecimento. Afinal, é com o dinheiro do cidadão que ela se mantém, e a ele deve servir, atuando com competência.

Muito obrigado.



O SR. REINALDO BETÃO (Bloco/PL-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de noticiar ao povo brasileiro, sobretudo ao carioca e ao fluminense, que será realizado no Centro de Convenções Riocentro, na cidade do Rio de Janeiro, no período de 20 a 24 deste mês, a maior feira de turismo das Américas: o 32º Congresso Brasileiro de Agências de Viagens e Exposição de Turismo, ambos promovidos pela Associação Brasileira das Agências de Viagens — ABAV.

Trata-se do evento mais aguardado pelos profissionais do turismo no Brasil e na América Latina, pois reúne as maiores empresas nacionais e internacionais do setor, e nele serão promovidos seminários temáticos e plenárias sobre o atual cenário turístico e seu futuro nos próximos anos.

Tema de extrema relevância para a economia do País, o turismo foi objeto de vários pronunciamentos feitos por mim nesta tribuna, inclusive sou autor do requerimento que culminou na realização da sessão solene em homenagem ao transcurso do Dia Mundial do Turismo no mês passado.

Encaro o turismo como uma das principais ferramentas de promoção do desenvolvimento desta imensa Nação. O setor cresce assustadoramente a cada ano, sendo responsável por mais de 5,4 milhões de empregos. Para se ter idéia, basta dizer que os turistas estrangeiros deixaram quase 2 bilhões de dólares no primeiro semestre de 2004, valor 46,3% maior do que o do mesmo período do ano passado.

Portanto, parablenzo o Sr. Tasso Gadzanis, Presidente da ABAV, pela brilhante iniciativa e pelo espírito empreendedor em realizar evento dessa envergadura.



Aproveito ainda a oportunidade, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para dizer que subo indignado a esta tribuna a fim de fazer uma denúncia e cobrar providências do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, com relação ao descumprimento do protocolo que permite a igualdade de direitos de atuação na área advocatícia entre o Brasil e Portugal.

O problema é grave, Sr. Presidente, uma vez que afeta as relações diplomáticas dos 2 países. As duas nações sempre tiveram afinidades em todas as áreas. Agora, porém, os advogados brasileiros têm encontrado muitas dificuldades em conseguir o visto para atuar profissionalmente em Portugal.

Concordo com a argumentação do Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Roberto Busato, segundo o qual "as relações Brasil-Portugal precisam ser de mão dupla e não de mão única como está se revelando neste caso. Os advogados portugueses são recebidos no Brasil sem quaisquer restrições, e o mínimo que se pode esperar é o mesmo tratamento por parte de Portugal".

Entendo que tal medida é mesmo diplomática, haja vista que a própria Ordem dos Advogados de Portugal também entende que não deve haver barreiras como as que foram impostas por aquele país.

Assim sendo, Sr. Presidente, faço um apelo ao ilustre Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, homem extremamente competente e habilidoso, para que interceda perante o Governo português com objetivo de resolver tais empecilhos, pois nossos advogados estão sendo humilhados e discriminados. Creio que o diálogo é a melhor forma para isso, principalmente quando se trata de nações irmãs.



Para finalizar, Sr. Presidente, quero denunciar que, desde o último dia 17, domingo, idosos, deficientes físicos e estudantes da rede pública estão sendo humilhados por motoristas de ônibus e obrigados a passar por baixo ou por cima da roleta em, pelo menos, 7 linhas de microônibus na Zona Oeste do Rio de Janeiro.

Proibidos de embarcar nas conduções, os passageiros têm de passar por essa situação vexatória, mesmo apresentando o RioCard, cartão que garante a gratuidade do serviço.

De acordo com os motoristas, as empresas só estão permitindo a entrada de 3 usuários por viagem com o passe livre. Além disso, alguns veículos circulam sem ligar o validador, aparelho de identificação do cartão.

Mais do que não obedecer à lei, as empresas de ônibus desrespeitam os usuários. São seres humanos, Sr. Presidente, e não podemos aceitar que, principalmente idosos e deficientes, passem por um constrangimento desses.

Apesar de ter direito à gratuidade, estudantes da rede pública também sofrem com a falta de respeito das empresas e o descaso das autoridades. Segundo as estudantes Angélica da Silva Rocha e Aline Coppeli da Silva, os motoristas não têm paciência e são bastante agressivos.

Não é difícil perceber, nobres colegas, que se para os jovens não é fácil passar por debaixo da roleta, imagine para os idosos.

Portanto, faço um apelo ao Secretário de Transportes do Estado do Rio de Janeiro, Sr. Augusto José Ariston, para que tome providências urgentes no sentido de não permitir que fatos como esses continuem a acontecer e o respeito à dignidade da pessoa humana e à lei sejam uma prática cotidiana para a população do nosso Estado.

Muito obrigado.



O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr.

Presidente, ainda hoje o Brasil está acompanhando, estarrecido, a brilhante e oportuna reportagem veiculada no último domingo no programa *Fantástico*, da Rede Globo, reprisado segunda-feira no *Bom Dia Brasil*, da mesma emissora, e nos demais telejornais, com denúncias sobre os programas sociais do Governo Federal.

As irregularidades apontadas foram tantas e tão contundentes que chocaram a todos que assistiram à matéria. Os abusos e injustiças cometidos com recursos do Bolsa-Família envergonharam até mesmo o Poder Executivo Federal.

O charlatanismo, Sras. e Srs. Deputados, tem limite. Constatar que não há quaisquer mecanismos de controle na distribuição das verbas, que pessoas abastadas estão recebendo o Bolsa-Família, enquanto provavelmente milhares de necessitados estão sendo alijados, é deprimente. Também o fato de cartões magnéticos prontos para uso estarem dormitando nas gavetas e escaninhos da Caixa Econômica há mais de 6 meses é imperdoável.

O que me choca, Sr. Presidente, é que mesmo depois de quase 2 anos de mandato, com ampla liberdade de demitir, admitir, criar e extinguir órgãos, inclusive ministérios, como aliás foi e está sendo feito com uma velocidade inigualável, ainda encontramos autoridades que continuam culpando o Governo anterior. É cômodo — para não dizer covarde — buscar bodes expiatórios para justificar a própria incompetência.

Outro aspecto que gostaria de frisar, Sr. Presidente, é a urgente necessidade de abandonarmos a cultura arraigada em nossa população, de que há sempre uma liberalidade do Estado, uma concessão quando presta qualquer serviço à sociedade. O povo recebe as migalhas concedidas pelo Estado como se isso fosse



benemerência. Aliás, a reportagem citada pudemos verificar esse hábito. Enquanto os espertos buscavam o anonimato, os necessitados se posicionavam com compungida humildade e equivocado conformismo.

É um absurdo, Sras. e Srs. Deputados, que a população se comporte dessa forma. Para o amadurecimento de nossa sociedade é necessário que haja uma conscientização coletiva de que o Estado não presta nenhum favor, nem é por natureza benemerente. Entretanto, temos de reconhecer que, por mais eficiente que seja o serviço que presta, o Estado ainda está aquém das suas responsabilidades.

Por isso, não podemos admitir a omissão das autoridades responsáveis. Devemos exigir que tenham a grandeza de reconhecer os inúmeros erros e que busquem corrigi-los. Cabe, nesse caso, a observância das modalidades da culpa aquiliana — a culpa *in vigilando* e *in eligendo* —, e todos os responsáveis devem, indistintamente, responder por elas. Ou seja, se os programas não funcionam, a responsabilidade deve ser imputada a quem hoje os administra.

Era o que tinha dizer, Sr. Presidente.



A SRA. LUCI CHOINACKI - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. LUCI CHOINACKI (PT-SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero parabenizar o Presidente Lula pela coragem de implantar o Programa Bolsa-Família com a finalidade de transferir renda para os que mais precisam, para as crianças que passam fome e que precisam ir à escola. Esse programa deve continuar!

Dias atrás, ao visitar alguns Municípios catarinenses, tomei conhecimento de que a maior parte das Secretarias de Assistência Social está fazendo cadastramento de cabos eleitorais dos Prefeitos de vários partidos de direita. Essas pessoas estão furtando dos pobres que passam fome o sagrado direito à comida.

O Presidente Lula teve a coragem de implantar esse programa. Nosso único erro foi confiar que os recursos não seriam desviados. Por isso, precisa, sim, haver a denúncia — é o que está sendo feito — para que haja transparência, para que possamos saber que pessoas estão recebendo recursos do programa. Temos de criar conselhos paritários, como foi proposto, entre Governo e sociedade. Confiamos na sociedade para evitar que a comida das crianças que passam fome seja furtada.

Portanto, o Presidente Lula está de parabéns. Temos, sim, de defender esse programa, acabando com as bandalheiras existentes. A direita elegeu muitos Prefeitos e Vereadores à custa de recursos do Programa Bolsa-Família. Diziam que era dinheiro deles, mas era dinheiro do povo brasileiro.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Com a palavra o nobre Deputado João Mendes de Jesus.

O SR. JOÃO MENDES DE JESUS (Bloco/PSL-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, volto a falar desta importante tribuna com o objetivo de parabenizar o Ministério da Saúde pelo lançamento do Serviço de Atendimento Móvel às Urgências (SAMU/192), que tem por finalidade atender a população brasileira em casos de emergência médica, sendo a principal ferramenta da Política Nacional de Atenção às Urgências, que tem como fundamento primordial proteger a vida das pessoas, bem como garantir a boa qualidade do atendimento no Sistema Único de Saúde — SUS.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o SAMU atende hoje a 31 milhões de brasileiros em 176 Municípios. Neste ano serão investidos, segundo o Ministério da Saúde, 297 milhões de reais no serviço, o que vai viabilizar a compra de 910 ambulâncias, além de propiciar a criação das Centrais de Regulação Médica de Urgência e dos Núcleos de Educação em Urgência.

Esse serviço é de extrema importância porque vai atender boa parte da população de baixa renda, que até então não tinha acesso a serviço mais humanizado e de melhor qualidade. O fato é de suma importância e de grande relevância, já que o SAMU/192 democratiza a saúde e permite que as pessoas mais pobres, moradoras das periferias e das cidades do interior do nosso Brasil sejam atendidas com dignidade e com a atenção devida e merecida.

Por intermédio do SAMU vai ser possível diminuir o número de óbitos e das seqüelas decorrentes da falta de atendimento rápido ao paciente. Por isso, é necessário que seja divulgado nos órgãos de comunicação privados e estatais.



Médicos, enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem estão a postos para atender o nosso sofrido povo nas áreas de urgências psiquiátrica, gineco-obstétrica, pediátrica, cirúrgica, clínica e traumática.

O Serviço de Atendimento Móvel às Urgências é um avanço de grande utilidade para a nossa sociedade. Por isso, parablenizo o Ministério da Saúde, principalmente os profissionais de saúde que atendem a população por intermédio do SAMU. Realmente, são técnicos abnegados e dedicados que merecem toda a nossa consideração e o nosso respeito. Resta-nos, na condição de Deputados, apoiar esse valoroso serviço e não permitir que seja, um dia, desmantelado.

Desde 6 de agosto Niterói conta com esse importante serviço. Os Municípios de São Gonçalo, Itaboraí, Rio Bonito, Silva Jardim, Maricá e Tanguá também já estão sendo atendidos. Nova Iguaçu e região terão acesso ao SAMU/192 até o final de outubro ou início de novembro, o que é muito importante, pois vai ser atendida a populosa Baixada Fluminense.

Daí, Sras. e Srs. Deputados, fiquei a me perguntar: e o Município do Rio de Janeiro, que me elegeu Deputado Federal, com seus quase 6 milhões de habitantes, vai também receber as ambulâncias do SAMU/192? Sim, vai receber a partir de novembro, de acordo com o Ministério da Saúde. Trata-se de notícia alvissareira, mas há questão a ser analisada com muita atenção.

O SAMU, além de atender a população nas vias da cidade, vai atender também nas residências, o que é ótimo e deve ser elogiado. Mas como vai atender as pessoas que moram em favelas elevadas e não planas? Como os dedicados e competentes profissionais de saúde vão chegar aos pontos médios e altos dos morros, sem ter base fixa de apoio nas favelas e nas comunidades carentes? Como



vão ser atendidas as pessoas que moram, por exemplo, nos Morros do Pavão, Pavãozinho, Cantagalo, Vidigal, Rocinha, Borel, dos Macacos, Dona Marta, Alemão, Mangueira, Salgueiro, dentre muitos outros, se a locomoção é difícil?

Sugiro ao Sr. Ministro Humberto Costa, ao Secretário-Executivo do Ministério da Saúde, Gastão Wagner, que em cada comunidade carente, especificamente a dos morros, seja construída, com o apoio da Prefeitura e do Governo do Estado, uma base fixa, onde seriam efetivados os primeiros socorros. Falo de base fixa, simples e com telefone público (orelhão), para contato com as ambulâncias do Serviço 192, a fim de avisá-las sobre pessoas que necessitam de atendimento urgente. Os profissionais dessas bases fixas emergenciais seriam contratados na própria comunidade, porque nelas residem profissionais de saúde, como auxiliares e técnicos em enfermagem, enfermeiros e até mesmo médicos. Além disso, vai ser uma forma de garantir empregos aos profissionais de saúde desempregados que esperam por uma oportunidade. De qualquer forma, é muito bom o serviço de atendimento a urgências, que protege a população e a trata com respeito e dignidade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados que assistem à *TV Câmara* e ouvem a *Rádio Câmara*, apresentei indicação ao Ministério da Saúde sugerindo que o Serviço de Atendimento Móvel às Urgências (SAMU/192) tenha o apoio de bases fixas de atendimento, além da implantação, por ordem das autoridades fluminenses, de aparelhos públicos de telefone perto dessas bases, com o objetivo de facilitar a comunicação com as ambulâncias e a comunidade a ser atendida.

Muitas pessoas que moram nos Municípios do Rio de Janeiro atendidos pelo SAMU/192 reclamaram que, apesar de solicitar socorro, a resposta muitas vezes é



de que não há ambulância disponível para o atendimento ou simplesmente de que esses veículos não existem. Portanto, tornam-se urgentes as devidas providências pelo Ministério da Saúde, a fim de verificar o que está ocorrendo e, por intermédio do setor responsável pela fiscalização do serviço, conserte o que está errado, pois o problema está prejudicando quem necessita dessa importante ferramenta de atendimento médico.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que autorize a divulgação deste pronunciamento no Programa *A Voz do Brasil* e nos demais órgãos de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.



O SR. LINCOLN PORTELA (Bloco/PL-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, parablenizo a Universidade Federal de Viçosa, que numa disputa paritária pôde eleger seu novo Reitor, Carlos Sedyama, com 32 votos contra 7 do segundo colocado e 2 do terceiro. Parablenizo também aquela comunidade, os corpos docente e discente e os funcionários. E igualmente, Sr. Presidente, parablenizo o Ministro Tarso Genro, que ratificou a importância da autonomia das universidades, não permitindo que outras interferências viessem a melar — desculpem-me o termo — todo o processo, que foi sério e honesto.

Foi uma eleição paritária a disputada e vencida por Carlos Sedyama.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. DELEY - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DELEY (PV-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero comunicar que ontem o Partido Verde ingressou com uma ação direta de inconstitucionalidade em relação à medida provisória que libera a plantação de soja transgênica.

Sr. Presidente, não há nada de romântico nessa atitude, porque o PV se baseia em aspectos puramente científicos. Queremos que haja um estudo de impacto ambiental. E até fazemos uma sugestão: a Monsanto, uma das grandes interessadas no assunto, como sabemos, detém extraordinários recursos. Seria o caso de ela financiar esse estudo de impacto ambiental para acabar com toda essa polêmica.

Não podemos achar, como foi feito na década de 70, que o Brasil deve ir para frente e sairmos agredindo a natureza de qualquer maneira.

Era o que tinha a dizer.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Com a palavra o Sr. Deputado Zé Geraldo.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero manifestar minha preocupação com a total violação dos direitos humanos de 4 trabalhadores rurais do Município de Anapu, sudoeste do Estado do Pará, mantidos irregularmente na prisão, na cidade de Altamira, por exatos 237 dias.

Os lavradores Urzulas Araújo de Souza, Cláudio Bezerra da Costa, José dos Passos Rodrigues dos Santos e Júnior Alves de Carvalho foram presos na cidade de Anapu, no dia 27 de fevereiro do corrente ano, sob a acusação de terem assassinado um vigilante da Fazenda Rio Anapu e ferido duas pessoas. A prisão ocorreu quase 12 horas após o fato, sem qualquer perseguição, descaracterizando-se assim o flagrante, tornando-a absolutamente ilegal e com contornos nitidamente políticos.

Concluído o auto de flagrante, feito de forma irregular, foi ele remetido para a sede da Comarca de Pacajá, a 220 quilômetros de Altamira (local onde ficaram presos os trabalhadores) e a 80 quilômetros de Anapu (local do fato). O flagrante foi mantido pelo Juiz de Pacajá.

O inquérito foi recebido pela Justiça de Pacajá aos 11 dias do mês de março de 2004, quando foi dado vistas ao Ministério Público, que o recebeu em carga somente no dia 23 e ofereceu denúncia apenas 3 meses depois, extrapolando injustificadamente o prazo da lei, que é de 5 dias. E aqui se configura outra faceta da ilegalidade da prisão: o excesso de prazo.



Em abril foi impetrado *habeas corpus* na Vara Agrária de Altamira, que não o recebeu, por se considerar incompetente em face da manutenção da prisão em flagrante pelo Juiz de Pacajá. Ainda em abril foi impetrado pedido de relaxamento do flagrante perante a Justiça de Pacajá, o qual sequer foi apreciado.

Outros *habeas corpus* foram impetrados no Tribunal de Justiça do Estado do Pará apontando o Juiz de Pacajá como autoridade coatora, pendentes ainda de julgamento de mérito.

Em 29 de junho, sem receber a denúncia, o Juiz de Pacajá declinou da competência e remeteu o processo para a Vara Agrária de Altamira, onde novo pedido de liberdade provisória foi protocolado, encontrando-se até hoje pendente de apreciação.

Transcorreram 124 dias de constrangimento ilegal sem que a Promotoria Pública enviasse a denúncia à Justiça de Altamira. Agora temos uma prisão mantida por juiz incompetente, que, ao lado do flagrante inexistente e do excesso de prazo, robustece ainda mais o constrangimento ilegal dos trabalhadores. Essa situação perdurou por longuíssimos 3 meses, quando finalmente aos 203 dias de prisão — dia 16 de setembro — a denúncia foi recebida e ratificados os atos anteriores.

O interrogatório somente ocorreu aos 14 dias do mês de outubro, quando os trabalhadores contavam 233 dias de cárcere. Hoje, já completaram 237 dias.

Como se vê, Sr. Presidente e Srs. Deputados, há instalado no Pará um verdadeiro estado de exceção, onde as garantias processuais e constitucionais não são observadas.



Neste caso, restou aos defensores dos presos apelar para o Superior Tribunal de Justiça, aqui em Brasília, onde o pedido de *habeas corpus* tramita sob o nº 38.783.

Apelo, portanto, para aos Ministros deste Tribunal, cuja sensibilidade não permitirá a continuidade de tanta ilegalidade e injustiça.

É inaceitável tanta demora do Poder Judiciário paraense em decidir acerca dos inúmeros pedidos de liberdade feitos em nome dos trabalhadores. Esse descaso evidencia violação aos direitos fundamentais e à Constituição Federal, já que os trabalhadores encontram-se presos cautelarmente há tanto tempo sem que lhes tenham sido oferecidas as oportunidades legais para produzir sua defesa.

É preciso corrigir urgentemente essa ilegalidade e, para isso, reivindico a imediata libertação dos trabalhadores rurais sem-terra, tendo em vista que o caso se parece mais com uma prisão política do que efetivamente com o cumprimento da lei penal. É preciso restabelecer as garantias do Estado de Direito.

Liberdade aos trabalhadores!

Aproveito também para reiterar meu apoio incondicional à irmã Dorothy Stang, missionária católica, agraciada recentemente com o Título de Cidadã Paraense pela Assembléia Legislativa do Estado, por ter dedicado a vida à defesa dos pobres e desvalidos do Município de Anapu.

A irmã Dorothy foi irresponsavelmente envolvida pelas autoridades locais no processo contra os lavradores, sendo levianamente acusada de ser a responsável pelo conflito que culminou na morte do Sr. José Antônio Nascimento. E, por incrível que pareça, num momento em que ela estava em Brasília, buscando contatos com o



Ministério da Justiça e órgãos do Governo Federal, como IBAMA e INCRA, para evitar que a situação chegasse ao limite que chegou.

Como acompanhei a missionária católica nessa e em todas as vezes em que veio a Brasília procurar nos órgãos do Governo Federal uma saída definitiva para os conflitos sobre a posse da terra naquele Município da Transamazônica e sabendo que a sua intenção de pacifista e de defensora dos pobres é justamente a busca da paz no campo, coloco-me à disposição para depor em seu favor.

A irmã Dorothy, que tanto luta por justiça, deverá ser isentada de qualquer responsabilidade nesse trágico episódio. O que aconteceu no Município de Anapu é consequência da morosidade, muitas vezes, até da própria Justiça em resolver a situação de conflito que se arrasta por vários anos sem uma solução definitiva.



A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, manifesto minha emoção e meu orgulho em relação à campanha que desenvolvemos na cidade do Rio de Janeiro.

O PCdoB, em coligação com o PCB, conta com a coragem e a resistência de eleitores e, apesar do uso mais despujado e crescente da máquina administrativa e das estruturas da Prefeitura do Rio de Janeiro, conseguiu, sem muitos recursos financeiros e com apenas 1 minuto e 28 segundos de programa na televisão, a maior votação da esquerda e do campo progressista da cidade.

Apesar de não ter obtido a vitória eleitoral, tenho certeza de que nossos eleitores e apoiadores — intelectuais, artistas, lideranças populares e de movimentos sociais — não se arrependem da luta que travaram, do voto que deram para a construção de alternativa diferenciada na cidade do Rio de Janeiro, pela esquerda.

Sem dúvida alguma, a esquerda vai se tornando protagonista naquela cidade. O PCdoB tem adotado postura nítida, clara e cristalina de quem sempre teve a amplitude e a generosidade de trabalhar pela unidade da esquerda, mas que neste momento não teve o mesmo retorno.

No entanto, conscientes da responsabilidade com que saímos das eleições, esperamos reconstruir esse pólo e sair da falsa polarização entre a direita conservadora e autoritária e aquela perversa mistura que virou fenômeno no Estado do Rio de Janeiro, ou seja, a política e a religião no comando.

Criticamos o uso da máquina pública por parte de todos os Governos. Não podemos ser hipócritas e pensar que uma única instância governamental o fez.



Aliás, chamo a atenção da Justiça Eleitoral, que vê o que está acontecendo e nada faz. O art. 73, inciso VI, alínea b, da Lei Eleitoral, que tenho em mãos, diz claramente ser proibida a divulgação e a publicidade de programas e atos de governo em todas as instâncias — Federal, Estadual ou Municipal — ou mesmo de suas empresas de administração indireta, a 3 meses das eleições.

Assistimos a flagrante e absoluto uso da máquina e ao uso despuadorado do dinheiro público em benefício de alguns candidatos, no Rio de Janeiro. Particularmente vi isso na cidade do Rio de Janeiro, e a situação se fortalece agora em razão do segundo turno. Até a Governadora deslocou seu gabinete para outra cidade no intuito de favorecer determinada candidatura. Esse é um flagrante da prática que ocorreu durante a campanha eleitoral no Brasil. O atual Prefeito do Rio de Janeiro, reeleito, junto com o Governo do Estado e o Governo Federal, todos se utilizaram da máquina pública no processo eleitoral.

Faço aqui um apelo à Justiça Eleitoral no sentido de que faça cumprir a lei.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, apresentei projeto de lei que acrescenta à Lei Eleitoral dispositivo que proíbe a divulgação ao público de pesquisas eleitorais nos 30 dias anteriores às eleições, no primeiro turno, e nos 10 dias anteriores ao segundo turno, por serem indutoras e manipuladoras do comportamento do eleitor. E muita gente tem ganho dinheiro fácil com a parcialidade política do processo de divulgação das pesquisas.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para informar à Casa que dei entrada a requerimento de informações ao Ministério das Relações Exteriores sobre a posição brasileira diante da manutenção de militares norte-americanos em território colombiano. Matéria publicada no jornal *Estado de S.Paulo*, edição de 15



de outubro, revela que o Congresso norte-americano autorizou a duplicação do orçamento das tropas e aprovou ação militar no território da Amazônia colombiana, extensivo à fronteira da Amazônia brasileira.

É necessário que o Governo brasileiro se posicione a esse respeito. Imagino que já o tenha feito, adotando postura soberana no que se refere à política externa, ao impedir a inspeção de tecnologia nuclear de segurança nacional. Foi correta a decisão do Governo brasileiro, mas é preciso que se posicione diante dessa realidade e interceda perante a ONU para impedir a intervenção militar norte-americana na Colômbia, contra as FARC, bem como a entrada na Amazônia brasileira com base nessa justificativa.

Sr. Presidente, não poderia deixar de realçar o papel das Forças Armadas brasileiras na defesa do território nacional e do seu papel constitucional, ao tempo em que lamento profundamente a posição do Exército brasileiro no caso Vladimir Herzog, recuperando anacronicamente ideologia de segurança nacional contrária aos militantes da liberdade e aos democratas militantes da esquerda, que atuaram pelo fim da ditadura e do autoritarismo no Brasil.

Fiquei chocada com o que li na nota divulgada à imprensa. Na minha opinião, a retratação é insuficiente. Quero crer que a melhor forma de resolver a situação é a abertura, pelas Forças Armadas brasileiras, de seus arquivos, para finalmente recuperarmos a história verdadeira deste País. Assim, poderemos passar a limpo o período autoritário, as cenas de tortura e morte de tantos brasileiros que militavam por liberdade.

Muito obrigada.



A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, além do cotidiano, do que conquistamos na democracia brasileira — tão imperfeita, mas tão importante que estamos todos envolvidos nas eleições municipais —, cabe-nos, como tarefa, como zelo fundamental no exercício do mandato, uma atenção muito grande ao que o País está vivendo e à democracia como um todo, como valor histórico construído por tantas partes, por tantos atores, por tantos homens e mulheres!

É sobre isto que quero falar nesta tarde na Câmara dos Deputados.

Senti profundamente que a matéria divulgada pelo *Correio Brasiliense*, domingo último, apresentando as circunstâncias de humilhação a que foi submetido o jornalista Vladimir Herzog pouco antes de ser assassinado numa instalação do DOI-CODI, merece de todos nós uma profunda meditação acerca de responsabilidade pública!

A viúva do jornalista fez o reconhecimento das fotos e o Brasil se posiciona indignado diante de uma fraude que vem sendo recontada ao longo de tantos anos.

Certamente, não havia qualquer credibilidade no suicídio de alguém que era um grande jornalista; sim, um militante do PCB, mas, mais do que tudo, patriota, democrata, homem de princípios!

Ele foi um entre tantos assassinados naquele período. A mesma reportagem mostra claramente, talvez pela primeira vez, um documento em que se contabiliza os assassinatos, os presos, os encaminhamentos do DOPS de São Paulo e do DOI-CODI e as circunstâncias de várias mortes.

Se nossa geração quer viver verdadeiramente a democracia, não podemos fechar os olhos a isso, porque ela não se ergue sobre alicerces de areia. Precisamos



ter a sabedoria, o povo e o Governo, de caminhar com segurança, tomando conhecimento de todas essas informações — como se fez na Argentina —, sem revanchismos, mas pavimentando o caminho para a verdade.

Para mim e, tenho certeza, para todos os que comungam desta posição, os familiares dos mortos e desaparecidos políticos, lutadores e democratas que verdadeiramente amavam o Brasil — não como se dizia na década de 1970: *Ame-o ou deixe-o!* —, os que desejavam um país sempre mais livre, democrático e soberano, será impossível conviver com a nota divulgada pelo Centro de Comunicação Social do Exército.

Componho a base do Governo nesta Casa, faço parte do Partido dos Trabalhadores e acredito que nosso Presidente e nosso Ministro da Justiça, que responde pela Pasta dos Direitos Humanos, não aceitarão apenas uma nota tímida, buscando qualquer desculpa com títulos e caracterizações absurdas, divulgada sob a responsabilidade do General Antônio Gabriel Esper, em 17 de outubro de 2004, sobre o episódio de Vladimir Herzog.

É necessário que o Governo afaste o Chefe do Centro de Comunicação Social do Exército, porque esses símbolos são importantes para a nossa época e para a recuperação da verdade. Um Governo de caráter democrático como o nosso não precisa conviver com generais autoritários que têm saudades dos tempos da ditadura, como demonstra o General Antônio Gabriel Esper, que não deveria continuar na posição que ocupa.

Durante o discurso da Sra. Maria do Rosário, o Sr. Inocêncio Oliveira, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Paulo Cunha, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Inocêncio Oliveira.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com muita satisfação que acompanho na mídia as vitórias do Brasil em torno dos subsídios de países ricos a produtos agrícolas, concedidas pela Organização Mundial do Comércio (OMC), causando impacto positivo na agricultura, beneficiando inclusive o Nordeste e elevando o nível de geração de emprego.

A revista *Veja*, edição de 11 de agosto de 2004, noticia as conquistas das decisões históricas da OMC, que colocam a agricultura no centro do debate e prevêm a redução das barreiras ao comércio mundial.

A primeira decisão e a mais importante foi tomada no domingo, 1º de agosto, quando 147 países concordaram sobre a forma de condução da rodada de negociações iniciada em Doha, Catar, em 2001. Entre outras coisas, ficou definido que os países ricos devem acabar com os subsídios às exportações agrícolas e promover rodadas com o objetivo de reduzir subsídios e impostos de importação.

A segunda decisão marcante ocorreu na quarta-feira, dia 4, quando os juízes da OMC deram razão a Brasil, Tailândia e Austrália, que exigem a revisão imediata dos subsídios para exportação concedidos pela União Européia aos produtores de açúcar.

Na OMC foi criado tribunal para evitar eventuais guerras e solucionar conflitos entre países por causa de um produto. De forma técnica, as disputas seriam solucionadas, e assim se evitariam problemas políticos entre países.



A decisão da OMC, contrária aos subsídios da União Européia (UE) ao açúcar e dos Estados Unidos ao algodão, esta última ocorrida em abril passado, reforça sua credibilidade e consolida sua autoridade como foro de negociações internacionais e instância garantidora do cumprimento dos acordos comerciais. Diante disso, podemos dizer que nenhum país mais frágil ficará sujeito à arbitrariedade dos poderosos.

O consenso obtido pelos 147 países levará à conclusão da negociação da Rodada Doha, prevista para o final de 2005. A definição de uma data para a eliminação dos subsídios à exportação e a redução das subvenções aos produtos locais só será realizada quando todas as negociações tiverem terminado.

Segundo noticia o jornal *Valor Econômico*, edição de 5 de agosto de 2004, a guerra aberta pelo Brasil contra os subsídios agrícolas ainda tem longo caminho pela frente. Mesmo que o resultado referente ao açúcar seja confirmado em todas as instâncias, a implementação das medidas será negociada entre União Européia e Brasil, Austrália e Tailândia. Porém, se não houver acordo, a OMC nomeará um árbitro para fixar os prazos que deverão ser cumpridos pelos europeus. Se os países reclamantes não ficarem satisfeitos, a OMC poderá autorizar retaliações econômicas contra a UE.

A OMC é cada vez mais importante fórum para o Brasil. O País deverá abrir, em breve, um processo contra as medidas norte-americanas impostas à importação do camarão brasileiro. A fase do processo *antidumping* ainda é preliminar, mas as vendas para os EUA têm diminuído nos últimos meses, por precaução. As empresas brasileiras serão obrigadas a pagar as tarifas já a partir desta semana, e as



sobretaxas só poderão ser questionadas quando o Governo dos EUA se posicionar de forma definitiva, o que ocorrerá após fevereiro de 2005.

Na atual fase do processo *antidumping* conduzido pelo Departamento de Comércio dos Estados Unidos (DOC), foram investigadas 3 empresas brasileiras responsáveis por 30% das exportações para aquele país. A pernambucana EMPAF/Netuno foi absolvida e poderá exportar livremente para o mercado americano. A Companhia CIDA, do Rio Grande do Norte, pagará 8,41%; a potiguar NortePesca foi a mais prejudicada, com 67,8%. A partir desses percentuais, o DOC calculou uma média de 36,9% para todos os outros exportadores do Brasil.

Conforme bem relatado na *Gazeta Mercantil* do dia 2 de agosto de 2004, “a iniciativa do governo George W. Bush contra os criadores e exportadores de camarão brasileiros é mais uma ação a expor a contradição entre o discurso ‘liberalizante’ e a prática protecionista do Tio Sam, no exato momento em que se discute, na OMC, a abertura dos mercados mundiais. No geral, as tarifas básicas de importação dos EUA podem ser baixas, mas significativamente em relação ao Brasil os produtos mais exportados para aquele mercado são os mais sobretaxados ou mais afetados por imposição de cotas. Basta citar os casos dos produtos siderúrgicos, do suco de laranja e do açúcar”.

Por enquanto, resta aos produtores de camarão do Nordeste aproveitar o XIII Simpósio Brasileiro de Aquicultura (SIMBRAQ), que teve início no dia 9 de agosto de 2004, e sugerir à Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca e ao Banco do Nordeste do Brasil a criação de uma linha de crédito de custeio para o setor, visando criar um lastro para que os produtores brasileiros tenham condições de enfrentar as barreiras comerciais que os Estados Unidos ameaçam impor ao produto brasileiro.



O agronegócio no Brasil continua responsável pelo superávit da nossa balança comercial e pelos números que revelam a competência, a perseverança e o trabalho dos nossos empresários agrícolas. Na produção e no comércio de açúcar, o Brasil lidera os *rankings* mundiais como maior produtor e maior exportador, com menor custo de produção. Segundo a CONAB — Companhia Nacional de Abastecimento, no quadro da safra destaca-se o aumento da produção de algodão em caroço e em pluma (esta última para 1,15 milhão de toneladas, entre outros produtos).

O empresariado brasileiro tem feito a sua parte para o desenvolvimento da Nação. Porém, o que me preocupa, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, além dessas tramitações internacionais, é a infra-estrutura necessária para acelerar esse crescimento, pois as estradas do País permanecem em precaríssimo estado de conservação, e as obras de recuperação de responsabilidade do Poder Executivo parecem irrealizáveis.

O agronegócio do Brasil vai bem. É preciso vigiar para que as nossas conquistas não sejam solapadas pelas tentativas de desestabilização, que só interessam aos mercados concorrentes do exterior.

Muito obrigado.



O SR. FERNANDO CORUJA (PPS-SC. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero destacar o Programa Aviso por Maus-Tratos Contra Crianças e Adolescentes, lançado pelo Ministério Público em parceria com outras entidades governamentais e não-governamentais, em Florianópolis, no Estado de Santa Catarina. Isso demonstra uma disposição firme da sociedade em ampliar e fortalecer os instrumentos de proteção à infância e adolescência.

As estatísticas de atos de violência física, abandono, negligência e abusos sexuais dão urgência a quaisquer medidas capazes de revertê-las, e a maneira mais eficaz é acabar com a impunidade dos agressores. O primeiro passo é a denúncia, em nome das vítimas. Um número é suficiente para conferir esta urgência e destacar a importância do programa: de janeiro a agosto deste ano foram registrados 1.826 denúncias de abuso sexuais contra menores em Santa Catarina. Um dado que preocupa: 80% dos casos de violência são considerados domésticos pelo fato de ocorrerem no âmbito da própria família. Isso significa que existem sérias dificuldades para o encaminhamento de tais denúncias.

Temos muito a discutir e muito a fazer com relação à proteção à infância em nosso País. O Brasil possui uma das leis mais avançadas de proteção à criança e ao adolescente. No entanto, a violência física, sexual e psicológica continua sendo um dos maiores problemas enfrentados pelos jovens, na maioria dos Estados do nosso País. O Governo precisa atuar no sentido de estimular programas que beneficiam a criação de novos espaços de lazer: por exemplo, quadras esportivas, especialmente em áreas carentes e em áreas rurais. Precisamos direcionar o jovem para o esporte. Dessa forma, ele estará protegido da violência e das drogas. Outro fator importante



é a realização de fóruns permanentes para discussão do Estatuto da Criança e do Adolescente a partir das escolas e comunidades. O Estatuto da Criança e do Adolescente precisa ser discutido, levado ao conhecimento da população. Faltam programas de prevenção, substituídos apenas pela repressão. Precisamos fazer cumprir o Estatuto da Criança e do Adolescente. As leis por si só não modificam a realidade.

Passo a abordar outro assunto, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como médico e representante neste Parlamento do povo catarinense, chamo atenção para um assunto que considero da maior gravidade: o câncer de mama. Essa é a doença que mais mata mulheres catarinenses. Os dados são do Centro de Pesquisas Oncológicas — CEPON, centro de referência em câncer no Estado de Santa Catarina, que aponta que está aumentando a incidência de câncer de mama feminino, principalmente entre as jovens. Das 3 mil consultas atendidas por mês no CEPON, 900 delas são de mulheres que apresentam câncer de mama. Além do fator hereditário, o crescimento da incidência da enfermidade está associada a maus hábitos alimentares, como dietas ricas em gorduras, e a menstruação precoce, menopausa tardia e falta de exercícios físicos.

A prevenção ainda é a melhor forma de combater o câncer: manter hábitos saudáveis de alimentação, praticar exercícios físicos, fazer exames médicos periódicos e o auto-exame das mamas estão entre as recomendações. Detectar precocemente a doença facilita o processo de cura. Para tanto, o auto-exame e a procura de um especialista são fundamentais para a descoberta e o tratamento precoce.



Por outro lado, os tratamentos médicos têm sido aprimorados a cada ano, e atualmente a doença pode ser enfrentada com menos sofrimento. Novas drogas têm oferecido mais tempo de vida nos casos graves; e, quando diagnosticado com antecedência, nem sempre é necessária a retirada das mamas.

Porém, falta informação à maioria das mulheres. O Governo, através do Ministério da Saúde, tem obrigação de investir recursos em campanhas institucionais permanentes, que informem às mulheres a importância da prevenção. E todas as mulheres, até mesmo as mais pobres, precisam ter acesso aos exames de mamografia, atualmente disponíveis apenas para uma minoria privilegiada. É hora de olhar para a saúde da mulher com muito mais atenção e respeito.

Durante o discurso do Sr. Fernando Coruja, o Sr. João Paulo Cunha, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Inocêncio Oliveira, 1º Vice-Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Bornier.

O SR. NELSON BORNIER (PMDB-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, comemorou-se no último dia 12 de outubro, o Dia da Criança, como se todos os dias do ano não lhe pertencessem. É uma data que por si só fala muito alto, na medida em que faz convergir para um mesmo objetivo toda a ternura que o ser humano pode conceber dentro do contexto da perpetuação da espécie.

Sem distinção de raça, cor, origem, toda criança é simplesmente uma criança. É dela que o mundo espera melhores dias, num futuro menos tortuoso que aquele em que vivemos na atualidade. Mas para que isso seja alcançado, necessário se torna que olhemos a criança como algo muito importante, pois ela, que hoje exige os nossos cuidados, é sem dúvida alguma a grande esperança dos dias futuros.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, apesar dos esforços empreendidos em diferentes partes do planeta, as estatísticas da Organização Mundial de Saúde — OMS exibem números verdadeiramente estarrecedores, num universo de carências que chega a questionar o grau de evolução alcançado pela humanidade.

O homem inventou a roda, descobriu a pólvora, fabricou o relógio, o avião, foi à lua e mudou, por assim dizer, todo um conceito de existência na face da Terra, mas, infelizmente, ainda não se conscientizou da necessidade de adoção de políticas públicas voltadas para a criança, a infância e a juventude.

São alarmantes os índices de mortalidade infantil decorrentes da desnutrição, da falta de saneamento básico e de condições mínimas de sobrevivência entre as populações de menor poder aquisitivo.



Nada disso porém desanima o coração daqueles voltados para a prática do bem, tendo a criança como objetivo maior.

Gostaria que no próximo ano todas as crianças do Brasil pudessem reunir-se em lugar festivo, receber o carinho dos adultos, o afeto de seus familiares e a atenção de todos quantos temos responsabilidades sobre o seu futuro. Mas se isso não for possível, cabe-me, como pai que sou, formular a todos votos de congratulações e de perene felicidade.

Não nos esqueçamos de que quem não cuida da criança hoje está fadado a lidar amanhã com a miséria, a violência e a marginalidade que tanto atormentam os nossos dias.

Sejam, pois, as minhas palavras de carinho, respeito e grande admiração pela criança, pois nela repousa sem dúvida alguma a grande esperança deste País.

Era o que tinha a dizer.



O SR. MOACIR MICHELETTO (PMDB-PR. Pronuncia o seguinte discurso.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ninguém mora na União nem no Estado, mas todos moram em um dos cinco mil quinhentos e cinquenta e três Municípios brasileiros — todos entes federados, que recebem atribuições e tarefas descentralizadas dos poderes centrais, mas nem sempre obtêm recursos financeiros transferidos para executá-los em benefício da população com o objetivo de incentivar o exercício da cidadania e valorizar o regime democrático.

Se os Municípios não recebem os recursos financeiros suficientes para atender seus compromissos constitucionais e por outras legislações tributárias, eles devem ter o controle de suas próprias fontes de receitas arrecadadas e orçadas, para que tenham liberdade e deixem de ficar com o pires na mão visitando gabinetes da Esplanada dos Ministérios, nesta Capital Federal, e distante do jugo financeiro do Governo da União. É uma antiga reivindicação do municipalismo.

A grande maioria dos Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores eleitos no último dia 3 de outubro têm apenas o ensino básico completo, ou somente sabem ler e escrever, mas têm ânimo em cumprir suas atribuições com vontade, dedicação, esmero e, sobretudo, com serenidade.

Ao aproveitar esse gesto de interesse dos Prefeitos recém-eleitos ou reeleitos, o Governo da União deveria convidá-los para reuniões de trabalho em cada Capital e assinar protocolos de parcerias com o objetivo de incrementar políticas públicas de educação, de saúde e de assistência social para crianças, portadores de necessidades especiais e de idosos com mais de 60 anos, a partir de 1º de janeiro de 2005.



Esse ato de colaboração mútua seria um elo para fortalecer a consciência política dos Municípios e racionalizar a aplicação de recursos financeiros previstos no Orçamento Geral da União. Nenhum país será potência mundial enquanto tiver Municípios fracos.

Assim, é importante que os eleitos, ao serem empossados, desativem estruturas administrativas ociosas, departamentos sem atribuições definidas, assessorias inadequadas e evitem os custos de corrupção, que subtraem dos orçamentos municipais recursos para atender custeios e investimentos na infraestrutura, em obras e serviços sociais para assistir a todos.

Os novos Prefeitos, Vice-Prefeitos e os Vereadores devem ter postura serena nas atitudes, ser severos nas correções necessárias e conservadores na aplicação da justiça, a fim de estabelecer harmonia nas administrações, ora ouvindo as reclamações das cidadãs, ora verificando as queixas dos cidadãos, porém sempre observando os ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal, de 04 de maio de 2000, que disciplina a geração de resultados com o equilíbrio fiscal em médio prazo, o que representa uma valiosa medida para o aprimoramento da ética política.

Destaco que essa legislação estabelece diretrizes para finanças públicas vinculadas à responsabilidade na gestão fiscal de forma planejada e transparente, levando em conta a estabilidade contábil entre receitas e despesas.

Ressalto que o grande Prefeito de qualquer Município brasileiro será aquele que cumprir suas promessas da campanha eleitoral, que tiver uma equipe talentosa, auxiliares disciplinados e colaboradores decentes.

O sucesso do gestor municipal deverá advir de programas, projetos e atividades consistentes e objetivos com recursos definidos e garantidos. Não poderá



ele assumir denominações oportunistas nem adotar posições inadequadas na seara da promoção social, e deverá evitar sempre o imprevisto, a incompetência e a irresponsabilidade.

Parabenizo os novos Prefeitos e os reeleitos, os Vice-Prefeitos e os Vereadores do Estado do Paraná e do nosso País, formulando votos de êxito para que, irmanados, todos possam construir uma política democrática, integrada e eficiente em favor de nossas cidades, e, sobretudo, em benefício do nosso povo, que almeja educação, saúde, emprego, moradia, segurança pública, preservação do meio ambiente, estímulo ao turismo, justiça social, incentivo ao empresariado, fortalecimento da cidadania e, principalmente, defesa da soberania nacional.

Sr. Presidente, solicito a V. Excelência que meu pronunciamento seja divulgado pelos órgãos de comunicação desta Casa Legislativa.

Muito obrigado.



O SR. VITTORIO MEDIOLI (PSDB-MG. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mesmo sem dispor de uma estatística mais consistente, mas analisando o resultado das eleições municipais em 18 Municípios de Minas, escolhidos aleatoriamente entre aqueles que tiveram o Prefeito no papel de candidato à reeleição, dá para notar que o momento não era favorável a eles.

Apenas 6, ou 33%, se confirmaram no cargo. Doze ou 67%, amargaram a derrota.

A média é bem distante de quanto se registrou em 2000, quando a maioria — mais de 50% do total — conseguiu se manter no cargo. E se nada acontece por acaso, no fracasso dos Prefeitos existe obviamente algo em comum.

Regra básica é o Prefeito ser avaliado por aquilo que já realizou. Apenas ao candidato estreante se concede com generosidade a possibilidade de prometer coisas mirabolantes e de invadir a ficção; o Prefeito que já enfiou as mãos na massa deve prestar conta do passado e se explicar no recinto bem mais apertado da realidade dos fatos e das obras.

Se tiver feito muito e com cuidado, o destino natural será a confirmação no cargo, do contrário, será o afastamento. Mas os Prefeitos atuais, apesar da boa vontade e do desejo de atender à população, não encontraram especialmente nos últimos 2 anos condições favoráveis para exercer o cargo.

A economia brasileira em 2003 registrou recessão e o primeiro semestre de 2004 pouco acrescentou. A situação ainda se agravou pela introdução da pseudo-reforma tributária, que aumentou as privações do cidadão. Nesse quadro perverso a União aumentou a arrecadação sem transferi-la aos Municípios, que amargaram queda expressiva de repasses constitucionais.



O quadro de calamidade para os Prefeitos se completou com o corte drástico de emendas orçamentárias por via do superávit — exceção feita a algumas administrações petistas como São Paulo, Recife e Belo Horizonte.

O cidadão que paga a conta do arrocho, em geral, não distingue com clareza as causas e tende a descontar sua insatisfação no primeiro que passa na porta, justamente no Prefeito, o mais próximo dos administradores públicos. O resultado eleitoral revela essa lógica cruel. À luz dos fatos nota-se que o pacto federativo brasileiro precisa de uma revisão urgente, em especial para reverter o modelo centralizador que enfraquece Estados e Municípios e concentra na União uma fatia desproporcional de recursos.

O desequilíbrio tende à perpetuação do Governo Central, o melhor aquinhado pelo reparte infame de arrecadação, enquanto fragiliza administrações periféricas como já é dado a perceber no resultado eleitoral.

É tudo que o PT deseja para reeleger Lula, mas a democracia nesse terreno minado de descontentamento corre riscos enormes.



O SR. MARCELO GUIMARÃES FILHO (PFL-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a imprensa noticiou esta semana o absoluto desvirtuamento de programas sociais do Governo Federal, que deixa desassistidos aqueles que verdadeiramente deles necessitam até como único meio de subsistência.

O denominado Programa Bolsa-Família foi criado pelo Governo Lula para unificar os programas assistencialistas preexistentes, como o Bolsa-Alimentação, o Cartão-Alimentação, o Bolsa-Escola e o Auxílio-Gás, somando, ao todo, benefícios que não podem ultrapassar R\$ 95,00 por família cadastrada.

Esse mais ambicioso programa de transferência de renda da história do Brasil tem mostrado suas falhas e mazelas, fruto da incapacidade do Governo Federal de gerenciar e fiscalizar sua aplicação, já que ficou comprovado que apesar do elevado investimento, da ordem de 5 bilhões de reais, ainda há crianças desmaiando de fome, escolas sem mesa e cadeira e famílias sobrevivendo com renda mensal de menos de R\$ 30,00.

Embora federal, a verba é distribuída pelos Municípios, cabendo às prefeituras o cadastramento e a implementação dos beneficiários, os quais, na grande maioria dos casos constatados pela própria Controladoria da União, não preenchem os requisitos legais para obtenção dos benefícios.

Segundo se apurou, há inúmeros casos de pessoas cadastradas no Bolsa-Escola que moram em boas casas de alvenaria, com carros na garagem, donos de hotel e até de vilas de apartamento.

O descontrole é tamanho que não há, sequer, necessidade de comprovação da frequência escolar no caso do Bolsa-Escola.



Tal constatação, aliada à falta de entrosamento entre as prefeituras e o Governo Federal, resulta nos alarmantes dados da recente pesquisa do IPEA, segundo a qual 20% das famílias pesquisadas aparecem com renda zero.

A falta de informações precisas pode indicar que os índices de pobreza usados não são confiáveis, o que resulta no elevado número de 54 milhões de brasileiros que supostamente estariam passando fome pela inexistência de qualquer renda para essas 11 milhões de famílias.

Dados distorcidos implicam, Sr. Presidente, em ações governamentais também distorcidas. Apenas para dimensionar a desproporcionalidade do planejamento orçamentário, destaco que o orçamento do Ministério da Educação para o próximo ano, de 2005, é de 7,6 bilhões de reais, ao passo que o Governo Federal pretende distribuir 6,7 bilhões com o Programa Bolsa-Família, ou seja, quase o mesmo montante previsto para todo o investimento em educação no País, resultando, assim, na distribuição de benefícios para quem verdadeiramente deles não necessitam.

Não obstante, Sr. Presidente, o Governo Federal fecha os olhos a essa triste realidade, chegando o Ministro do Desenvolvimento Social, em resposta à reportagem exibida pelo *Fantástico* neste último domingo, a afirmar que as distorções apontadas de fato existem, mas representam apenas singela minoria, já que a grande maioria dos cadastrados formada por pessoas verdadeiramente necessitadas, do ponto de vista da pobreza absoluta.

Ora, Sr. Presidente, se em apenas 3 Municípios, aleatoriamente escolhidos, por amostragem, para realização da excelente reportagem, os dados constatados são extremamente estarrecedores, imagina-se o que não deve estar ocorrendo



nesses outros mais de 5 mil Municípios brasileiros, multiplicando-se, assim, a possibilidade de injustiças e distorções inaceitáveis?

Apenas para comprovar a inconsistência dos dados estatísticos, chamo a atenção de V.Exas. para o fato de que o Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e Rio Grande do Sul, mesmo concentrando população de melhor nível de renda comparada com outras unidades da federação, ainda assim apresentam elevada percentagem de beneficiários, da ordem de 14%, superados apenas por Estados como o Piauí e o Maranhão, alcançados por cerca de 30% de cobertura dos programas sociais.

Diante dessa lamentável constatação, Sr. Presidente, esperamos a pronta intervenção das autoridades competentes para fazer cessar essa sangria aos cofres públicos, com a exemplar punição daqueles que se beneficiam às custas de camadas mais pobres da população, que têm nesses programas sociais sua única fonte de sobrevivência.

Muito obrigado.



O SR. TAKAYAMA (PMDB-PR. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desejo cumprimentar todos os Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores eleitos ou reeleitos do Paraná e dos demais Estados do nosso País, no último dia 3, por um processo democrático que se consolida a cada campanha eleitoral, ao valorizar a oportunidade de livre escolha política e, sobretudo, a dignidade.

Os 5.563 Municípios brasileiros se assemelham pela existência da Lei Orgânica Municipal, formatação institucional e responsabilidade constitucional, todos com autonomia político-administrativa e financeira. Há cidades com diferentes padrões de dimensão geográfica, de população e de Índice de Desenvolvimento Humano — IDH, umas com viabilidade econômica, outras sem condições financeiras, mas todas ainda com problemas, carências e desigualdades sociais.

Acredito que, sem uma reforma tributária apropriada em favor do municipalismo, os vitoriosos, a partir de 1º de janeiro de 2005, encontrarão os caixas das Prefeituras no vermelho, contas a pagar, fornecedores em fila para cobrar dívidas, desestruturação orçamentária e o balanço contábil de 2004 sem equilíbrio, mesmo diante da Lei de Responsabilidade Fiscal. Todos se dirigirão à Capital da República, numa nova maratona olímpica para consertar as finanças municipais.

Haverá caravanas e mais visitas dos eleitos ou reeleitos a Brasília. Percorrerão eles os gabinetes da Esplanada dos Ministérios, com projetos de diversas áreas, todos com pires na mão, solicitando socorro emergencial e prioridade para suas reivindicações no curto prazo, pois a maioria das Prefeituras está sobrevivendo num clima de insolvência orçamentária.



Que eles possam cumprir seus compromissos políticos, suas promessas eleitorais e, acima de tudo, atender as necessidades das cidades e do meio rural, que precisam de serviços e obras indispensáveis nas áreas de educação, saúde, moradia, emprego, segurança pública, entretenimento, abastecimento de água, tratamento do esgoto sanitário, controle da poluição, preservação do meio ambiente. Necessitam de justiça social e, sobretudo, de dignidade. Há muito o que realizar em favor dos Municípios e de toda a população brasileira.

A única forma disponível para ampliar significativamente a arrecadação dos Municípios está relacionada ao Imposto sobre Serviços — ISS e ao Imposto Predial e Territorial Urbano — IPTU, cobrando-os pela alíquota máxima. Além disso, cite-se o seguinte: aperfeiçoar o serviço de fiscalização e inscrever os devedores na Dívida Ativa, após tentativas de reescalonamentos com carência e prazos aceitáveis. Novos tributos, nem pensar!

Recordo-me das palavras de Maquiavel, há quase 500 anos, em *O Príncipe*: “*Não há coisa mais difícil de fazer, de êxito mais duvidoso e mais perigosa de conduzir do que levar a cabo a introdução de novas instituições legais*”.

Para finalizar, coloco-me à disposição das entidades municipalistas, que têm pela frente muito trabalho de sensibilização dos dirigentes da União, do Distrito Federal, dos 26 Estados e dos próprios Municípios — entes governamentais mais importantes do País, pois prestam serviços diretamente à comunidade a custo mais baixo e de maneira mais eficiente.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que este pronunciamento seja divulgado pelos órgãos de comunicação desta Casa legislativa.

Muito obrigado.



O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desejo manifestar o meu mais profundo pesar pelo falecimento de uma grande líder empresarial do meu Estado e do País, uma mulher que pela sua inteligência e fidalguia conquistou o coração de todos aqueles que com ela lidaram.

Refiro-me a Beatriz Sanchez de Larragoiti Lucas, uma das maiores representantes do mercado segurador brasileiro e que teve importante atuação para que a empresa fundada por seus antepassados — Companhia Sulamérica de Seguros — se firmasse na liderança do mercado segurador brasileiro.

Em 1990, Beatriz Larragoiti ganhou o Prêmio Segurador, pela primeira vez oferecido a uma mulher. Nos últimos anos, integrou o Conselho de Administração das Empresas da Sulamérica.

Apresento, ao seu filho Patrick de Larragoiti Lucas, a seus familiares, bem como à família Sulamérica, os meus pêsames pelo falecimento de Beatriz, que tão bem retratou a nobreza da mulher brasileira e que deixa um vazio no coração de todos aqueles que a conheceram, entre os quais tenho o privilégio de estar incluído.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para congratular-me com a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro pela eleição e posse do Dr. Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira na Presidência daquela importante entidade.

O Dr. Eduardo Eugênio vem conduzindo a FIRJAN com grande talento e competência, fazendo que esteja ela presente em importantes decisões e em todos os grandes debates sobre o Estado do Rio de Janeiro.



Na sua presidência, a FIRJAN atuou com grande desenvoltura no interior, defendendo uma política de desconcentração industrial altamente positiva para o desenvolvimento econômico do Estado.

Na qualidade de Ministro da Indústria e do Comércio e do Trabalho e Emprego e mesmo de Deputado Federal, tenho mantido com o Presidente Eduardo Eugênio ligação muito estreita, testemunha do seu espírito público, capacidade de trabalho, liderança empresarial e amor pelo Rio de Janeiro.

Desejo ao Presidente Eduardo Eugênio muito sucesso no seu novo mandato. Cumprimento também os Vice-Prefeitos eleitos, na pessoa de Carlos Mariani Bitencourtt e Carlos Fernando Grossi.

Peço que essas minhas palavras sejam incluídas nos Anais da Câmara dos Deputados.

Muito obrigado.



O SR. VIGNATTI (PT-SC. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, registro e elogio desta tribuna a ação do Governo Lula em instalar o Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção. Esta iniciativa louvável visa à redução dos casos de corrupção constantemente comprovados na transferência de recursos federais às prefeituras e instituições que irão executar obras com recursos do Governo Federal nos Municípios.

Queremos aqui, Sr. Presidente, enaltecer a iniciativa da Controladoria-Geral da União, na pessoa do Ministro Waldir Pires. O Conselho terá a atribuição de debater e sugerir medidas de aperfeiçoamento dos métodos de controle, o incremento da transparência na administração pública e estratégias de combate à corrupção e à impunidade.

Observo aqui que o Conselho, integrado por 20 representantes do Governo e de entidades civis, criará um canal legítimo de comunicação direta entre o Governo e a sociedade civil, além de aperfeiçoar o trabalho da Controladoria.

Desde o ano passado, a Controladoria-Geral da União avaliou 310 Municípios. Destes, 221 estavam com problemas graves; 82 com problemas de administração e 7 com falhas apenas formais. A cada 30 ou 40 dias, a Controladoria realiza o sorteio de 60 municípios no País para serem avaliados e classificados.

Em setembro, a revista *Carta Capital* publicou matéria que traz como título *A mão direita que ataca o cofre*, confrontando a lista da Controladoria com a relação dos partidos no poder e constatando os mais corruptos. Segundo a constatação, observou-se uma tendência de legendas consideradas de direita, como o PFL, possuírem, estatisticamente, mais prefeitos corruptos do que outras siglas partidárias. Segundo a revista, os prefeitos do PFL administram 15% das cidades,



mas são responsáveis por 25% das irregularidades detectadas pela Controladoria. O PFL, Sr. Presidente, foi o partido que teve menor aprovação nas recentes eleições municipais no País, sendo a sigla que mais perdeu proporcionalmente prefeituras. A cada quatro prefeituras que o PFL administra, a partir do próximo ano conduzirá apenas uma.

Em Santa Catarina, Estado que represento, os indícios de corrupção se encaixam com a legenda. O PFL tem 18,4% dos Municípios e os auditores detectaram que 60% das cidades onde os casos de corrupção são considerados graves são administradas por um pefelista.

Saliento, Sr. Presidente, que em nenhum momento se identificou qualquer irregularidade nos programas em prefeituras administradas pelo PT.

Outro exemplo que comprova casos de corrupção foi exibido no último programa *Fantástico*, da Rede Globo, que se reportou à má distribuição dos recursos públicos destinados a famílias de baixa renda. Segundo a matéria, o Governo não tem certeza de que o Bolsa-Família está chegando realmente àqueles que mais necessitam de ajuda. Isso se deve à corrupção e à má administração em vários Municípios do País.

Afirmo aqui que a atitude mais marginal que se possa fazer é corromper um programa tão importante que visa à redução da fome no País, como o Bolsa-Família, além de prejudicar o acesso de muitas crianças necessitadas ao mínimo de educação e dignidade.

No Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, duas semanas antes das eleições, o jornal *O Globo* publicou que a Prefeitura de São Francisco de Itabapoama, administrada pelo PDT, cadastrou e entregou senhas a cerca de 2 mil candidatos do



Bolsa- Família, apesar de o Município ter uma cota muito menor — só poderia incluir 500 beneficiários!

De acordo com o Governo, podem receber o cartão do Bolsa-Família aqueles que vivem em extrema pobreza, que têm renda de até R\$50 *per capita*, ou seja, até R\$50 por membro da família. Também têm direito ao benefício famílias consideradas pobres ou extremamente pobres com crianças e adolescentes de até 15 anos. Nesse caso, a renda tem que ser de até R\$100 per capita. Para o próximo ano, o Governo Federal prevê aumentar o número de beneficiados para 8,7 milhões de famílias, abrindo no orçamento recursos da ordem de R\$6,5 bilhões.

Por isso, a instalação desse Conselho para extinguir o desvio de verbas em prefeituras é ato fundamental e louvável. A intensificação da fiscalização é necessária porque é nessa esfera onde se encontra grande parte dos problemas de distribuição de recursos.

O Governo tem possibilitado amplamente condições para o controle social no qual a sociedade participa através de diferentes formas, a exemplo das conferências realizadas por diversos Ministérios, fortalecimento dos conselhos setoriais, como o Conselho Nacional de Políticas para as Mulheres, e a inédita construção participativa do PPA.

Além disso, o Partido dos Trabalhadores, de diversas formas, tem incentivado a sociedade no combate à corrupção, por exemplo, na forma de denúncias que podem ser feitas diretamente ao CGU, que as avaliará e posteriormente enviará força-tarefa para investigação.

Era o que tinha a dizer.



A SRA. ZELINDA NOVAES (PFL-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, apresentamos indicação ao Ministério da Saúde relativa à inclusão, no programa de subsídios daquele órgão, de medicamentos para o Mal de Alzheimer. No dia 12 de setembro deste ano, o jornal *Correio Braziliense* publicou matéria em que a Associação Brasileira de Alzheimer — ABRAZ acusa o Governo Federal de atender a apenas 1,2 milhão de portadores da doença. O pior é que, segundo a matéria, o Ministério da Saúde desconhece a realidade desses brasileiros.

Ao apresentar nossa proposição, nós a baseamos na diretriz do Governo para a área da saúde para o quadriênio 2003/2006, que prevê a ampliação do acesso aos serviços e ações de saúde, inclusive assistência farmacêutica, com garantia de qualidade do atendimento. Uma das prioridades apresentadas pelo Ministro da Saúde, Dr. Humberto Costa, para este ano, em audiência pública realizada dia 16 de junho na Câmara dos Deputados, foi a ampliação do acesso da população aos medicamentos essenciais, a ser viabilizado por meio da implantação das Farmácias Populares, cuja meta até o final deste ano é de 100 unidades. Para a sua plena execução, também está previsto, até o final do ano, subsídio aos medicamentos para hipertensão e diabetes na rede privada varejista.

Estima-se atualmente, em todo o mundo, a existência de 17 milhões a 25 milhões de pessoas com a doença de Alzheimer, o que representa 70% do conjunto das enfermidades que afetam a população geriátrica, já sendo considerada a terceira causa de morte em idosos nos países desenvolvidos, perdendo apenas para as doenças cardiovasculares e para o câncer.



No Brasil, não há dados precisos, mas estima-se que a confusão mental ou demência, outras designações para a doença de Alzheimer, atinge mais de 1 milhão de idosos. Segundo a Sociedade Paulista de Psiquiatria Clínica, com base em avaliação do ano de 1999 feita pela Federação Espanhola de Associações de Familiares de Enfermos de Alzheimer — AFAF, 1 em cada 10 pessoas maiores de 80 anos será portadora da doença de Alzheimer a cada ano que passa.

Consideramos, para essa nossa proposta, o alto valor dos medicamentos usados pelos idosos, principalmente para o caso da doença de Alzheimer. A idade é um dos fatores para sua explicação: quanto mais avançada a idade, maior a porcentagem de idosos com demência. Aos 65 anos, a cifra é de 2% a 3% dos idosos; na faixa de 85 a 90 anos, chega-se a 40%.

Segundo dados obtidos junto à ABRAZ, é necessário, para o tratamento dos distúrbios de comportamento, para controlar a confusão, a agressividade e a depressão, muito comuns nos idosos com demência, aliar remédios, calmantes e neurolépticos, com o modo certo de os circunstantes agirem diante dos mais diferentes tipos de comportamento que o idoso possa apresentar no período da agitação. Também é necessário tratamento específico dirigido para tentar melhorar o déficit de memória, corrigindo o desequilíbrio químico do cérebro.

Infelizmente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, até agora são desconhecidas as causas, ou a causa, da doença de Alzheimer, assim como não há ainda um exame eficaz que permita o diagnóstico ou mesmo uma previsão mais acertada no que diz respeito à evolução do quadro. Também não existe um tratamento curativo ou que reduza a progressão da doença, muito menos vacinas ou qualquer outro tipo de terapêutica que a previna.



O único meio de minimizar o problema são medicamentos que podem melhorar um pouco a memória e o comportamento, razão pela qual pedimos seja atendida nossa sugestão para que esses fármacos possam ser incluídos no programa de subsídios de medicamentos do Ministério da Saúde.

Muito obrigada.



O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com grande satisfação que venho a esta tribuna felicitar o Professor Doutor Antônio Carlos Lopes pelo merecido recebimento do título de Médico do Ano de 2004, outorgado pelo Capítulo Brasileiro da Associação Médica de Israel.

A escolha foi, além de justa, oportuna. Ao longo de sua brilhante carreira profissional, o Professor Doutor Antônio Carlos Lopes vem conjugando, com sucesso, prática médica de elevada especialização com intensa atividade acadêmica, contribuindo, assim, de maneira marcante para o aperfeiçoamento da Medicina praticada no nosso País.

Pós-graduado em Cardiologia pela Escola Paulista de Medicina e Fellow do American College of Physicians, o Dr. Antônio Carlos Lopes é Secretário Executivo da Comissão Nacional de Residência Médica do Ministério da Educação, Diretor Científico da Academia de Medicina de São Paulo, Professor Titular da Escola Paulista de Medicina e Presidente Fundador da Sociedade Brasileira de Clínica Médica.

Em sua intensa dedicação à Medicina, o Dr. Antônio Carlos Lopes tem observado como poucos o primeiro aforismo de Hipócrates: *“Ars longa, vita brevi.”* Quatro séculos antes do nascimento de Cristo, Hipócrates, o pai da Medicina moderna, já alertava seus discípulos para as enormes dificuldades que encontrariam na prática de seu ofício, excessivamente complexo para ser bem compreendido numa única existência.

A vasta e volumosa produção acadêmica e científica que o Dr. Antônio Carlos Lopes nos legou até agora é a melhor prova de que ele tem plena consciência de



que “a arte (médica) é longa e a vida, breve”. Grande parte de sua existência nas últimas décadas tem sido dedicada ao estudo, aperfeiçoamento e ensino do saber médico às futuras gerações.

Quero, pois, saudar meu grande amigo e notável profissional Dr. Antônio Carlos Lopes pelo merecido reconhecimento que lhe presta o Capítulo Brasileiro da Associação Médica de Israel, ao outorgar-lhe o relevante título de Médico do Ano de 2004.

Faço votos de que a admirável seriedade e incansável dedicação do Dr. Antônio Carlos Lopes à ciência médica permaneça por muitas gerações como fonte de exemplo e de inspiração para os médicos brasileiros.

Obrigado.



O SR. ANTÔNIO CARLOS BIFFI (PT-MS. Pronuncia o seguinte discurso.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, assomo à tribuna hoje para divulgar a nova avaliação realizada pelo IDEC — Instituto de Defesa do Consumidor das sete agências e órgãos reguladores do País: ANEEL — Agência Nacional de Energia Elétrica; ANATEL — Agência Nacional de Telecomunicações; ANVISA — Agência Nacional de Vigilância Sanitária; ANS — Agência Nacional de Saúde Suplementar; INMETRO — Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial; BC — Banco Central, e SDA — Secretaria de Defesa Agropecuária. Elas foram avaliadas durante os anos de 2003 e 2004.

Foram estabelecidos, para a avaliação, 30 quesitos distribuídos em cinco itens que são: a existência de canais institucionalizados e condições para a participação dos consumidores; a transparência de atos, procedimentos e processos decisórios; o acesso à informação, legislação, dados do setor regulado; as atividades e resultados da ação dos órgãos; a publicidade do órgão e mecanismos para recebimento e resolução de problemas dos consumidores; e por último, a avaliação da efetividade em prol do consumidor.

Quero destacar, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, que o INMETRO recebeu a melhor nota, por apresentar uma evolução significativa no critério transparência, com facilidade de acesso às consultas públicas e das informações divulgadas no *site* Portal do Consumidor, mantido pelo órgão.

Na avaliação anterior, o INMETRO havia ficado em terceiro lugar, com 5,1 pontos. A ANEEL e a ANVISA foram consideradas regulares, com pontuações, respectivamente, de 5,8 e 5,6. As notas foram as mesmas do ano passado. Já a ANATEL subiu de 4,6 para 4,9. A agência regulamentou as áreas com tarifação local



e disponibilizou material sobre os direitos dos consumidores no seu *site*. A ANS recebeu nota final 3,3.

Apesar de ter uma nota maior que o ano anterior, por disponibilizar mais informações, a ANS foi prejudicial ao consumidor na atuação do Programa de Incentivo à Adaptação dos Contratos — PIAC, dos planos de saúde. O regulamento e as ações causaram muita confusão e prejuízos ao consumidor. Além disso, a regulamentação por reajustes de faixa etária promulgada por essa agência foi danosa aos consumidores idosos, por isso a ANS teve a pior nota de efetividade entre os órgãos avaliados.

A Secretaria de Defesa Agropecuária não apresentou evolução desde a última avaliação. Também foi o único órgão que não enviou resposta formal ao questionário enviado pelo IDEC. Apesar de o Banco Central receber a pior nota, o órgão implementou um mecanismo de consultas públicas, que disponibiliza as sugestões recebidas ao público. A pontuação do BC foi a mesma da avaliação anterior, 2,6.

Destaco que iniciativas como estas, vindas de um organismo não-governamental, tende a contribuir com a melhoria da prestação de serviços das agências e órgãos públicos, servindo de parâmetros para o aperfeiçoamento do serviço público e colaborando para a condução de políticas públicas do Governo Federal. Portanto, parabenizo o IDEC pela iniciativa.

Muito obrigado.



O SR. SANDRO MABEL (Bloco/PL-GO. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, bons resultados no setor do agronegócio e nossas exportações ficam mais diversificadas a cada dia. Além disso, na contramão dos custos com logística e uma maior eficiência no escoamento dos nossos produtos, Goiás tem conseguido, dentro de suas fronteiras, estabelecer um mínimo de condições para o andamento de suas demandas.

Por outro lado, Sras. e Srs. Deputados, temos que reconhecer que o Governo Federal, no que diz respeito ao meu Estado, tem procurado suprir as deficiências causadas por muitos anos de esquecimento, desde que JK plantou aqui a semente da integração nacional.

Enalteço a visita da Ministra das Minas e Energia, Dilma Rousseff, a Goiás, que esteve presente a reunião com o Governador Marconi Perillo para tratar da participação do Estado no trajeto do gasoduto, no ramal Bolívia/Brasil.

Trata-se, Sras. e Srs. Deputados, de uma luta antiga dos goianos. Desde o início dos anos 90, discutimos e buscamos alternativas para viabilizarmos a participação de Goiás. Foram feitos projetos de viabilidade, com a participação de engenheiros da PETROBRAS, baseados em Goiânia, sociedade organizada e empresários. Os estudos se concentraram na região do pólo distribuidor de produtos derivados do petróleo, em Senador Canedo.

A Ministra anunciou que a chamada pública para a viabilização do ramal que passará por Goiás, até dezembro, e divulgou também o trajeto definido para a realização das obras de implantação. O gasoduto sairá de Mimoso, no Mato Grosso do Sul, passará em Goiás, por Mineiros, Jataí, Rio Verde, BR-060, Aparecida de



Goiânia, Goiânia, Anápolis e Brasília. No futuro, deveremos ter ainda um ramal até Niquelândia.

A obra cobrirá, Sras. e Srs. Deputados, uma área de 875 quilômetros, com um custo total de 650 milhões de dólares.

Em suma, é tudo que o País precisa para consolidar o desenvolvimento auto-sustentável: valorizar o potencial dos Estados para que os resultados apareçam sem grandes distorções.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Passa-se ao

V - GRANDE EXPEDIENTE

Concedo a palavra à Sra. Deputada Angela Guadagnin.



A SRA. ANGELA GUADAGNIN (PT-SP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cheguei há algumas horas de Roma, onde tive o prazer de participar da Conferência Mundial de Mulheres Parlamentares para Tutela da Infância e da Adolescência, juntamente com as Senadoras Lúcia Vânia, ex-Deputada Federal, e Patrícia Saboya Gomes.

Em primeiro lugar, quero agradecer ao Presidente da Casa por ter indicado meu nome para representar a Câmara dos Deputados naquela conferência, que contou com a participação de Parlamentares de mais de 120 países.

Embora no evento houvesse muitas Parlamentares da Europa e da América Latina trajando-se como nós, foi muito interessante ver a diversidade cultural das mulheres da África, da Ásia e do Oriente Médio, cada uma com seu traje, sua língua, seu testemunho, apresentando a situação de seu país com relação aos direitos da criança e do adolescente.

Além da abertura, em que falou o Presidente da Itália, o Prefeito de Roma e o Presidente da Câmara dos Deputados daquele País, houve mais 4 painéis. O primeiro tratou do direito à saúde; o segundo, do direito à educação; o terceiro, da pedofilia e da exploração sexual; e, o quarto, do combate ao trabalho infantil.

As atividades foram intensas. A representação brasileira esteve presente em diversos painéis. No final, foi aprovado um documento de compromisso das Parlamentares no sentido de continuar lutando para que os direitos das crianças e dos adolescentes deixem de ser documentos aprovados na ONU e se tornem uma realidade.

A Senadora Patrícia Saboya Gomes abriu o painel de exploração sexual. Com satisfação, a Senadora Lúcia Vânia e eu, na condição de Parlamentares brasileiras,



ouvimos o relato de S.Exa. sobre conclusões da CPMI da Exploração Sexual, com o testemunho de crianças e moças, que prestaram depoimento nas diversas reuniões da CPMI. A Senadora foi intensamente aplaudida por Parlamentares de todo o mundo, que pediram cópia do documento de investigação feito pelo Parlamento brasileiro.

A Senadora Lúcia Vânia participou do painel sobre o trabalho infantil, apresentando o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil desenvolvido no Brasil.

Tive oportunidade de participar do painel sobre saúde e educação, inclusive apresentando as conquistas que a criança e o adolescente tiveram no Brasil depois da homologação do Estatuto da Criança e do Adolescente — ECA, que em junho deste ano completou 14 anos, e o muito que ainda precisa ser feito.

Antes de dar continuidade ao meu discurso, vou ler o pronunciamento que fiz na conferência.

“Sras. e Srs. Parlamentares, é com enorme satisfação que participo deste evento para tratar dessa importante matéria da agenda internacional: a proteção dos direitos da criança e do adolescente — matéria que se apresenta de especial interesse para o meu país em razão dos históricos problemas sociais que temos enfrentado.

Nesse contexto, o Brasil tem procurado combater os problemas sociais envolvendo crianças e adolescentes tanto por meio de políticas internas, como também por



meio da constituição de um sistema especial de proteção no cenário internacional. Em pleno processo de redemocratização, a nossa Constituição de 1988 já consagrava os direitos da criança e do adolescente, avançando significativamente na matéria. Dois anos depois, o Brasil internacionalizava a Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança e do Adolescente, tendo posteriormente ratificado dois relevantes Protocolos Facultativos.

Ao mesmo tempo era promulgada uma nova legislação infraconstitucional a respeito da matéria: o Estatuto da Criança e do Adolescente, que criou um amplo sistema de políticas públicas envolvendo as três esferas de governo. Trata-se de norma tida internacionalmente como inovadora e exemplar na regulação da questão. O Estatuto consagrou a doutrina da proteção integral, criando conselhos de direitos das crianças e fundos de implementações das ações inerentes.

Quatorze anos após sua promulgação, registramos que importantes avanços foram obtidos no combate à exploração sexual infantil e ao trabalho infantil, com o aumento do número de crianças nas escolas e com a redução das taxas de evasão escolar e de mortalidade



infantil. Contudo, a despeito desses avanços, há muito que fazer ainda para atingirmos o objetivo de dar à criança brasileira condições dignas de vida e de desenvolvimento.

Desse modo, o País logrou progresso substancial para atingir as 27 metas estabelecidas em 1990, alcançando completamente 9 delas e, parcialmente, 11, conforme declarou o Governo brasileiro na Sessão Especial da Assembléia Geral das Nações Unidas sobre a Criança, realizada em maio de 2002.

No contexto global, sabemos que os esforços foram consideráveis, mas não suficientes para a plena consecução das metas estabelecidas. Assim, mais esforços serão necessários na articulação da sociedade para que tenhamos avanços significativos nessa relevante questão social. E nós, Parlamentares, temos muito que fazer nesse sentido, não só legislando com competência, mas atuando junto ao Poder Executivo, assegurando a correta e tempestiva implementação das ações planejadas.

Desse modo, poderemos atingir os 21 objetivos específicos estabelecidos no documento Um Mundo para as Crianças, adotado na citada sessão especial, em maio de 2002, que priorizam a promoção de vidas saudáveis,



educação de qualidade para todos, proteção das crianças contra o abuso, exploração e violência e o combate ao HIV/AIDS. De maneira concorrente, vamos viabilizar também a consecução das 'Metas do Milênio'.

No tocante a essas novas diretrizes, posso assegurar que o atual Governo brasileiro tem procurado segui-las. Cabe ressaltar diversos programas nacionais, como o Bolsa-Família, inserido no Programa Fome Zero, o de Erradicação do Trabalho Infantil e o de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que, juntamente com diversas outras ações nas áreas de saúde e de educação, têm procurado melhorar as condições brasileiras da criança e do adolescente.

Como é do conhecimento de todos, a luta brasileira é árdua, devido aos sérios problemas estruturais que temos na área social. Mas não há lugar para divagações; temos de nos juntar ao Presidente Lula no seu apelo para que declaremos guerra contra as calamidades que afligem milhares de crianças no Brasil!

Sr. Presidente, Sras. Srs. Deputados, no final da Conferência, foi assinado um documento por todas as Parlamentares presentes. Depois de feita sua tradução do italiano, eu o entregarei à Casa.

A Senadora Patrícia Gomes, para nossa satisfação, foi indicada para compor uma comissão internacional, representando as Parlamentares da América Latina,



para acompanhar o que está sendo realizado e organizar outras conferências como a que ocorreu em Roma.

Observamos Parlamentares do mundo inteiro denunciando situações semelhantes às que aqui vivemos, em maior ou menor grau. A exploração sexual foi apresentada como questão que precisa ser combatida com forças internacionais, porque crianças e adolescentes são subtraídos para outros países.

Foi enfatizada também a necessidade de o mundo inteiro se unir para impedir que os *sites* de pedofilia e exploração sexual sejam ampliados, como vem ocorrendo. Esses *sites* na Internet encobrem a identidade desses criminosos, facilitando os que querem agir dessa maneira hedionda.

Alguns Parlamentares apresentaram sugestões e medidas adotadas nos seus países para melhorar a condição da criança e do adolescente. Mas o que aconteceu de mais importante na Conferência, além da participação de representantes de mais de 120 países, foi a reafirmação dos documentos aprovados nas sessões especiais da ONU, de novembro de 1999 e maio de 2002, ambas ocorridas em Nova Iorque, que propõem que todas as nações lutem para que a criança e o adolescente tenham prioridade nas políticas públicas e na realização de ações concretas que modifiquem essa triste situação.

Documento dessas garantias o Brasil já tem: o ECA. Mas precisamos continuar com ações concretas para sair do papel e mudar a realidade das nossas crianças e dos adolescentes. O ECA tem 14 anos: foi promulgado e posto em ação em 1990. Mas nós, mulheres e homens, Parlamentares brasileiros, precisamos continuar lutando, denunciando e investigando para que todos os seus artigos sejam colocados em prática, a fim de termos um país com mais justiça social.



Sr. Presidente, gostaria de ler rapidamente um sumário relatório que fiz da minha participação na Conferência de Roma. Lerei rapidamente um texto sobre educação que havia preparado para este Grande Expediente. Ei-lo:

Se perguntarmos às pessoas se conhecem o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com certeza muitos nunca ouviram dele se falar. Entretanto, se perguntarmos a alguém se já ouviu falar de Merenda Escolar, com certeza, todo mundo, em qualquer Município do País, sabe o que significa. As pessoas podem não saber definir com precisão como funciona o programa, mas sabem que é aquela refeição ou lanche servido às crianças no período em que se encontram na escola.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e visa à transferência, em caráter suplementar, de recursos financeiros aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados a suprir, parcialmente, as necessidades nutricionais dos alunos. Tem a finalidade de contribuir para a melhoria do desempenho escolar, formar bons hábitos e, ainda, reduzir os índices de evasão e repetência.

O PNAE é considerado um dos maiores programas na área de alimentação escolar do mundo e o único programa com atendimento universalizado. Tem suas



origem no início da década de 1940, quando o então Instituto de Nutrição defendia a proposta de o Governo Federal oferecer alimentação ao escolar.

Entretanto, não foi possível concretizar a proposta por indisponibilidade de recursos financeiros.

Na década de 1950, foi elaborado um abrangente Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, denominado A Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil, que consistia em uma ampla proposta de solução do problema alimentar. É nele que, pela primeira vez, estrutura-se um programa de merenda escolar em âmbito nacional e sob a responsabilidade pública. Desse plano original apenas o Programa de Alimentação Escolar sobreviveu, contando com financiamento do Fundo Internacional de Socorro à Infância, atualmente UNICEF, que permitiu a distribuição do excedente de leite em pó, destinado inicialmente à campanha de nutrição materno-infantil.

A opção pela clientela escolar decorreu basicamente do fato de ela ser uma população carente em termos nutricionais e por oferecer a vantagem de sua aglomeração, permitindo rapidez e economia de escala na distribuição, além de possuir legitimação técnica, pela conexão entre alimentação e aprendizagem.



Em 31 de março de 1955, foi assinado o Decreto nº 37.106, que instituiu a Campanha de Merenda Escolar, subordinada ao Ministério da Educação. Na ocasião foram celebrados convênios diretamente com o FISI e outros organismos internacionais. Em 1956, com a edição do Decreto nº 39.007, de 11 de abril de 1956, ela passou a ser denominada Campanha Nacional de Merenda Escolar, com a intenção de promover o atendimento em âmbito nacional.

Na década de 1960, o nome foi alterado para Campanha Nacional de Alimentação Escolar, e surgiu um elenco de programas de ajuda americana, entre os quais se destacavam: Alimentos para a Paz, financiado pela USAID; Programa de Alimentos para o Desenvolvimento, voltado ao atendimento das populações carentes e à alimentação de crianças em idade escolar; e o Programa Mundial de Alimentos da FAO e ONU.

A partir de 1976, embora financiado pelo Ministério da Educação e gerenciado pela Campanha de Alimentação Escolar - CNAE, era parte do 2º Programa Nacional de Alimentação e Nutrição - PRONAN e, somente em 1979, passou a denominar-se Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, como é até hoje.



Com a promulgação da nova Constituição Federal em 1988, ficou assegurado o direito à alimentação escolar a todos os alunos do Ensino Fundamental, por meio de programa suplementar de alimentação escolar, a ser oferecido pelos entes públicos federais, estaduais e municipais.

Desde sua criação até 1993, a execução do programa se deu de forma centralizada; ou seja, o órgão gerenciador do programa realizava o planejamento dos cardápios, adquiria os gêneros por processo licitatório, contratava laboratórios especializados para efetuar o controle de qualidade e ainda se responsabilizava pela distribuição desses alimentos em todo o território nacional.

A instalação de um programa de caráter nacional como este, financiado pelas três esferas de governo, foi um avanço para a garantia de fornecimento de alimentos para os estudantes da rede pública em todo o País.

Entretanto, diversos problemas começaram a ser detectados, provocados pela centralização de todas as ações: cardápio único para todo o território nacional, num país continental como o nosso, com diversidade cultural e alimentar muito grande; compra de alimentos em concorrência única, vencida principalmente no Sudeste,



onde se encontram as empresas fornecedoras de alimentos, para serem distribuídos nos diversos Estados da União; esquema de distribuição nacional que exigia um gasto com transporte muito alto; e obrigatoriedade de armazenamento e manutenção de estoque grande para não faltar merenda escolar em todas as escolas. Essas foram algumas das razões que levaram os estudiosos a repensar a criação de um processo descentralizado.

A descentralização dos recursos para a execução do programa foi instituída por meio da Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994, mediante celebração de convênios com os Municípios e com o envolvimento das Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal, às quais delegou-se competência para atendimento aos alunos de suas redes e das redes municipais das Prefeituras que não haviam aderido à descentralização.

Nesse período, o número de Municípios que aderiram à descentralização evoluiu de 1.532, em 1994, para 4.314, em 1998, representando mais de 70% dos Municípios brasileiros.

A consolidação da descentralização, já sob o gerenciamento do FNDE, deu-se com a Medida Provisória nº 1.784, de 14 de dezembro de 1998. Além do repasse direto a todos os Municípios e Secretarias de Educação, a



transferência passou a ser feita automaticamente, dispensando-se a celebração de convênios ou quaisquer outros instrumentos similares, permitindo, assim, maior agilidade ao processo. Já nessa época, o valor per capita repassado para cada Município era de 0,13 centavos de real, valor este que permaneceu até recentemente.

Essa transferência direta dos recursos da Merenda Escolar, sem a necessidade de assinatura de convênio, foi uma conquista dos Municípios e da população em geral. A obrigatoriedade de assinatura de convênio acabava prejudicando exatamente a população mais carente dos Municípios que se encontravam inadimplentes com o FGTS ou com o INSS, e que, por isso, não podiam assinar convênios com o Ministério da Educação, e, conseqüentemente, ficavam sem os repasses dos recursos, e os alunos, sem merenda.

Outros avanços vieram junto: a obrigatoriedade de que 70% dos recursos transferidos pelo Governo Federal fossem aplicados exclusivamente em produtos básicos, relação inclusive apresentada pelo Ministério da Educação; o respeito aos hábitos alimentares regionais e à vocação agrícola do Município, fomentando também o desenvolvimento da economia local.



Com esse novo modelo de gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar, a transferência dos recursos financeiros tem ocorrido de forma sistemática, permitindo, assim, o planejamento prévio das aquisições dos gêneros alimentícios, de modo a assegurar a oferta da merenda escolar durante todo o ano letivo. Além disso, ficou estabelecido que o saldo dos recursos financeiros existentes ao final de cada exercício deve ser reprogramado para o exercício seguinte e ser aplicado, exclusivamente, na aquisição de gêneros alimentícios.

Outra grande conquista da democracia e da participação e controle popular foi a obrigatoriedade de criação, em cada Município brasileiro, por instrumento legal próprio, do Conselho de Alimentação Escolar, como órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento para a execução do programa. Entretanto, apesar da lei, em muitos Municípios o Conselho é um órgão sob o controle total do Prefeito, desrespeitando-se o conceito de deliberativo e fiscalizador. Em alguns casos, esse domínio ocorre por autoritarismo do Prefeito, e, em outros, por incapacidade e falta de conhecimento dos membros conselheiros de atuarem conforme o previsto na lei.

O valor do repasse dos recursos da Merenda Escolar era, desde 1994, 13 centavos de real per capita



por mês por cada criança matriculada na rede pública de ensino; as creches não recebiam qualquer repasse e o ensino infantil recebia 6 centavos de real per capita por mês. O Governo Lula, numa clara priorização da educação logo no início de 2003, modificou os valores repassados para os Municípios.

No início de 2003, o Programa Nacional de Alimentação Escolar igualou o valor per capita do ensino infantil com o ensino fundamental, passando de 6 centavos de real para 13 centavos de real. As cidades que investiram no ensino infantil receberam aumentos significativos no repasse de recursos.

O Sr. Mauro Benevides - Permite-me V.Exa. uma breve intervenção?

A SRA. ANGELA GUADAGNIN - Com prazer, Deputado Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides - Ao mesmo tempo em que cumprimento V.Exa. pelo brilhante discurso, que traz dados reconhecidamente abalizados, quero dizer que o Ministro Tarso Genro anuncia para o próximo exercício, com recursos mais quantitativamente assegurados, uma verdadeira revolução educacional no País. Quando V.Exa. preconiza essas diretrizes, abalizadas com números e estatísticas que impressionam a todos os interlocutores, V.Exa. praticamente abre perspectiva para que passemos a acreditar que existem condições para que essa revolução educacional que o Ministro Tarso Genro apregoa para o País venha a se efetivar no próximo exercício.



A SRA. ANGELA GUADAGNIN - Nobre Deputado Mauro Benevides, o seu aparte complementa meu pronunciamento, uma vez que trago informações acerca do que disse V.Exa. Mas farei isso ao final do meu discurso, se ainda dispuser de tempo. Agradeço as palavras de V.Exa., que ficarão incorporadas a este pronunciamento.

Concluo a leitura do texto, Sr. Presidente.

No mês de julho de 2003, o benefício foi estendido às creches públicas e filantrópicas, que passaram a receber 18 centavos de real por criança atendida, com cobertura de 250 dias. Quase 870 mil alunos de zero a 3 anos foram contemplados.

Em outubro de 2003, os alunos das comunidades indígenas passaram a ser também contemplados pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar, com valor diário per capita de 34 centavos de real.

Alem disso, o Ministério da Educação, através do PNAE, assinou parceria com o Ministério do Esporte para transferir recursos da ordem de 1 milhão e 200 mil reais para o Projeto Segundo Tempo, para garantir reforço alimentar a cerca de 108.600 mil alunos de 543 escolas públicas do Ensino Fundamental. Tiveram prioridade escolas localizadas em áreas urbanas de risco social que oferecem atividade física aos estudantes.



Agora, em 2 de agosto de 2004, o Ministro Tarso Genro anunciou novo aumento no valor da merenda escolar dos alunos da Pré-Escola e do Ensino Fundamental. O aumento será de 15,38% , passando o valor da merenda escolar de 13 centavos de real para 15 centavos de real por aluno/dia, já a partir de agosto.

Importante, Sr. Presidente, que esta medida vai beneficiar 35 milhões 847 mil 119 estudantes. A medida implica um gasto adicional de 14 milhões 300 mil reais por mês, totalizando, em 2004, 57 milhões 400 mil reais. Outro ponto importante é que esses recursos sairão do próprio orçamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar. O valor da merenda escolar das creches permanece em 18 centavos e, o das escolas indígenas em 34 centavos per capita.

Sr. Presidente, o PNAE atende 37 milhões de estudantes e conta com um orçamento de 1 bilhão 20 milhões de reais somente para este ano. Se a Merenda Escolar teve, ao longo dos anos, uma estruturação que garantiu a descentralização e o repasse dos recursos para os Municípios, o Governo Lula, em apenas 1 ano, mais que dobrou o valor do repasse da Merenda Escolar, que estava estagnado desde 1994.



A decisão de aumento do repasse é uma decisão de governo, já que a Merenda Escolar é considerada fundamental à segurança alimentar do País, dada sua abrangência e sua capilaridade, e principalmente porque atende a uma reivindicação histórica, já que o valor repassado pela União para a alimentação escolar não era reajustado há 10 anos.

O Governo Federal, além de conceder o reajuste, vai ampliar a fiscalização da aplicação desse dinheiro. Para isso, está sendo aperfeiçoado o monitoramento por meio da capacitação dos Conselhos de Alimentação Escolar, para termos no País realmente o controle e acompanhamento do usos dos recursos da Merenda Escolar e criar mecanismos, a fim de que tenhamos condições de mapear em cada Município, em cada escola e em cada Estado a verdadeira situação do programa.

Sr. Presidente, se a Merenda Escolar teve um grande avanço, outros programas e ações do Ministério da Educação também mostram que Educação no Governo Lula é algo levado a sério e considerado prioritário.

O Governo Federal, pelo segundo ano consecutivo, cumpriu o compromisso de elevar as verbas da educação. Antes de janeiro de 2003, os reajustes do FUNDEF



simplesmente cobriam a inflação do período; em janeiro de 2004 o reajuste de 20,5% mostra o diferencial deste Governo. Este reajuste obrigou Estados e Municípios a investirem, no mínimo, 537 reais e 71 centavos por aluno matriculado em suas redes da 1ª a 4ª série e 564 reais e 60 centavos para os alunos da 5ª a 8ª série. A previsão do Governo Federal é de que o FUNDEF movimente, em 2004 cerca de 28 bilhões 200 milhões de reais, contra os 25 bilhões 200 milhões investidos em 2003.

No início de julho, Sr. Presidente, o Ministério da Educação anunciou as diretrizes para a elaboração e discussão do FUNDEB, que irá substituir o FUNDEF e contemplará alunos de todos os níveis da educação básica, que abrange os Ensinos Infantil, Fundamental e Médio.

Este o respeito deste Governo à importância do processo pedagógico em todos os níveis para a formação de cidadãos com capacidade de escrever e compreender um texto, conforme determina a constituição e a LDB. As diretrizes são preliminares e estão sendo avaliadas pela União Nacional dos Dirigentes de Educação (UNDIME) e pelo Conselho Nacional dos Secretários de Educação. Quando implantado, o FUNDEB criará melhores condições de trabalho para os professores, com reflexos



em seus salários, e contribuirá para a universalização e a qualidade do ensino.

Entre os avanços conquistados por este Governo está a distribuição, pela primeira vez no País, do livro didático para o Ensino Médio. Cerca de 4.800 escolas públicas das Regiões Norte e Nordeste começam a receber pelos Correios, ainda este ano, 2 milhões 500 mil livros de Português e de Matemática, para serem utilizados no ano letivo de 2005. Serão mais de 1 milhão 200 mil alunos e professores beneficiados por este projeto. O atendimento aos alunos das 3 séries do Ensino Médio será feito de forma progressiva. Em 2005 serão atendidos os alunos da 1ª série. A previsão é implantar o programa até 2007, cobrindo todas as séries e disciplinas do Ensino Médio.

Sr. Presidente, para atender à reivindicação dos Secretários Estaduais e Municipais de Educação, o Ministério de Educação vai investir, em 2004, 246 milhões de reais no Programa de Apoio ao Transporte Escolar, com repasse direto para 5.353 Prefeituras e a todas as Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal. Pela primeira vez, o Ministério está pagando o custeio do transporte escolar de alunos do Ensino Fundamental que residem na zona rural. Até agora o



Ministério financiava apenas compra de veículos para este fim.

Para termos uma educação de qualidade, que é o compromisso deste Governo, o Ministério da Educação assinou convênios com as Secretarias Estaduais de Educação para atender a quase 100 mil professores de 19 Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste com programas de formação continuada. A meta é capacitar 80% dos professores do Ensino Fundamental dos Estados e Municípios beneficiados pelo programa. Para isso serão liberados exatos 6 milhões 774 mil 423 reais.

Muito ainda poderia ser colocado para este Plenário sobre os avanços conquistados pelo Ministério da Educação neste ano e meio do Governo Lula, e, com certeza, ficaríamos até a madrugada expondo cada um desses avanços. Entretanto, não podemos deixar de mencionar o número de jovens e adultos atendidos pelo Programa Brasil Alfabetizado, que chega à cifra de 1 milhão 600 mil pessoas em 2004.

Para terminar, Sr. Presidente, não posso deixar de mencionar a palavra de ordem do Ministério da Educação, que é mudar para melhorar. E todas as ações que estão sendo implantadas vêm exatamente neste sentido. E é com muito orgulho que apresento neste Grande Expediente um pouco do quadro dessas mudanças implementadas pelo Governo Lula.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigada.



O SR. JURANDIR BOIA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JURANDIR BOIA (PSB-AL. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a cada 2 anos a Organização das Nações Unidas faz uma série de projeções de população. Desse modo, são determinadas 3 variantes: alta, média e baixa. As grandes diferenças se devem apenas às premissas a respeito da fertilidade, no futuro, nos países em desenvolvimento. Isso resulta do fato de que 98% do crescimento populacional no mundo, atualmente, ocorre nesses países. Segundo a variante alta, se cada mulher decidisse ter 2,6 filhos, a população mundial atingiria 27 bilhões de pessoas em 2.050, e continuaria a crescer. Na variante média, se o número de filhos diminuísse para 2,1 na metade deste século, a população mundial chegaria a 11 bilhões no mesmo período, e, então, se estabilizaria. A menor variante, parte da premissa de que cada mulher teria apenas 1,6 filhos; assim, o número de pessoas no mundo em 2050 seria de 8 bilhões, e, em seguida, começaria a decrescer.

Percebe-se como uma pequena variação faz uma tremenda diferença e, conseqüentemente, resulta cenários bastante distintos.

Para nós, a previsão é de que em 2020 sejamos um pouco mais de 219 milhões de brasileiros, o que nos coloca em situação de crescimento médio e decrescente. Para se ter uma idéia, nos anos 1980 a taxa de crescimento populacional foi de 2,38%, e a previsão é de que neste ano não chegue nem a 1,45%. Em Alagoas, a previsão é de que lá ficaremos abaixo da média nacional, com 1,19%.



Aldous Huxley, em seu livro *Admirável Mundo Novo*, diz que: “A sobrevivência da democracia depende da capacidade de grandes majorias de fazer escolhas de um modo realista, à luz de uma informação suficiente”. Decerto, isto é que faz toda a diferença e nos distingue, hoje em dia, dos países desenvolvidos. Os governos não devem ser responsáveis pela escolha da mulher, ou do casal, mas devem, sim, ter a obrigação de oferecer às brasileiras as informações necessárias, a fim de que elas façam uma escolha, consciente dos resultados provenientes de sua opção.

Em vários países já existe um programa nacional de planejamento familiar. São ações de governo que visam instruir a população feminina, principalmente a parte mais carente da sociedade (e, certamente, a que mais tem problemas) das maneiras de se prevenir de uma gravidez indesejada.

Sabemos que um dos grandes desafios de se construir um programa que objetive prevenir a contracepção são as críticas de lideranças de várias religiões, que fazem com que se fique mais difícil propagar uma cultura que contradiz com o que algumas igrejas pregam.

O controle de natalidade pode ser conduzido tanto para o bem da sociedade quanto para a sua falta de sucesso. Se um país, por ter uma população acima de sua capacidade de prover alimentação, educação, saúde e moradia para todos, lida com sérios problemas, o contrário também acontece. Alguns países da Europa, por exemplo, estão tendo de importar força de trabalho; além disso, o alto número de idosos causa-lhes um grande peso na economia.

Ter filhos não é só uma questão de condição financeira. Porque, se muitos criticam as pessoas de baixa renda que optam por uma família numerosa e não têm



o que dar de comer às crianças, o que dizer dos pais que por causa de uma vida tumultuada acabam por deixar que seus filhos sejam criados por babás?

Planejamento familiar deve ser refletido por todos; só assim teremos uma sociedade mais igualitária no futuro.

Era o que tinha a dizer.



O SR. MAURO BENEVIDES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, já tive oportunidade de reportar-me ao relatório recentemente elaborado pela Confederação Nacional do Transporte, instituição presidida pelo Sr. Clésio Andrade. Desse relatório extraem-se dados impressionantes, capazes de evidenciar a caótica situação de nossa malha viária, a qual reclama urgentes providências do Ministério competente, por intermédio do DNIT, bem assim ordens terminantes do próprio Presidente da Republica, Luiz Inácio Lula da Silva, para que não se adie a almejada solução.

Destaquei que entre as piores estradas federais se inclui a BR-020, que liga Fortaleza a Picos, é exatamente a que nos separa da Capital da República e possui também, em razão disso, extraordinária relevância para a nossa vida socioeconômica.

Ressalte-se, no entanto, que não é apenas a BR-020 que se situa nesse quadro de abandono: as BRs 116 e 122, numa extensão, respectivamente, de 553 e 144 quilômetros, são qualificadas como deficientes, bem assim as BRs 304 e 402, identificando-se a BR-230 como péssima, o que nos constrange e nos compele, em consequência, a protestar com veemência contra esse estado de total abandono por falta de recursos disponíveis para a imediata recuperação das aludidas vias de tráfego em nossa região (ver quadros anexos elaborados pela Confederação Nacional dos Transportes.).

O Dr. José Vanker Meireles, que dirige o DNIT em nosso Estado, já mostrou as dificuldades insuperáveis que vem enfrentando, à falta de recursos suficientes



para atender às necessidades mais prementes, sob pressão da mídia e dos usuários de nossas rodovias.

Para nós Deputados federais a situação é de visível desgaste, já que somos involuntariamente partícipes desse quadro caótico, diante da impossibilidade de assegurar as dotações orçamentárias indispensáveis ao reparos de uma malha sucateada que aguarda a verba prometida pelo Governo Federal.

Trago uma vez mais o assunto a debate pretendendo sensibilizar o Ministério dos Transportes, para que promova uma ação urgente e vigorosa, que não sofra embargos protelatórios, como sempre tem acontecido em gestões passadas.

Tais rodovias são de importância fundamental para o Ceará e o Nordeste, não se admitindo explicações que fujam do imediato desembolso da verba reclamada para pôr termo a esse quadro de autêntico abandono ora sucintamente mencionado.

QUADROS A QUE SE REFERE O ORADOR



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 222.2.52.O
Data: 20/10/2004

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4171/5187

(INSERIR DOCUMENTO DETAQ DE PÁGINA 155)



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Esta Presidência tem a satisfação de anunciar a presença nas nossas galerias de 40 alunos do primeiro semestre do curso de Ciências Políticas da UnB.

A Presidência saúda os visitantes. (*Palmas.*)



O SR. LINCOLN PORTELA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. LINCOLN PORTELA (Bloco/PL-MG. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, terminou aquele que, sem dúvida, é um dos mais emocionantes espetáculos esportivos da terra. Realmente, foi maravilhoso ver tanta força de vontade e determinação.

As Paraolimpíadas de 2004 foram surpreendentes, recheadas de emoções. Quem não assistiu ao pouco que nossas televisões mostraram — afinal, nossa imprensa e muitas autoridades não dão ao evento a importância que merece — com certeza arrependeu-se de não tê-lo feito, pois perdeu uma epopéia verdadeiramente sensacional. O Brasil encerrou brilhantemente sua melhor participação na história dos Jogos Paraolímpicos: conquistamos 33 medalhas, 14 de ouro, 12 de prata e 7 de bronze, nosso melhor desempenho até então.

Parabéns a todos, ao nosso supercampeão das piscinas Clodoaldo Silva, à nossa velocista Ádria Santos, aos incríveis campeões do futebol de 5 para deficientes visuais, que realmente nos emocionam, a André Garcia, Antonio Delfino, Suely Guimarães, Antônio Tenório e Fabiana Sugimori, enfim, a todos, à comissão técnica, aos patrocinadores e principalmente aos familiares, que com certeza são os maiores incentivadores desses atletas.

Sr. Presidente, ver um homem sem braços conseguir uma medalha em uma prova de natação é de arrepiar. E ao ver tanta determinação somos obrigados a acreditar que existe uma força maior que possibilita a superação de tantos limites. E pensar que estamos sempre hesitando perante pequenas limitações! O que dizer



diante esse autêntico *show* de amor pela vida? Só nos resta aplaudir de pé, e longamente, esses grandes, magníficos, geniais atletas!



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - A Presidência reitera o apelo aos Srs. Parlamentares presentes nas diferentes dependências da Casa no sentido de que venham imediatamente ao plenário, pois logo após a conclusão do pronunciamento do último orador do Grande Expediente, o Deputado Cabo Júlio, iniciaremos a Ordem do Dia.



O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) - Dando continuidade ao Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Cabo Júlio, que disporá de 25 minutos na tribuna.

O SR. CABO JÚLIO (PSC-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente gostaria de lembrar que, há algum tempo, fiz desta tribuna denúncia contra um coronel da Polícia que estava praticando atos de corrupção, desviando recursos. Isso chegou até o Supremo Tribunal Federal. Graças a Deus e à Justiça, que ainda existe neste País, na semana passada fui absolvido por unanimidade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não poderia deixar de falar em segurança pública, aquilo que fiz durante toda a minha vida como policial e agora como acadêmico. Os 3 ou 4 finais de semana passados, no meu Estado, Minas Gerais, foram extremamente sangrentos. Na última segunda-feira, o Governador Aécio Neves foi questionado a respeito desse aumento da criminalidade. S.Exa., ironicamente, disse que a culpa não era dele, mas do Governo Federal, que deixou de enviar 16 milhões do Fundo Nacional de Segurança Pública.

Antes de abordar esse assunto, citarei alguns casos que ocorreram nesses finais de semana sangrentos em Minas Gerais. Por incrível que pareça, a violência saiu das ruas e invadiu as delegacias e quartéis.

Bandidos invadiram o quartel da Polícia Militar em Rio Piracicaba — V.Exas. conhecem bem o local —, amarraram um policial e roubaram 288 cartuchos calibre 38, 20 cartuchos calibre 20 e um revólver 38.



No 2º Distrito Policial, da Polícia Civil, em Contagem, um bando invadiu a delegacia — havia 2 policiais tomando conta de 96 presos — e levou as armas e munições, mas antes abriu as celas, e 26 presos perigosos fugiram.

A delegacia de Pedro Leopoldo foi invadida. Um policial, Deputada Juíza Denise Frossard, uma especialista no assunto que hoje abordo, tomava conta de 57 presos. Cinco deles fugiram. Agora 2 assaltantes de bancos estão nas ruas.

Essa é a política de segurança pública do Governador Aécio Neves.

O sindicato da Polícia Civil (SINDPOL) alertou hoje pela manhã, pela *CBN*, que, se em alguma dessas invasões, morrer um policial — até porque é um policial tomando conta de 57 presos —, a Polícia Civil de Minas Gerais vai explodir e parar para denunciar isso.

Os jornais questionaram: *“Por que, Governador, está aumentando tanto a violência no Estado, que até há pouco tempo era tão tranquilo?”*. Aécio Neves respondeu que a culpa era do Lula, o Presidente do Brasil; que, para diminuir a violência em Minas Gerais, o Governo Federal precisaria liberar 16 milhões de reais da parcela do Fundo Nacional de Segurança Pública.

Essa afirmação é, no mínimo, incoerente. O Governador culpa Lula porque não liberou 16 milhões da parcela do Fundo Nacional de Segurança Pública, mas desvia 126 milhões de reais da segurança pública para o caixa único. Provo o que estou dizendo, porque isso está registrado no SIAFI, são dados da Secretaria de Estado de Fazenda, Superintendência Central de Contadoria Geral, Central de Análise e Pesquisa. Trata-se de dados do próprio Governo, que mostram que ele desviou para o caixa único recursos da taxa de segurança pública criada.



Vejam os dados, são incontestáveis, são do próprio Estado. De janeiro a agosto, foram arrecadados, com a taxa de segurança pública, R\$250.499.049,86. A taxa de segurança pública foi criada em 1997 — começou-se a arrecadar em 1998, taxa não é imposto —, para que houvesse mais recursos para a segurança pública. É louvável. O interessante é que 95% desses recursos são cobrados pela Polícia Civil, por meio do DETRAN; depois, o Corpo de Bombeiros; em seguida, a Polícia Militar. O curioso é que a Polícia Civil é quem mais sofre com essa situação. Como eu disse, de janeiro a agosto foram arrecadados aproximadamente 250 milhões, mas executados, segundo dados do próprio Governo, R\$124.730.337,21, para ser mais exato.

Minha primeira pergunta é a seguinte: é justo cobrar? O Governo Federal precisa liberar esses 16 milhões? Como pode o Governo do Estado condicionar a diminuição da violência à liberação pelo Governo Federal de 16 milhões de reais, se o primeiro desvia quase 125 milhões de reais para o caixa único? É complicado explicar isso para a Situação.

Infelizmente, o Governador Aécio Neves mascara a realidade da segurança pública em Minas Gerais, anunciando recursos e entrega de viaturas. Hoje está na primeira página de um jornal de Minas Gerais: *“Governo colocará nas ruas 2.500 policiais”*. Vejam, eu, que sou do meio, não sei de onde virão, a não ser que agora estejam clonando policiais. O Governo não mostra a realidade. Duzentos e cinquenta milhões de reais é muito dinheiro só para a segurança pública. Se esse dinheiro fosse realmente executado em conformidade com aquilo que foi proposto, certamente a violência não estaria da forma como está. O Governador não diz que, em 92 cidades do Estado, os policiais, para atender aos cidadãos, precisam usar



bicicletas ou cavalos, porque não têm viaturas. Também vira as costas para as condições de trabalho dos policiais.

Nobre Deputada de São Paulo, pesquisa da *Folha de S.Paulo* mostra que 1 policial civil ou militar é assassinado a cada 17 horas no País. Um policial, que deveria garantir a segurança da sociedade, é assassinado a cada 17 horas no Brasil! Minas Gerais é o quarto Estado onde mais morrem policiais; somente de janeiro a outubro deste ano, morreram 29 policiais. Será que a vida de um policial não vale nada? Se esses 126 milhões — que eu não sei onde estão, porque o SIAFI, que é do próprio Estado, não informa — fossem aplicados na segurança, não poderíamos modificar isso?

É complicado, porque, infelizmente, o Governo do Estado não liberou recursos para a saúde dos militares. Nós temos um instituto de previdência, já que os militares, tanto federais quanto estaduais, têm um regime jurídico próprio. O Governo do Estado, nobre Deputada, deve 1 bilhão para o instituto. Isso não vem de agora, vem de há muito. Repito, deve 1 bilhão de reais para o instituto de previdência dos servidores militares.

Até há poucos dias não estavam repassando esse dinheiro. Vários policiais baleados em serviço, com tiro na coluna, nas costas ou necessitados de tratamento, ao chegarem ao hospital, eram informados de que o tratamento estava cancelado, porque o Governo do Estado não liberara os recursos. Clínicas, farmácias, hospitais, redes de hospitais não estavam atendendo aos militares e seus dependentes. Essa situação retrata uma realidade.

Ouçó, com prazer, o aparte da Deputada Zulaiê Cobra.



A Sra. Zulaiê Cobra - Deputado Cabo Júlio, seu nome, na condição de orador na tribuna, não está no painel como deveria. É claro que eu conheço V.Exa., que tem origem na Polícia Militar — aliás, uma boa origem. Quero dizer a V.Exa. que seu discurso é corretíssimo. O Governador Mário Covas tentou criar a taxa, mas perdeu e, o que é pior, foi processado, porque fez uma propaganda para cobrar taxa de R\$1,50. Não deu certo, porque houve uma pesquisa e o povo não quis, e S.Exa. e o Secretário de Segurança Pública à época foram processados. Tenho certeza de que estamos falando a mesma língua. Num passado distante ou recente, ninguém deu bola para a segurança pública neste País. Lembro-me que, na campanha de 1998, quando o Governador Mário Covas foi reeleito, eu dizia que o tema mais importante era segurança pública, mas não teve acolhimento. Há um projeto tramitando na Casa que cria lei orgânica para os policiais militares e civis. Entendemos que policial precisa ter carreira, a exemplo do que acontece com promotor e juiz. Por que eles têm lei orgânica e o policial não? Por que juiz e promotor não gostam de Polícia? E a Polícia é a primeira instância da Justiça. Não quero me demorar, é um aparte rápido, mas concordo em gênero, número e grau com que a Polícia Militar e a Polícia Civil têm que ter lei orgânica, carreira, patamar e vida digna. Assim, não haverá policiais corruptos e policiais bandidos como ainda hoje existem neste País.

O SR. CABO JÚLIO - No Governo Itamar Franco, conseguimos um avanço. A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros do meu Estado tinham um regulamento segundo o qual era proibido até casar. Essa falta de respeito institucional...

A SRA. ZULAIÊ COBRA - Casar, Sr. Deputado? Explique-nos isso.



O SR. CABO JÚLIO - Sim, era proibido até casar. O militar tinha que pedir autorização para casar, que muitas vezes era negada.

A SRA. ZULAIÊ COBRA - E quanto à mulher militar? Também não podia?

O SR. CABO JÚLIO - Também não. Deixe-me explicar tamanho absurdo, que o Brasil não entende.

No Governo Itamar, mudamos essa situação criando um código de ética, que pune, mas é democrático; transforma a decisão monocrática em colegiada. Agora, querem voltar àquele tempo. Não quero partidizar a discussão, mas, como policial — estou Deputado Federal, mas sou, com muito orgulho, um policial que trabalhou nas ruas muitos anos —, digo que a política de segurança pública do meu Estado é um fracasso. Pior que não se pode falar nisso. Os sindicatos da Polícia Civil não podem, são cerceados; as associações de militares, igualmente. Há pouco tempo, quando fizemos greve e o Governo quis dar o aumento maravilhoso de 6%, dizem as más línguas que um jornalista foi demitido no meio de uma reportagem, porque criticou a política de segurança pública do Estado.

Para provar isso, foi feita uma moção de repúdio no Sindicato dos Jornalistas de Minas Gerais, que questionou a censura do Governo no que diz respeito à cobertura dos jornalistas relativa à greve da Polícia Militar.

O Governo de Minas Gerais usa um *marketing* muito bonito, mas a realidade é bem diferente. Por isso, fico muito honrado quando Parlamentares que conhecem o assunto vêm me apartear. Minha maior indignação — por isso, estamos brigando —, e falo com muita tristeza, é que os policiais foram grandes cabos eleitorais. Acreditávamos que tudo seria diferente, mas 126 milhões de reais foram desviados da segurança pública, segundo o SIAFI. O caos acontece.



Ouçó a nobre Deputada Juíza Denise Frossard, que conhece muito bem o assunto.

A Sra. Juíza Denise Frossard - Deputado Cabo Júlio, V.Exa. sabe do apreço que tenho pela área de segurança pública. Estou ouvindo o depoimento tão importante de V.Exa., que opera na ponta e conhece os problemas. Proponho aqui uma reflexão com a preocupação de buscar um acerto. A sociedade cobra dos seus policiais, que às vezes não têm os instrumentos necessários. São cobrados, mas são eles que estão na ponta. Observo também, Deputada Zulaiê Cobra, a questão do mau hálito político sobre as carreiras. Questiono sobre os instrumentos que podem ser criados para que as Polícias sigam seu caminho e consigam efetivamente oferecer a nós, cidadãos, a devida proteção. Deputado Cabo Júlio, V.Exa. citou os governantes, concordo com V.Exa. De modo geral, eles não têm muita intimidade com sua classe — aliás, V.Exa. aqui é dela um honrado representante. Veja bem, eles não têm muita intimidade. Trabalhei com esse pessoal a vida toda. Sei da necessidade que eles têm de ser reconhecidos. Sei também, Deputado Cabo Júlio, como é ruim o hálito político na execução das políticas públicas, mais ainda na área da segurança pública. Isso acontece no Brasil inteiro. Então, esta Casa pode criar instrumentos interessantes para dar condições às Polícias, não só a investigativa, mas também a que realiza policiamento ostensivo. Louvo V.Exa. por essa preocupação. Conte comigo para ajudá-lo na busca de instrumentos. Agradeço ao Deputado Lincoln Portela por ter-me cedido a vez.

O SR. CABO JÚLIO - Ouço o aparte do meu amigo Deputado Lincoln Portela.



O Sr. Lincoln Portela - Nobre Deputado Cabo Júlio, independentemente das questões políticas do Estado, o problema da segurança pública no Brasil não é questão de responsabilidade nacional, mas de irresponsabilidade nacional — claro que há muitas exceções. Por exemplo, se ocorrer uma epidemia de dengue e cerca de 50 pessoas morrerem no espaço de 3 a 4 meses, o Brasil inteiro se mobiliza, derruba-se o Governador e acontecem todas as coisas. A questão de segurança pública no Brasil é semelhante à peste negra na Idade Média, Deputado Cabo Júlio. No mínimo, 20 mil pessoas morrem por ano, e estamos praticamente de braços cruzados, sem fazer nada. Devemos fazer uma assembléia geral nacional — não importa o nome que se dê, não estou preocupado com isso —, é preciso que se pare tudo para se equacionar esse problema, porque hoje somos reféns dentro de casa, nas ruas, tudo por causa da irresponsabilidade nacional no campo da segurança pública.

O SR. CABO JÚLIO - Para discutir segurança pública, primeiro são necessárias políticas de segurança pública, estratégias para combater o aumento da criminalidade; segundo, é preciso que existam gerentes competentes nessa área e recursos.

Minha grande tristeza, amargura e decepção com o Governo do meu Estado é que sei que há dinheiro, não faltam recursos. Estou aqui, repito, com dados do SIAFI: são 250 milhões de reais arrecadados por meio da taxa de segurança pública. Metade foi usada; a outra o Governo Estadual desviou para o caixa único.

Minha indignação, Deputado Virgílio Guimarães, deve-se ao fato de que, na última segunda-feira, o Governador Aécio Neves disse que a culpa era do Presidente Lula. Segundo ele, a violência aumentou em Minas Gerais por causa do



Presidente Lula, que não liberou 16 milhões de reais. Mas espere aí! Como cobra 16 milhões de reais, condicionando essa liberação de recursos ao combate ao aumento da criminalidade, e desvia 125 milhões de reais? Daí a minha indignação.

Ouçó, com prazer, o nobre Deputado Takayama.

O Sr. Takayama - Nobre companheiro Deputado Cabo Júlio, que ironia! A segurança pública torna-se um acaso. Vivemos uma situação em que todos os segmentos, todos os setores da sociedade devem repensar esse quadro caótico. Não precisa ser nenhum *expert* para chegar à conclusão de que, do jeito que está, é impossível sobreviver assim. Faço parte da CPMI do Desmanche e percebo que algumas pessoas enfrentam a Polícia e as autoridades com ironia, porque acham que conseguem ficar impunes, a exemplo do pai de um Prefeito na região da Grande Campinas, que pensa que não vai ser punido. Parabenizo V.Exa. e acredito que o assunto deve ser ampliado. Espero que todos possamos discutir essa situação, para o bem do País.

O SR. CABO JÚLIO - Ouçó, com prazer, o nobre Deputado Virgílio Guimarães.

O Sr. Virgílio Guimarães - Peço o aparte apenas para dizer que vi as viaturas policiais com o adesivo "Brasil Para Todos". Os recursos foram liberados. Quanto aos outros, faremos juntos. Deputado Cabo Júlio, quero dar um depoimento em público: desde o seu primeiro ano de mandato, V.Exa. apresentou emendas coletivas, de bancada, sobre segurança pública, uma delas, inclusive, regional. Agora, mais do que em outras ocasiões, serão liberadas. Portanto, quero tranquilizá-lo, como coordenador da bancada, por essa liberação. Deputado Cabo Júlio, o seu primoroso depoimento sobre segurança pública corresponde ao que a



população espera de V.Exa. Tem sido V.Exa. um Deputado presente em todos os aspectos da vida mineira e da vida nacional e não só em relação àqueles que dizem respeito à segurança pública, que V.Exa. tão bem defende neste Parlamento.

O SR. CABO JÚLIO - Muito obrigado, Deputado. Inclusive, cheguei ao ponto de apresentar emendas individuais para a segurança pública porque fiquei abismado quando comecei a estudar o SIAFI. Pensei: se todo mundo reclama por falta de dinheiro, onde ele está? O Governo do meu Estado é muito bom de propaganda, de *marketing* na área de segurança pública, mas infelizmente é muito ruim de execução.

No ano passado, exatamente no dia 3 de junho de 2003, houve uma cobrança da população com referência ao aumento da criminalidade. Eu estava lá, porque ainda acreditava na política de segurança pública do Estado. O Governo Estadual lançou então um plano, Deputado Virgílio Guimarães, denominado Plano Emergencial de Segurança Pública.

Quero destacar alguns pontos. O primeiro: substituição de todos os pneus da frota da Polícia. Muitas vezes a Polícia Militar faz uma *blitz* e prende o cidadão porque os pneus do seu carro estão carecas, mas os das viaturas do meu Estado estão em situação bem pior. Isso não foi cumprido.

Segundo ponto: transferência de presos da delegacia de furtos e roubos e tóxicos. No meu Estado, a Polícia não faz investigação, porque toma conta de presos. Um policial pode chegar a tomar conta de 96 bandidos. Fazia parte do plano emergencial do Governador transferir, em junho de 2003, todos os presos da delegacia para presídios, cadeias. Isso não foi cumprido.



Terceiro ponto: reformulação da Lei Orgânica da Polícia Civil e envio para a Assembléia Legislativa de Minas Gerais do Estatuto da PM. Isso foi em junho de 2003, mas até hoje não foi cumprido.

Outro ponto: criação de grupo especial para apurar morte de policiais. Não funciona. De janeiro a outubro, 29 policiais mineiros já morreram.

Querem mascarar a realidade, só que o povo não é bobo. O povo não mais acredita em tanta propaganda. Foi o que mostrou a eleição municipal. Mesmo tendo máquina muito poderosa nas mãos, o Governo não fez realizações, principalmente na área de segurança pública, setor em que o povo é mais prejudicado. Qualquer pesquisa, em qualquer Capital, vai mostrar que segurança pública e desemprego são indicados sempre como os maiores problemas da sociedade.

Ainda naquela época, o Governo do Estado apresentou, como um dos pontos de seu plano emergencial, a elaboração de um projeto habitacional para tirar o policial da favela, em parceria com entidades. Pasmem, senhores! Nem as entidades sabiam.

Então, estamos cobrando do Governo do Estado uma política séria de segurança pública, sem mentiras, sem enganação. Ademais, o Governador Aécio Neves precisa mandar devolver o dinheiro da segurança pública que foi desviado do cofre do Estado para o caixa único. Os dados estão no SIAFI. Amanhã vai sair nos jornais: *“Governo do Estado demite Secretário da Fazenda porque os dados do SIAFI são incorretos”*. É só o que falta acontecer!

Infelizmente este Governo não gosta da Polícia. A Polícia de Minas, encarregada de defender a sociedade, está desmotivada, mal paga, abandonada, sucateada. Quando o Governo não gosta da Polícia, quem sofre é a sociedade.



Para mostrar isso, em nosso Estado, no dia de hoje, vários colegas estão percorrendo quartéis e delegacias com o intuito de lançar o movimento *Estado sem segurança, terra de ninguém*. É um xô à política de segurança pública do Governo do Estado.

Estamos aqui para cobrar o mínimo. Lamentavelmente, em meu Estado foram indicadas pessoas incompetentes para dirigir a área de segurança. O dinheiro do setor tem de ser devolvido, pois a taxa de segurança foi criada para esse fim e precisa ser usada para isso.

Ouçó, com prazer, o Deputado Carlos Willian, meu companheiro de partido.

O Sr. Carlos Willian - Meu caro companheiro de partido e conterrâneo Deputado Cabo Júlio, parabênizo V.Exa. por sua manifestação. O problema da segurança pública em Minas Gerais não é privilégio daquele Estado, mas uma situação nacional. Em Belo Horizonte, a situação poderia estar bem pior, mais calamitosa, não fosse a intervenção e a participação do Prefeito da Capital, Fernando Pimentel. Como Vereador, tive a honra de ajudá-lo a aprovar e a implementar o projeto da Guarda Municipal, que deveria servir de exemplo e que também precisa de mais apoio do Governo Estadual. Portanto, solidarizo-me com V.Exa., Deputado Cabo Júlio, tendo certeza de que, ao apresentar essas denúncias e comentários, não o faz porque pertence à corporação ou porque é cabo, mas pelo fato de acompanhar a situação de toda a estrutura de segurança pública em nosso Estado de Minas Gerais. Parabéns a V.Exa., mais uma vez.

O SR. CABO JÚLIO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a tendência é piorar. Infelizmente, essa é a verdade. Se o Governo do Estado ficar apenas na propaganda bonita e não acordar para a realidade, nada mudará. É difícil, mas ainda



creio em mudanças. Se o Governo escolher gerentes competentes, devolver o dinheiro e motivar a Polícia, tudo poderá melhorar, mas, a continuar como está, o Sr. Aécio terá muito a explicar ao povo de Minas Gerais.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Cabo Júlio, o Sr. Inocêncio Oliveira, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Paulo Cunha, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - A Presidência convoca os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas para se dirigirem ao plenário a fim de iniciarmos a Ordem do Dia, ao tempo em que lhes solicita que registrem suas presenças.

Deputado Antônio Carlos Biffi, V.Exa. pode registrar a sua presença.



A SRA. LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ. Questão de ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, usei da tribuna no início da sessão, quando presidia os trabalhos o nosso querido Presidente Deputado Inocêncio Oliveira, mas o faço também perante V.Exa.

Solicito a esta Casa, por intermédio de V.Exa. e da Mesa Diretora, que faça a nossa Procuradoria Parlamentar intervir junto ao Ministério Público, Federal, Estadual e Eleitoral, especialmente no Estado do Rio de Janeiro, a fim de que se tomem providências em relação às atitudes da Governadora Rosinha Garotinho, especialmente as de ontem e hoje, veiculadas pelo jornal *O Globo*.

Não faz sentido um cadastramento para aquisição de casas a R\$ 1,00 a 10 dias da eleição no Município de Campos dos Goytacazes, sendo que essas casas serão construídas em 2006. Isso mostra, e de forma absolutamente flagrante, para qualquer cidadão, mesmo que não seja do nosso Estado, a utilização indecente da máquina pública estadual numa campanha municipal. É tão flagrante que a matéria do jornal é clara, quando informa que todos os Srs. Secretários se mudaram para a cidade de Campos com o objetivo de eleger o Sr. Deputado Geraldo Pudim contra, digamos, quase a maioria da bancada federal e estadual do Deputado Carlos Alberto Campista, que congrega vários partidos, inclusive o de V.Exa. Isso ocorreu durante toda a campanha, mas agora está acontecendo a olhos vistos.

Esta Casa, que defende as leis, mesmo porque as elabora, precisa tomar alguma atitude. Não é possível continuarem acontecendo casos vergonhosos como



o de ontem, no Município de Nova Iguaçu, que V.Exa. visitou há dias, durante a campanha do nosso companheiro Lindberg Farias. Assusta-me imaginar que lá também começa um novo cadastramento para a aquisição de bolsas de alimento.

Apesar de todas as denúncias feitas no programa *Fantástico* e das que temos feito, nada mudou. Ficou pior. Agora esse tipo de artimanha é explícito e aceito pelos jornais, e portanto pela população, e a Justiça Eleitoral não está verificando os fatos. Entendo até que o juiz eleitoral não possa, de ofício, proceder a alguma ação, mas cabe ao Ministério Público, Federal e Estadual, tomar alguma atitude, porque não podemos ver nos jornais o descumprimento absoluto da legislação eleitoral e nada acontecer.

Sr. Presidente, a questão de ordem, portanto, é no sentido de que V.Exa. providencie junto à Procuradoria Parlamentar desta Casa a imediata comunicação ao Ministério Público, no sentido de proceder às investigações e à ação pertinente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Recebo a questão de ordem da nobre Deputada Laura Carneiro. Vou analisá-la e respondê-la oportunamente.



O SR. LINCOLN PORTELA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. LINCOLN PORTELA (Bloco/PL-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, já encaminhei sugestão a V.Exa. O *Jornal da Câmara*, diga-se de passagem, é um periódico muito bem elaborado, trazendo matérias formuladas com muita competência. Eu, que sou do ramo, entendo disso, pelo menos um pouco, e sei da qualidade de nosso jornal. Porém, gostaria de deixar publicamente uma sugestão. Há um número muito menor de Senadores, em relação ao de Deputados Federais, mas o que vemos é uma maior participação dos Senadores no *Jornal do Senado* do que de Deputados no *Jornal da Câmara*. Minha sugestão, portanto, é no sentido de que diminuamos as matérias do jornal, até mesmo as que tratam dos pronunciamentos proferidos no Grande Expediente, já que o Deputado tem, pelo menos, 25 minutos na tribuna, para que, dessa forma, mais Parlamentares possam ter acesso espaço nesse órgão de comunicação, de extrema importância e relevância da Casa.

Faço esta análise a V.Exa. e também à própria diretoria do jornal.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Sr. Deputado, recebo a sugestão de V.Exa. Vou analisá-la junto ao setor competente e oportunamente lhe darei resposta.



O SR. LUIZ BASSUMA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Tem V.Exa. a palavra.



**DISCURSO DO SR. DEPUTADO LUIZ BASSUMA QUE, ENTREGUE À
REVISÃO DO ORADOR, SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.**



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - A Presidência convoca os Srs. Deputados para virem ao plenário, a fim de darmos início à Ordem do Dia.

Convido as Sras. e os Srs. Deputados para registrarem presença a fim de que seja alcançado o *quorum* para o início da Ordem do Dia.



O SR. PAULO MAGALHÃES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. PAULO MAGALHÃES (PFL-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, registro a satisfação das oposições na Bahia por terem conseguido eleger um mínimo de Prefeitos. Queremos mais uma vez agradecer ao povo baiano a confiança no grupo carlista, que elegeu Prefeitos em 335 Municípios.

Enquanto isso, essa tropa que não tem o que mostrar em termos de serviço e trabalho nem ao povo baiano, nem ao povo brasileiro, fica aqui vendendo ilusão, querendo enganar o Brasil e os pares contando uma realidade que não existe.

Nós baianos podemos dizemos com altivez e tranqüilidade que o grupo carlista elegeu seus candidatos em 335 Municípios, fora outros que já começaram a se filiar aos nossos partidos.

Era o registro que tinha a fazer, Sr. Presidente.



O SR. BETO ALBUQUERQUE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. BETO ALBUQUERQUE (PSB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer um apelo aos Deputados e Deputadas que integram os partidos da base do Governo no sentido de que venham ao plenário e registrem sua presença.

Temos muitas medidas provisórias a votar hoje. Nossa meta é votar todas as matérias que estão obstruindo a pauta desta Casa. Votamos ontem, com êxito, graças à força de unidade da base do Governo, 4 medidas provisórias. Queremos votar o restante hoje e amanhã. Por isso, é preciso que todos os Deputados e Deputadas venham ao plenário.

É este, Sr. Presidente, o apelo que fazemos a cada Parlamentar dos partidos que compõem a base do Governo do Presidente Lula.

Muito obrigado.



A SRA. LUCIANA GENRO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. LUCIANA GENRO (Sem Partido-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores que assistem à nossa sessão, o Brasil está enfrentando problemas extremamente graves desde que se aventurou a enviar tropas militares ao Haiti.

Quando foi aprovado o envio da missão, o Deputado Fernando Gabeira, eu e outros tantos Parlamentares fizemos um alerta desta tribuna, ressaltando que havia acontecido no Haiti um golpe contra um governo legitimamente eleito. É verdade que esse governo traía compromissos de mudança e aderira à ideologia neoliberal de forma absolutamente subserviente, mas estava enfraquecido e não conseguia mais levar adiante os planos do Governo norte-americano; portanto, não servia mais aos Estados Unidos.

Diante desse quadro, o Governo dos Estados Unidos financiou grupos paramilitares dentro do Haiti para derrubar o Governo Aristides, apoiado na enorme insatisfação popular, legítima e justa.

O envio de tropas estrangeiras ao Haiti teve o único objetivo de estabilizar um governo que não tinha respaldo popular e era títere dos interesses norte-americanos.

O povo haitiano, a quem deveria caber a decisão sobre os rumos de seu país, a escolha do tipo de governo queria, viu-se de repente diante de tropas de ocupação brasileiras transvestidas de grupos pacificadores. Na tentativa de agradar ao Governo norte-americano para conseguir o malfadado assento permanente no



Conselho de Segurança da ONU e poder melhor prestar serviços ao seu amo do norte, o Brasil enviou tropas ao Haiti!

Nossos soldados estão agora isolados, sofrendo a absoluta falta de apoio logístico para suas operações e enfrentando a população das favelas do Haiti, que resiste legitimamente a um governo que não tem qualquer legitimidade, porque foi imposto pela vontade de outra nação.

Saúdo o Prof. Roberto Mangabeira Unger pelo artigo publicado ontem no jornal *Folha de S.Paulo*. Embora eu não tenha afinidades políticas com ele, sua análise da aventura subimperial do Brasil no Haiti é extremamente lúcida.

Sr. Presidente, assim como já fizeram outros Deputados, quero posicionar-me a favor da imediata retirada das tropas brasileiras do Haiti. É absolutamente inconcebível que nossos soldados continuem servindo de bucha de canhão para garantir os interesses imperialistas norte-americanos.

O Brasil sempre pautou suas relações internacionais na defesa da soberania dos povos, e deveria continuar seguindo no mesmo caminho, especialmente porque está sendo governado pelo Presidente Lula, pelo PT, que sempre defendeu em seus discursos a autodeterminação dos povos. Mas estão os militares brasileiros atuando como amos subimperiais no Haiti, defendendo interesses norte-americanos e impedindo que o povo haitiano decida livremente seu futuro político.

O apelo que faço a este Parlamento, Sr. Presidente, é no sentido de que nos mobilizemos e exijamos juntos do Governo brasileiro o imediato retorno das nossas tropas e o respeito à soberania do povo haitiano.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - **Apresentação de proposições.**

Os Senhores Deputados que tenham proposições a apresentar queiram fazê-lo.

APRESENTAM PROPOSIÇÕES OS SRS.:



VI - ORDEM DO DIA

PRESENTES OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS:



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - A lista de presença registra o comparecimento de 258 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Item 1.

Medida Provisória nº 196, de 2004, do Poder Executivo.

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 196, de 2004, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Meio Ambiente, no valor de R\$ 86.080.000,00, para os fins que especifica.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Sobre a mesa requerimento no seguinte teor:

Senhor Presidente

Requeremos, a V.Exa., nos termos regimentais, a retirada de pauta da Medida Provisória nº 196, de 2004.

Assina o nobre Líder do PFL, Deputado José Carlos Aleluia.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Em votação o requerimento.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Deputado Luiz Sérgio, que falará contra o requerimento.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nada justifica a retirada de pauta de matéria desta importância. Aguarda-se há muito tempo esse crédito suplementar. Espero que o PFL reveja sua posição, ou que derrotemos o requerimento.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Maia, que falará a favor da matéria.

O SR. RODRIGO MAIA (PFL-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós, Parlamentares do PFL, mantemos a posição assumida ontem.

O Relator da matéria, que é do PFL, deu parecer favorável ao mérito da matéria, apesar de acharmos que os Ministérios da Agricultura e do Meio Ambiente mereceriam um tratamento bem melhor, e não esses recursos tão tímidos. A preliminar é anterior, e é política.

Desde o ano passado, o PFL tem criticado a quantidade de medidas provisórias editadas por este Governo para matérias sem relevância e urgência, alegando que esse excesso acabaria levando o Congresso Nacional a não legislar, e por decisão do Presidente da República.

Por esse motivo, Sr. Presidente, o Partido da Frente Liberal não vai recuar da sua decisão de cobrar do Governo o *quorum* nas votações. O Governo tem nesta Casa talvez a maioria mais elástica dos últimos anos, portanto cabe a ele mobilizar sua base para aprovar estas matérias, boa parte das quais não tem caráter nem de relevância nem de urgência.

O que está gerando esse excesso de medidas provisórias? Uma dificuldade enorme em todas os setores do Congresso Nacional. A Comissão Mista de Orçamento não funciona, e as próprias Comissões criadas para tratar das medidas provisórias não discutem a admissibilidade das matérias nem o seu mérito.

O que queremos neste momento é deixar bem clara a nossa posição política preliminar. Acreditamos que há um excesso de medidas provisórias. A única maneira



de fazer o Governo repensar essa forma de legislar por meio de medidas provisórias, em vez de fazê-lo por projetos de lei — para que a matéria seja discutida nas Comissões pertinentes e depois no plenário —, é cobrarmos o *quorum* e trazermos cada item à discussão no plenário desta Casa.

Por isso votamos favoravelmente a esse requerimento.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 222.2.52.O
Data: 20/10/2004

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4171/5187

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Em votação o requerimento.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

REJEITADO.



O SR. MURILO ZAUITH (PFL-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Verificação concedida.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Como votam os Srs. Líderes?

Como vota o PRONA? (*Pausa.*)

Como vota o PV?

O SR. MARCELO ORTIZ (PV-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, o PV vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Como vota o PSC? (*Pausa.*)

Como vota o PCdoB?

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, a bancada do PCdoB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Como vota o PDT? (*Pausa.*)

Como vota o PSB?

O SR. JORGE GOMES (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, o PSB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Como vota o PPS? (*Pausa.*)

Como vota o PL?

O SR. LINCOLN PORTELA (Bloco/PL-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PL vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Como vota o PSDB?

O SR. JOÃO ALMEIDA (PSDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, o PSDB está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Como vota o PTB?

O SR. JOSUÉ BENGTON (PTB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, o PTB vota “não”.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Como vota o PP? (*Pausa.*)

Como vota o PFL?

O SR. MURILO ZAUITH (PFL-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, o PFL está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Como vota o PMDB? (*Pausa.*)

Como vota o PT?

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, o PT vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Como vota a Liderança da
Minoria? (*Pausa.*)

Como vota a Liderança do Governo?

O SR. BETO ALBUQUERQUE (PSB-RS. Pela ordem. Sem revisão do
orador.) - Sr. Presidente, a Liderança do Governo vota “não”.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - A Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

Queiram seguir a orientação do visor de cada posto.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Convido as Sras. e Srs. Deputados a virem a plenário e nele permanecer, pois teremos várias votações nesta tarde.

Estamos em processo de votação.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado

Lobbe Neto. (Pausa.)



O SR. LINCOLN PORTELA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. LINCOLN PORTELA (Bloco/PL-MG. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, a presença no Brasil de uma equipe de inspeção da Agência Internacional de Energia Atômica deve servir para a reabertura de um grande acordo mundial pela erradicação das armas atômicas e o fim da corrida armamentista, cada vez mais perigosa.

Na redação da Declaração Universal dos Direitos do Homem, o Brasil proclamou que a energia atômica só deveria ser usada para fins pacíficos e ainda conclamou os integrantes do Clube Atômico a assinarem um acordo pela vida.

Nossa tecnologia tem que ser respeitada, e o Brasil não pode ceder quanto a uma inspeção irrestrita. A Agência tem por objetivo fiscalizar o desenvolvimento da energia nuclear e evitar o surgimento de novas potências nucleares. Realmente, a bomba é uma força letal que algumas potências usam para manter o mundo cativo da ameaça nuclear.

Porém, o Brasil, como nação que defende o uso pacífico da energia atômica, não se intimida; afinal, não faz sentido imaginar o nosso País como potência nuclear.

Nosso enriquecimento de urânio está sendo desenvolvido com tecnologias inovadoras e, sem dúvida, tais avanços devem ser mantidos em sigilo.

Esperamos que a Agência americana e nossas fábricas de enriquecimento de urânio fiquem satisfeitas e a equipe internacional possa futuramente voltar para novas inspeções.

Era o que eu tinha a dizer.



O SR. MANATO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MANATO (PDT-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT recomenda à bancada votar “não” e convoca os seus Deputados a virem ao plenário participar das discussões.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado João Mendes de Jesus. *(Pausa.)*

Como vota o PP?

O SR. BENEDITO DE LIRA (PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Partido Progressista encaminha o voto “não” e convoca os seus Parlamentares a comparecerem ao plenário para participar da votação.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Babá. *(Pausa.)*



O SR. IVAN VALENTE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. IVAN VALENTE (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, queremos nos referir à matéria publicada ontem no jornal *O Globo*, intitulada: *Isenção fiscal no ProUni começa antes da matrícula*.

Diz a matéria:

“As instituições particulares de ensino superior que aderirem ao programa Universidade para Todos (ProUni) começarão a receber isenções fiscais antes mesmo de matricularem os estudantes beneficiados. Pela regulamentação, divulgada ontem, elas deixarão de pagar o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e três contribuições: CSLL, PIS e COFINS.

O Secretário-Executivo do Ministério da Educação (MEC), Fernando Haddad, classificou a proposta como um ‘petisco de largada’.”

Sr. Presidente, trata-se de isenção aos grandes grupos econômicos do setor privado, o que eles consideram um bônus de estímulo ao setor privado. É por essas e outras que temos nos manifestado contra programas que fortalecem ainda mais o ensino privado.

Outra medida adotada estabelece que instituições de ensino superior que abrirem cursos que ofereçam bolsas não precisarão mais passar pelo licenciamento no Ministério da Educação. Realmente, é fantástico! Isso acaba com a qualidade do



ensino. Esse tipo de medida nós sempre condenamos. Representa exatamente a expansão desordenada do ensino superior, sem controle e sem qualidade.

Hoje existe grande quantidade de instituições de ensino superior que são verdadeiras fábricas de diploma, faculdades de cuspe e giz, como se fala, que não formam nada, nem ninguém, que não servem para formar profissionais habilitados. Por essas razões, temos combatido esse tipo de medida, Sr. Presidente.

Tínhamos de tomar o sentido contrário. Com os recursos da isenção fiscal devíamos adotar um plano de expansão para o ensino superior público, o que fica mais barato e melhor. Existe uma falsidade, uma mistificação na mídia no sentido de inculcar a idéia de que os cursos universitários do setor público são mais caros do que os do setor privado. É uma mentira deslavada! Estão contabilizando todo o gasto com pesquisa e extensão universitária, com hospitais universitários e com o pagamento dos aposentados — esse item não deve ser considerado gasto com manutenção e desenvolvimento de ensino. É lógico que com isso tudo vai ficar mais caro. Mas, na prática, se abirmos vagas no setor público, formaremos profissionais com mais qualidade e estaremos tratando a educação rigorosamente como um bem público.

Sr. Presidente, é um erro gravíssimo essa compra de vagas no setor privado e mais ainda classificá-las como estatais, porque elas são privadas. O dinheiro vem da transferência de recursos públicos para o setor privado.

O Governo deveria fazer o contrário: expandir o ensino superior público. Medidas provisórias como essa são graves, como também o são declarações como a do Secretário-Executivo Fernando Haddad. Elas precisam ser repudiadas. Não devemos dar petiscos a entidades que se dizem sem fins lucrativos, mas que têm



faturamento de 15 milhões de reais por mês. Por que dar petiscos maiores a essas instituições? Está errada essa política. Não aceitamos medidas que venham beneficiar ainda mais o setor privado e criar a ilusão no estudantado brasileiro de que vai ser garantido o acesso e a permanência de milhões de jovens que querem cursar uma faculdade.

É preciso trabalhar o senso comum. Os estudantes brasileiros, oriundos das classes trabalhadoras, os estudantes pobres não querem uma universidade pobre; querem uma universidade que tenha ensino e pesquisa. Precisamos dar oportunidade aos nossos alunos de estudar em instituições que tenham qualidade de ensino, para que, depois, além de bons profissionais, sejam cidadãos que compreendam a idéia de um projeto nacional e de um bem público no nosso País.

Portanto, não podemos acelerar o processo de mais transferência de recursos públicos para o setor privado. Deve ser justamente o contrário.

Era o que tinha a dizer.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - A Presidência convoca os Srs. Deputados a virem ao plenário. Estamos em processo de votação.



O SR. JORGE ALBERTO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JORGE ALBERTO (PMDB-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, o PMDB entende que essas medidas provisórias precisam ser melhor estudadas. Por decisão da bancada, o PMDB entra em obstrução.



O SR. JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JÚLIO DELGADO (PPS-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, é importante deixar bem claro para todos os companheiros desta Casa que a posição do PPS, muito pelo contrário, não tem faro oposicionista. A posição do PPS é muito clara. Temos o compromisso de quem durante todo o ano ajudou na governabilidade do País. V.Exa. sabe disso muito bem.

É importante deixar claro aos companheiros a preocupação de que este momento tem um cunho eminentemente político. Em função disso, o PPS declara-se em obstrução.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - A Presidência convoca os Srs. Deputados a virem ao plenário, pois estamos em processo de votação.



O SR. CABO JÚLIO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. CABO JÚLIO (PSC-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSC vota "não".



A SRA. FÁTIMA BEZERRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT-RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com muita satisfação, dou conhecimento à Casa de que hoje pela manhã, na Comissão de Educação e Cultura, foi aprovado, por unanimidade, substitutivo de minha autoria ao Projeto de Lei nº 4.177, do Poder Executivo, que cria o plano de carreira dos servidores das universidades e das escolas técnicas federais.

Na verdade, esse plano de carreira é uma luta que, desde 1994, tanto a FASUBRA quanto o SINASEFE vêm desenvolvendo, num trabalho muito intenso, inclusive com muitas greves.

No ano passado, já no Governo do Presidente Lula, o processo de negociação foi retomado. No entanto, este ano, a FASUBRA teve de ir à luta mais uma vez. Fez uma greve que durou quase 60 dias. Junto com outros companheiros da bancada do PT, fiz parte de uma comissão que intermediou esse processo de negociação.

É com muita alegria, portanto, que dou conhecimento à Casa de que o projeto foi aprovado na Comissão de Educação e Cultura. Ele ainda vai passar pela Comissão do Trabalho, pela Comissão de Finanças e Tributação e depois irá para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Junto com representantes da FASUBRA, do SINASEFE e do MEC, iremos acompanhar toda essa tramitação para que ela se dê o mais rápido possível e o projeto, depois de aprovado, vá para Senado e seja sancionado pelo Presidente da República ainda este ano.



Dessa forma, os 150 mil servidores das universidades públicas e das escolas técnicas poderão usufruir dos benefícios que essa legislação trará já a partir de março de 2005.

Sr. Presidente, não tenho dúvida de que estamos dando um passo importante no que diz respeito à valorização salarial e profissional dos servidores dessas instituições de educação. Mais do que isso, com a aprovação do projeto, avançaremos na política de revitalização e reestruturação da carreira dos demais servidores públicos do nosso País.

A FASUBRA e o SINASEFE estão de parabéns. O plano de carreira constitui um belo exemplo do bom entendimento a ser seguido pelas demais categorias.

Parabenizo-os pela responsabilidade, seriedade e combatividade com que representaram os servidores tanto das universidades como das escolas técnicas.

Reconheço também o esforço que o Governo fez na busca desse entendimento que vai beneficiar os servidores dessas instituições tão importantes para o desenvolvimento do nosso País.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - A Presidência convoca as Sras. e os Srs. Deputados a virem ao plenário. Estamos em processo de votação.



O SR. PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. PAULO RUBEM SANTIAGO (PT-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna para expressar minha solidariedade aos trabalhadores rurais acampados próximo ao Município de Araçoiaba, na zona da mata norte de nosso Estado de Pernambuco.

No ano passado, aqui estive para denunciar a violência comandada pela Polícia Militar do Estado de Pernambuco frente à intransigência de um dos grandes proprietários de terra da região canavieira do Estado. Essa violência teve como ponto de partida a ocupação e a resistência, que já durava 6 anos, de centenas de famílias de trabalhadores rurais sem terra acampadas no Engenho Prado, localizado na Zona da Mata norte do Estado de Pernambuco.

O conflito, que se estendeu por mais de uma semana, teve ampla repercussão não só no Nordeste, mas em todo o País. Estiveram no local Deputados Federais e Estaduais, Procuradores da República, o Procurador-Geral da Justiça, Dr. Francisco Sales, o representante do Ministério Público Estadual.

Sr. Presidente, os processos que estão em andamento para desapropriação representam para aqueles trabalhadores uma posição firme em defesa da reforma agrária na Zona da Mata de Pernambuco.

Agora tomamos conhecimento de que na última semana mais uma ação violenta ocorreu contra os que estavam acampados na região próxima do Engenho Prado. Repugnamos este ato, que consideramos violento, desnecessário e,



sobretudo, porque favorece o ataque a centenas de famílias de trabalhadores rurais liderados pela Comissão Pastoral da Terra.

A ação nefasta implicou o incêndio de mais de 300 barracos em que estavam acampados os trabalhadores rurais que aguardavam há mais de 1 ano o processo de desapropriação das terras do Engenho Prado.

Expressamos neste plenário nossa indignação contra mais este ato de violência do latifúndio, na zona canavieira de Pernambuco, contra os trabalhadores e o processo de reforma agrária.

Vamos continuar, juntamente com a Comissão Pastoral da Terra, a FETAC, a CONTAG e o MST, defendendo a reforma agrária na zona canavieira de Pernambuco. Existem hoje mais de 200 mil trabalhadores desempregados. É preciso fazer avançar a reforma agrária, defender a justiça social no campo e repugnar, como estamos fazendo, todo e qualquer ato de violência contra os trabalhadores rurais e o INCRA, que tem tentado, a todo custo, acelerar o processo de reforma agrária.

O episódio ocorrido no Engenho Prado já chegou ao conhecimento do Ministro Miguel Rossetto e do Dr. Gercino José da Silva Filho, Ouvidor-Geral do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Queremos, mais uma vez, demonstrar nossa solidariedade e apoio às famílias desses trabalhadores rurais vitimados na semana passada — quinta e sexta-feira — por esse ato criminoso comandado pelos latifundiários: o incêndio de mais de 300 barracos de famílias no Município de Araçoiaba, em área próxima ao Engenho Prado, que aguarda a desapropriação para fins da reforma agrária.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - A Presidência convoca as Sras. e os Srs. Deputados a virem a plenário. Estamos em processo de votação.

Informo ao Plenário que amanhã, no período da tarde, e terça e quarta-feira da próxima semana haverá sessão deliberativa com efeitos administrativos.



O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é muito importante que todo o Brasil tenha consciência das razões que levam o PFL e o PSDB, a sustentarem neste momento essa posição de obstrução. Realmente, há um total desrespeito, por parte do Governo, com aquilo que está previsto em nossa Carta Maior, a Constituição Federal.

A Constituição propugna a divisão dos 3 Poderes. A um deles foi dada a prerrogativa de formular as leis, por isso mesmo, é denominado de Poder Legislativo, composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.

Ocorre que o Governo — e este não é um equívoco apenas do Governo Lula, é um equívoco também herdado do Governo anterior —, acaba se sobrepondo à prerrogativa que é do Congresso Nacional e se transformando no grande legislador do Brasil. Passa a ter, assim, uma tarefa que não lhe é própria, a tarefa de legislar, e legisla através das medidas provisórias. Hoje a pauta da Câmara está trancada por essa enxurrada de medidas provisórias que, sem responsabilidade, foram editadas pelo Governo.

Levantei uma questão de ordem mostrando que muitas medidas provisórias são publicadas sem sequer apresentar fundamentação. Ora, se não há a fundamentação, como se pode afirmar que aquela medida provisória é urgente e relevante? Sem a urgência e a relevância, as medidas provisórias não podem ser editadas. E o que temos? Quase 2 dezenas de medidas provisórias trancando a



pauta da Câmara. E as iniciativas parlamentares acabam não sendo apreciadas, porque o Congresso paralisa para seguir a agenda imposta pelo Poder Executivo.

Neste momento, a base do Governo deve refletir para que discutamos, de forma equilibrada, um novo modelo de tramitação das medidas provisórias na Casa.

As medidas provisórias devem, inicialmente, ser editadas com responsabilidade, o que vai diminuir a quantidade de medidas encaminhadas para a Câmara dos Deputados, e sua tramitação não deve dificultar ou impedir o trabalho legislativo, como está acontecendo.

Hoje, são partidos da base do Governo que também acompanham a obstrução, certamente por motivos distintos dos partidos da Oposição, mas todos sabem que é dever do Governo garantir o número necessário de Parlamentares na Casa para votar e aprovar matérias de seu interesse. A Oposição tem poucos instrumentos de resistência e de protesto, um deles é justamente a obstrução, que tem caráter político e sobretudo educativo.

Queremos educar o comportamento do Poder Executivo e do Legislativo e acabar, de uma vez por todas, com a desmensurada prática do Governo de a cada dia editar nova medida provisória sem necessidade, o que contribui para depreciação o Poder Legislativo brasileiro.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - A Presidência convoca as Sras. e os Srs. Deputados a virem ao plenário. Estamos em processo de votação.



O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, algumas Comissões estão reunidas. Já estamos na Ordem do Dia, em processo de votação. Solicito à Mesa que tome as devidas providências.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Determino que as Comissões cessem seus trabalhos e os Deputados venham ao plenário votar.



O SR. JAMIL MURAD - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, repudio a manifestação do Deputado Jair Bolsonaro, provocador nazi-fascista que, protegido pelo mandato parlamentar, agride autoridades constituídas, festeja o assassinato dos presos políticos e lamenta que a ditadura não tenha matado mais pessoas, para evitar que elas hoje estivessem no Palácio do Planalto. Essa postura não condiz com um mandato representativo do povo brasileiro, que foi às ruas para redemocratizar o País.

Sr. Presidente, também aproveito a oportunidade para homenagear 260 mil médicos, que no dia 18 de outubro comemoraram o Dia dos Médicos. Metade desses profissionais vive o drama de atenderem planos de saúde e não terem aumento há mais de 7 anos.

E a melhor homenagem que o Congresso Nacional e a Câmara dos Deputados podem prestar a essa classe profissional é aprovar o projeto do Deputado Inocêncio Oliveira, que legaliza a classificação hierarquizada dos procedimentos médicos.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - A Presidência convoca os Srs. Deputados a virem ao plenário. Estamos em processo de votação.



O SR. EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, nobres colegas, elogio a iniciativa do Ministro do Trabalho e Emprego, Ricardo Berzoini, que editou portaria que institui a divulgação da lista de empresas onde é detectado trabalho análogo ao escravo, visando impedir que recebam financiamento dos órgãos oficiais.

A medida é importante para inibir esse tipo de abuso. Já que boa parte onde há indício de trabalho escravo se dá em propriedades rurais, que essas empresas agrícolas não recebam financiamento público, que, na verdade, estimularia essa prática. Foi uma atitude corajosa do Ministro Ricardo Berzoini, já que a obrigação é antiga, e demorou anos a fio para ser editada.

Com essa portaria, vai ficar mais fácil a sociedade brasileira conhecer as propriedades rurais onde há trabalho análogo a escravo e, da mesma maneira, permitir que Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia e Caixa Econômica Federal não concedam crédito agrícola ou suporte de isenção fiscal ou qualquer tipo de incentivo por parte do Estado para essas pessoas.

Tramita na Casa uma PEC que no primeiro semestre ficou na iminência de ser votada, mas que, em função de ardil regimental, foi sustada. Na época se avisava — e fui à tribuna para isso — que, se não colocássemos a matéria em votação naquele dia, teríamos muita dificuldade para novamente chegar ao consenso de aprovar a PEC que expropria terras onde há trabalho escravo.

Dito e feito, Sr. Presidente. Passados 4 meses após aquela última sessão, quando foi abortada tal iniciativa, sequer a Casa colocou em votação a proposta de



emenda constitucional que visa adotar medida dura para acabar com o trabalho escravo no Brasil.

A portaria do Ministério do Trabalho é uma tentativa de o Poder Executivo, já que o Legislativo não fez seu dever de casa — até o presente momento está sendo omissa em não colocar em votação essa PEC —, colocar novamente o Brasil entre os países democráticos que respeitam os direitos humanos. Não podemos admitir que seres humanos sejam tratados como objetos, como escravos.



O SR. LEONARDO PICCIANI - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMDB se encontra em obstrução — encaminhamento feito pelo nobre Vice-Líder Jorge Alberto. Entretanto, momentos antes dessa orientação, alguns Parlamentares do partido já haviam votado, e querem agora alterar seu voto. Acontece que o sistema eletrônico não aceita a mudança para “em obstrução”, depois que o Deputado já fez sua opção. Mas a posição do partido é pela obstrução.

Portanto, peço a V.Exa. que considere em obstrução os Deputados do PMDB que já votaram.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Deputado Leonardo Picciani, será registrada na Ata da sessão a posição dos Deputados do PMDB que votaram antes da definição do partido pela obstrução.

Entretanto, para efeito de contagem de número para atingir o *quorum*, vamos considerar os Deputados que registraram seu voto, que, uma vez exercido, não tem como ser mudado.

O SR. LEONARDO PICCIANI - Não é possível a alteração do voto, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Não, somente na ata.

O SR. LEONARDO PICCIANI - Sr. Presidente, acato sua decisão. Mas, pergunto a V.Exa.: é possível trocar o voto de “sim” para “não” e não para “em obstrução”?



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - No nosso sistema, depois que se vota, não é possível voltar para obstrução.

O SR. LEONARDO PICCIANI - Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. ENÉAS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ENÉAS (PRONA-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, informo a V.Exa. que o PRONA está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - O PRONA está em obstrução.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Esta Presidência convoca as Sras. Deputadas e Srs. Deputados para virem ao plenário. Estamos em processo de votação.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Para uma breve comunicação, concedo a palavra ao Deputado Roberto Gouveia. *(Pausa.)*



O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, com a promulgação da Carta Constitucional de 1988, o direito de acesso dos desprovidos de recursos da Justiça foi assegurado pelo inciso LXXIV do art. 5º, entre os direitos e garantias fundamentais, nos seguintes termos: *"o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos"*.

Em sede constitucional, a Defensoria Pública, como instituição, somente veio a ser contemplada na Constituição de 1988, que a incluiu entre as Funções Essenciais à Justiça (art. 134), juntamente com o Ministério Público e a Advocacia, atribuindo aos seus membros a garantia da inamovibilidade.

O importante avanço constitucional não foi seguido, tanto no âmbito da União quanto da maioria dos Estados, das imediatas medidas legislativas e administrativas tendentes à organização ou aprimoramento das Defensorias Públicas, sendo certo que as existentes permanecem atuando, muito mais em função da aguerrida dedicação dos seus membros do que do apoio dos governantes.

.Expectativa de melhores dias para os excluídos, que têm nas Defensorias Públicas o único recurso para a defesa dos seus direitos, concentra-se agora na promulgação dos dispositivos da reforma do Judiciário concernentes à instituição, aprovados nesta Casa e, em primeira votação, no Senado Federal. Refiro-me ao §2º que se quer introduzir ao art. 134 da Constituição, assegurando às Defensorias



Públicas Estaduais autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária.

No Estado do Rio de Janeiro, apesar das iniciativas pioneiras de criação de cargos de Defensores Públicos, a instituição continua a receber tratamento discriminatório, sem adequadas condições de trabalho, seja com relação às instalações físicas, seja com relação aos recursos humanos, em especial do quadro de apoio. Além disso, os vencimentos da carreira estão inteiramente aviltados e defasados com relação às demais carreiras jurídicas do Estado.

Diante desse quadro, manifesto minha solidariedade à Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro pela greve decretada e meu integral apoio às justas reivindicações da categoria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - A Presidência convoca os Srs. Líderes para virem ao plenário. Estamos em processo de votação.

Solicito aos Srs. Deputados que ainda não exerceram o voto que o façam.



O SR. FERNANDO LOPES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. FERNANDO LOPES (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna manifestar meu inconformismo com as declarações feitas por uma Parlamentar sobre o desempenho do Governo do Rio de Janeiro, em particular da Governadora Rosinha, que tem, desde o início de sua administração, levado o Governo Estadual a diversas cidades do interior, inclusive Secretários e Presidentes de órgãos para ouvir a população e melhor decidir.

Da mesma forma, os programas sociais desenvolvidos pelo nosso Governo — grande parte deles em continuidade ao anterior, de Anthony Garotinho — estão em andamento desde o início da administração. Assim, sempre haverá cadastramento para as farmácias populares, que estão sendo inauguradas uma a uma, nas mais diversas regiões do Estado, e para os diversos programas sociais e habitacionais.

Em vez de criticar a atuação do Governo do Rio de Janeiro por fazer cadastramento voltado para um programa de casas populares, os Deputados deveriam refletir sobre a falta de uma política habitacional no plano federal, que enfrenta imenso déficit habitacional e o completo afastamento do Poder Público Federal no que tange à regulamentação da matéria para investir pesadamente na área de habitação.

Não há irregularidade alguma nisso. Ninguém vai parar cadastramento por causa de eleição, como também não vai parar inauguração de obras por causa de eleição, porque quem está desenvolvendo programas, quem está investindo, quem



está fazendo obras tem todo direito de divulgar ao público o desempenho do seu trabalho.

Da mesma forma, não há problema algum na presença marcante e expressiva da Governadora, porque S.Exa. assim tem procedido durante todo seu mandato. A exemplo de muitos Ministros e personalidades do Governo Federal e do PT, que têm visitado o Município de Nova Iguaçu, porque ainda não tinham tido oportunidade de conhecer a realidade da Baixada Fluminense. Quem sabe, assim, também o Governo Federal invista recursos em Municípios da Baixada Fluminense. Ninguém impediria e os Prefeitos receberiam de bom grado.

Sr. Presidente, tudo isso representa uma politização desse período de campanha eleitoral, que procura esconder alianças esdrúxulas, como a que está ocorrendo não em pequenos Municípios do interior, mas em Municípios mais importantes, entre o PT e o PFL. Parece-me que se trata de uma convergência, mesmo do ponto de vista eleitoral, muito estranha. Por isso, essa carga que está sendo lançada sobre a Governadora Rosinha, o PMDB do Estado do Rio de Janeiro e o nosso Governo.

Com certeza, o povo, a quem cabe julgar o acerto dos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos, saberá decidir melhor o destino dos Municípios nas eleições do dia 31 de outubro.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - A Presidência convoca os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas para se dirigirem ao plenário, pois estamos em processo de votação.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Deputado Leonardo Picciani.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, assim como o nobre Deputado Fernando Lopes, companheiro que acabou de se manifestar, reitero que são inadmissíveis os ataques feitos contra a Governadora Rosinha Garotinho, dizendo que S.Exa. faz uso eleitoral da máquina governamental.

Ora, os projetos sociais que o Governo do PMDB do Rio de Janeiro tem implementado desde o início do mandato — portanto há 2 anos — não foram criados às vésperas da eleição; são fruto de um trabalho contínuo que promove o resgate social.

Alguns Parlamentares, em especial do Partido da Frente Liberal, ocuparam a tribuna para dizer que a Governadora vai para Campos no dia da eleição. É evidente que S.Exa. irá a Campos no dia da eleição, pois Campos é a cidade onde a Governadora tem domicílio eleitoral; é lá que S.Exa. irá exercer seu voto, na qualidade de cidadã. Por isso, não poderia estar em outro Município.

Esses ataques nada mais são do que uma tentativa desesperada de tirar a vitória dos candidatos do PMDB. Nas 5 cidades onde haverá segundo turno, o PMDB foi escolhido pela população para disputar a Prefeitura e, na maioria delas, lidera as pesquisas — e, sem dúvida alguma, vai vencer. O PMDB tem compromisso com a população e tem buscado fazer um Governo para os mais necessitados.

Esdrúxula é a aliança entre o PT e o PFL. Vejo, no painel desta Casa, o PFL fazendo obstruções ao PT; o PT atacando o PFL, dizendo que esse partido quer parar o País. No entanto, no Rio de Janeiro, o PFL, que não foi para segundo turno



em nenhum Município, venceu apenas na Capital, e o PT, que disputa o segundo turno em apenas duas cidades, fazem aliança. Não consigo entender como dois partidos tão antagônicos, que demonstram no Congresso Nacional tantas diferenças — e não são poucas — podem pedir votos, dizendo que farão grande parceria. Só posso tirar uma conclusão: trata-se de uma tentativa inadequada e ineficaz de tentar derrotar o Governo de resgate social e de desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - A Presidência convoca os Srs. Deputados a virem ao plenário, pois estamos em processo de votação.

Solicito aos Srs. Deputados que registrem seu voto para que possamos dar andamento à Ordem do Dia.



A SRA. LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, o PFL está em obstrução.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - A Presidência informa que amanhã haverá sessão deliberativa à tarde, porque pela manhã haverá Comissão Geral, da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.



O SR. JOSÉ THOMAZ NONÔ - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JOSÉ THOMAZ NONÔ (PFL-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, a Minoria recomenda a obstrução.



O SR. ROBERTO GOUVEIA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ROBERTO GOUVEIA (PT-SP. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, público que nos acompanha, quero aproveitar deste expediente e dar ciência à Casa de matérias vinculadas à questão da Saúde e ações que reforçam o compromisso da Prefeita Marta Suplicy em promover a justiça social na Cidade de São Paulo.

Passo a ler as matérias.

*“Faculdade de Saúde Pública abre inscrição dia 25.
A prefeitura publicou hoje (19), no Diário Oficial do
Município, o edital de abertura de vagas para os cursos
da Escola Técnica de Saúde Pública da Fundação
Paulistana de Educação e Tecnologia, em Cidade
Tiradentes (Zona Leste).*

*As inscrições deverão ser feitas entre os dias 25/10
e 26/11. São 320 vagas nos cursos de Farmácia, Análises
Clínicas, Serviços de Saúde e Higiene Dental. Para se
inscrever, o interessado deve ter concluído ou estar em
conclusão da segunda série do ensino médio até o início
do curso. Além disso, é necessário adquirir o manual do
estudante (R\$ 5). O pagamento do manual e da inscrição
(R\$ 15) poderá ser feito nos postos nas Subprefeituras da
Zona Leste, na Praça da Sé, ou nas agências do Banespa
credenciadas.*



Pensando no futuro.

Além de formar excelentes profissionais com ensino de qualidade, a Escola Técnica e a Faculdade de Saúde Pública têm objetivo de suprir a falta de pessoal qualificado na rede do SUS dos bairros periféricos com os próprios alunos.

Ela é a primeira de uma rede de escolas técnicas e superiores a serem instaladas em São Paulo, conforme legislação aprovada pela Câmara Municipal, em 10 maio deste ano. A Prefeitura pretende implantar mais duas unidades no prazo de um ano, com o início de aulas previsto para 2006.

No centro de Itaquera, próximo à nova Radial Leste, será construída a Faculdade de Administração, inicialmente, com 200 vagas por ano. No dia 12 do mês passado, a prefeita anunciou a parceria com o presidente de Île de France Jean-Paul Huchon para a realização da obra, com início previsto para o primeiro semestre de 2005.

A outra unidade será a Faculdade de Engenharia, em São Miguel Paulista. As propostas de curso e os currículos estão sendo formulados em conjunto com a Escola Politécnica da USP, de acordo com as demandas das empresas instaladas da região.



Critério de avaliação.

O sistema de acesso prioriza o ingresso dos estudantes da rede pública e, especialmente, da Zona Leste. Confira:

De 0 a 100 pontos — soma da pontuação na prova de múltipla escolha (30 questões) e na redação; 15 pontos adicionais, se houver cursado os três últimos anos em escolas da rede pública (municipal, estadual e federal); 15 pontos adicionais se houver cursado os três últimos anos em escolas da rede pública (municipal, estadual e federal) localizadas na Zona Leste.

Faculdade de Saúde Pública de Cidade Tiradentes abre as portas em 2005

A Zona Leste de São Paulo é uma das regiões mais populosas da cidade e também uma das que mais sofre com o desemprego. Muitas das pessoas que moram lá conseguem trabalho apenas no centro ou em bairros mais afastados. Atenta a esse problema, a gestão Marta Suplicy colocou em prática o Plano de Desenvolvimento da Zona Leste, uma série de ações que tem o objetivo de qualificar a mão-de-obra local, atrair investimentos de empresas e, assim, desenvolver a região e aumentar a oferta de emprego para os moradores.



Dentro desse amplo processo de revitalização da Zona Leste, uma das iniciativas mais interessantes é a criação da Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia, que irá oferecer ensino técnico e superior gratuito e de qualidade aos moradores.

A primeira unidade a ficar pronta é a Faculdade de Saúde Pública de Cidade Tiradentes. Serão oferecidas 800 vagas em cursos superiores (Gestão de Serviços de Saúde e Gestão da Informação em Saúde) ou técnicos (Farmácia, Análises Clínicas, Serviços de Saúde e Higiene Dental). A primeira turma deve começar a ter aulas já no ano que vem.

Um dos objetivos é que, já em 2005, cerca de 800 alunos participem da implantação do hospital-modelo de Cidade Tiradentes, auxiliados por médicos especializados. 'A intenção é formar profissionais para trabalhar na rede pública de saúde', confirma Mariana Bittar, integrante da equipe do Plano de Desenvolvimento da Zona Leste. O Ministério da Educação (MEC) é parceiro da Prefeitura e destinou R\$ 6,5 milhões ao projeto.

Vestibular privilegia alunos da Zona Leste

As inscrições para o processo de seleção dos alunos acontecem entre outubro e novembro deste ano.



Locais e datas específicas serão divulgadas em breve pela Prefeitura. O vestibular será composto por uma redação e questões de múltipla-escolha, que juntos valem um total de 100 pontos. Mas a grande novidade dessa nova faculdade é que no processo de seleção, os estudantes da Zona Leste levam vantagem.

Os candidatos que tiverem estudado os últimos 3 anos na rede pública de ensino ganham 15 pontos. E se esses 3 anos tiverem sido cursados em escola pública localizada na região das 11 subprefeituras da Zona Leste, o candidato terá mais 15 pontos, totalizando 30 pontos de saída no vestibular. Antes mesmo de iniciarem a prova, eles já terão uma pontuação registrada, enquanto os alunos das escolas particulares começam do zero.

A opção por privilegiar os moradores da Zona Leste na disputa por vagas na Faculdade de Saúde Pública de Cidade Tiradentes segue a linha política adotada pela prefeita Marta Suplicy desde o primeiro dia de governo, de promover justiça social na cidade de São Paulo. E mais: para garantir o acesso do estudante que também trabalha, os cursos noturnos serão priorizados. A seleção de professores, por sua vez, será feita por meio de concurso público e a divulgação dos editais e abertura de



inscrições para concorrer às vagas será entre final de setembro e início de outubro.

Com essa iniciativa, Marta vai capacitar a população da Zona Leste para que trabalhe na região onde mora. E não apenas na área de saúde: a Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia também abrirá em breve outras duas faculdades, uma de administração e outra de engenharia.

Administração e engenharia

Na Faculdade de Administração serão oferecidos cursos superiores e pós-graduações com ênfase em Administração Pública, Administração de Empresas e Gestão Urbana e Regional, entre outros. Para viabilizar a implementação dessa unidade de ensino, nos próximos dias a Prefeitura de São Paulo assina um convênio de cooperação técnica com o Governo de Île de France, que engloba a região metropolitana de Paris, na França.

Já a Faculdade de Engenharia terá vínculo com entidades empresarias e com as empresas instaladas na região. A unidade de ensino será ligada a um pólo de pesquisa aplicada e serão oferecidos cursos técnicos, superiores e pós-graduações conforme a demanda dos setores produtivos mais dinâmicos da economia. A Prefeitura nesse momento está finalizando um acordo



com a Escola Politécnica da USP para a elaboração da proposta de áreas e cursos a serem adotados.

Zona Leste

A Zona Leste concentra 33% da população de São Paulo e 40% dos desempregados. É uma das áreas com maior exclusão social na cidade e com características semelhantes às de pequenas cidades-dormitório localizadas nos arredores da metrópole. O Programa de Desenvolvimento da Zona Leste e ações como a criação da Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia representam o esforço da gestão Marta Suplicy para gerar mais empregos, qualificar os profissionais e melhorar a qualidade de vida da população que reside nessa parte da cidade.”

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - A Presidência convoca as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados para virem ao plenário, pois estamos em processo de votação.



O SR. CARLOS WILLIAN - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. CARLOS WILLIAN (PSC-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas, criamos nesta Casa, há cerca de 60 dias, a Comissão Parlamentar de Apoio aos Programas Sociais de Combate à Fome.

No domingo passado, lamentavelmente, assistimos no *Fantástico* à matéria que coloca em cheque as graves falhas do Programa Bolsa-Família.

Pois bem, Sr. Presidente, o *Fantástico*, ao exibir essa matéria, deixou os brasileiros perplexos. Nesta Casa houve muitas críticas ao Governo Federal e ao Ministro Patrus Ananias, mas esquecem-se os críticos e a reportagem de que esse programa foi criado no apagar das luzes do Governo Fernando Henrique Cardoso, prosseguiu no Governo Lula, foi ampliado e recebeu recursos. Unificaram-se os programas, criou-se um Ministério específico e foi escolhido para essa Pasta um grande mineiro, o Deputado Federal Patrus Ananias, que saiu consagrado das urnas com mais de 400 mil votos, aliás, o Deputado Federal mais votado da história de Minas Gerais.

As críticas são bem recebidas, mas não podemos nos esquecer das milhares e milhares de pessoas beneficiadas pelo Bolsa-Família. O mau uso desses programas, principalmente em se tratando de pessoas, não é devido ao Governo nem o Ministro Patrus Ananias, mas às pessoas de má-fe, os Prefeitos que não souberam administrá-lo.

Como essa questão também é de responsabilidade do Parlamento, conclamo esta Casa, por intermédio de críticas construtivas e pedindo aos Srs. Prefeitos e às



associações civis que fiscalizem esses programas, a ajudar o Ministro Patrus Ananias e o Governo a melhorarem as condições do programa e a continuarem repassando os recursos.

Não sou do mesmo partido do Ministro Patrus Ananias, mas sou mineiro, sei da sua idoneidade e capacidade administrativa. Devemos nos unir a S.Exa. e aos técnicos do Ministério na intenção de ajudá-los. E como nós, Deputados, temos vários Prefeitos nas nossas bases, devemos orientá-los na aplicação correta dos recursos do Bolsa-Família.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Gostaria de registrar a presença, em nossas galerias, de 60 universitários do País que visitam a Câmara e fazem estágio universitário de curta duração.

Muito obrigado pela presença e que vocês tenham um bom estágio nesta Casa. (*Palmas.*)



O SR. RODRIGO MAIA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. RODRIGO MAIA (PFL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, há mais de 1 hora procede-se ao processo de votação. É nítida a falta de *quorum*. Daqui a pouco, haverá sessão do Congresso para votação de créditos, principalmente de pessoal, que são importantes para diversas categorias de trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Deputado Rodrigo Maia, não entendi sua manifestação.

O SR. RODRIGO MAIA Sr. Presidente, é nítida a falta de *quorum*. Há quase 1 hora iniciou-se a votação da matéria. É conveniente encerrarmos a sessão.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Deputado Rodrigo Maia, há mais de 400 Deputados na Casa. V.Exa. deve ser tolerante com seus colegas.

O SR. RODRIGO MAIA - Sr. Presidente, 1 hora é tolerância suficiente.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Deputado Rodrigo Maia, hoje é quarta-feira. Muitos Deputados vão aos Ministérios. Os Parlamentares estão trabalhando. Vamos aguardar um pouco.

O SR. RODRIGO MAIA - Sr. Presidente, os Deputados poderiam ter ido aos Ministérios pela manhã.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Deputado Rodrigo Maia, V.Exa. pode ficar tranquilo que a Presidência saberá exatamente a hora de encerrar a votação. (*Palmas.*)

O SR. RODRIGO MAIA - Sr. Presidente, o processo de votação já dura 1 hora.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Deputado Rodrigo Maia, V.Exa.
pode ficar tranqüilo.



O SR. NEUTON LIMA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. NEUTON LIMA (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Associação Brasileira dos Transportadores de Carga — ABTC patrocinou o V Congresso Nacional Intermodal dos Transportadores de Cargas, que se realizou em Foz do Iguaçu. Como os 4 congressos precedentes, esse deverá colher os mais seguros êxitos. Gostaríamos de parabenizar a Associação pela realização de mais esse evento.

Ao reunir os transportadores de carga do País, o congresso mostrou, uma vez mais, a importância da participação do setor de transportes nas diretrizes governamentais, a relevância do seu papel no desenvolvimento sustentado, na geração de emprego e renda, como também na proteção ambiental. Ao mesmo tempo, logrou apontar perspectivas e sugerir direcionamentos para a maior eficiência e eficácia das atividades de transporte de carga, além de explorar temas correlatos a esse universo.

Por meio dessa importante iniciativa, e nesse contexto específico, tem-se procurado despertar e incentivar o debate sobre a infra-estrutura de transportes, a multimodalidade, a logística, os investimentos e o gerenciamento do setor, os quais constituem elementos capazes de exercer forte impacto sobre a economia brasileira ou continental, nesse caso com a parceria de outros países.

Face aos objetivos do setor de transportes, esse congresso levantou temas como o das negociações simultâneas do Brasil com a Organização Mundial do Comércio, com a ALCA — Área de Livre Comércio das Américas, e sobre o acordo da Comunidade Européia com o MERCOSUL. Destacou, também, o fortalecimento



do MERCOSUL, a integração sul-americana e a saída para o Pacífico. Mereceram ênfase, ainda, a questão do escoamento da produção, do consumo de combustível, da intermodalidade no transporte de carga e dos investimentos em infra-estrutura.

Por sua vez, as empresas transportadoras ressaltaram, como de grande importância, os benefícios trazidos pela nova Lei de Falência e as ações desenvolvidas pelo sistema SEST/SENAT, no sentido de proporcionar a capacitação e reciclagem profissional ao trabalhador, para garantir uma maior eficiência ao setor de transportes.

Nesse universo, constata-se a preocupação e a orientação dos transportadores de carga em várias frentes. Em uma delas, enfatiza-se a necessidade dos países integrantes do MERCOSUL de unificar as suas legislações aduaneiras e as correspondentes aos transportes de carga, visando maior integração continental.

Em outra frente, reivindicam-se o disciplinamento e o regulamento do setor de transportes de carga. Argumenta-se que a ausência de regras transformou o frete rodoviário praticado no Brasil em um dos mais baixos do mundo, impedindo o crescimento do setor. Na verdade, a inexistência de normas legais e a falta de perspectivas dos transportadores dificultam investimentos na integração dos modais, na renovação da frota, no rastreamento dos veículos, na segurança logística, no armazenamento das cargas e na qualificação da mão-de-obra.

Por falta de regras e, conseqüentemente, de investimentos, o setor se vê em face de situações anômalas, como a associação de caminhoneiros em cooperativas, para enfrentar dificuldades crescentes no mercado.



O disciplinamento reivindicado aparece como matéria prioritária, pelo que se requer a aprovação do PL nº 4.358, de 2001, de autoria da Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados, o qual regulamenta o setor de transportes de carga.

Por outro lado, é permanente a preocupação dos transportadores de carga com os aspectos jurídicos que norteiam a atividade do setor de transportes, pelo que se aponta ser necessária a aprovação imediata da Lei de Falência, respeitando-se a redação aprovada no Senado Federal.

Nesse âmbito, a Associação Brasileira dos Transportadores de Carga prontifica-se a oferecer subsídios porventura necessários ao Congresso Nacional, visando ao aperfeiçoamento das propostas em tramitação, que disponham sobre matérias referentes ao transporte rodoviário de cargas, ou às questões trabalhistas e falimentares.

Os transportadores de carga prosseguem reivindicando ao Governo Federal que os recursos arrecadados pela CIDE — Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico sejam aplicados, como é devido, no financiamento de programas e obras de infra-estrutura dos transportes em suas múltiplas modalidades, porquanto isso se constitui em providência de vital importância à circulação de riquezas no País, sem o que restará prejudicado o crescimento nacional.

Em outro enfoque, permanecem emprestando apoio, com o mais vivo interesse, à implantação do programa de Inspeção Técnica Veicular no Brasil, pois entendem que trará benefícios irrefutáveis à segurança do trânsito e ao meio ambiente.



No que concerne aos trabalhadores do setor, a Associação Brasileira dos Transportadores de Carga vem estimulando, continuamente, a valorização do sistema SEST/SENAT, com ampla participação do empresariado do setor de transporte de cargas.

Finalmente, os transportadores de carga têm sido incansáveis na luta pela participação do setor de transportes nas negociações ligadas à organização Mundial do Comércio, à ALCA, ao MERCOSUL e ao acordo com a Comunidade Européia, por considerar que o transportador deva estar envolvido politicamente com as questões derivadas do processo de globalização.

Vemos, Sras. e Srs. Deputados, que, mais uma vez, os transportadores de carga mostram-se conscientes das responsabilidades que têm a desempenhar no seio da sociedade brasileira, e do seu papel de indutor do desenvolvimento socioeconômico de nosso País.

Queremos, nesta ocasião, deixar registrado, nos Anais da Câmara dos Deputados, nosso reconhecimento do grande valor das iniciativas e dos posicionamentos dos transportadores de carga e de sua associação, operando no sentido de contribuir para o melhor entendimento e esclarecimento das relevantes questões inerentes ao setor de transportes, tão essencial e indispensável ao mundo moderno, com tudo o que ele pode oferecer à maior qualidade de vida dos cidadãos.

Também encaminho à Mesa requerimento de indicação à Exmo. Sra. Ministra de Minas e Energia, sugerindo a extinção do horário de verão.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado

Marcelo Ortiz. (*Pausa.*) Ausente.



O SR. HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, assomo à tribuna para dialogar com as bancadas do PSDB, do PFL e do PMDB.

Estamos passando por um período de difícil estruturação de *quorum*, por causa do período eleitoral. Existe um conjunto de 15 medidas provisórias que trancam a pauta. Ouvi, há pouco, a manifestação do Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, dizendo que a obstrução seria uma espécie de tentativa pedagógica de trabalhar junto ao Governo para que este evite a edição de mais medidas provisórias.

Evidentemente, sabemos que devemos utilizar o mínimo possível as medidas provisórias. Mas, quando temos, por exemplo, a medida provisória que trata da abertura de crédito suplementar — a primeira que está trancando a pauta — para complementar o orçamento do Ministério da Agricultura, a fim de fazer frente ao combate da expansão de focos de febre aftosa no País, estamos diante de uma situação de urgência e relevância. Portanto, é necessária a adoção de medida provisória. O que podemos fazer neste plenário é debater cada medida provisória e eventualmente sofrer uma derrota na sua votação.

Obviamente, podemos aqui divergir no mérito das matérias, trazer argumentos, convencer, ser convencidos. Mas a permanente obstrução sem nenhuma análise do mérito da medida provisória em debate, e a Câmara dos Deputados com a pauta totalmente obstruída — e atrás dessa pauta temos a Lei de Falências, a Lei de Biossegurança, uma lei que altera o marco regulatório das



agências reguladoras no País, na minha opinião temas importantíssimos a serem analisados pela Câmara dos Deputados — enfim, essa paralisia total da Câmara é algo que, no meu ponto de vista, não ajuda em nada o País.

Apenas para ilustrar com outro aspecto, Sr. Presidente, uma das medidas provisórias trata do Programa Universidade para Todos — ProUni, que introduz o critério de vagas públicas nas universidades filantrópicas ou privadas, sob o qual existem pontos de vista diferenciados, com divergências, etc. Sr. Presidente, vamos trazer ao plenário da Câmara dos Deputados os argumentos, as emendas, para debater e votar o assunto nesta Casa.

Portanto, deixo, neste momento, de forma enfática e pública, uma crítica a esses 3 partidos que estão obstruindo nossa pauta, numa semana em que o Congresso Nacional conta com grande número de Parlamentares e na qual poderíamos votar diversas matérias importantes para o País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Concedo a palavra ao nobre Deputado José Thomaz Nonô, para uma Comunicação de Liderança, pela Liderança da Minoria.

O SR. JOSÉ THOMAZ NONÔ (PFL-AL. Como Líder. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há pouco, ouvi o Presidente João Paulo Cunha declarar que cerca de 400 Deputados estão presentes na Casa. Não há por que duvidar da afirmativa, até porque registros existentes em entradas da Câmara dos Deputados atestam a presença dos Parlamentares. O problema é que a Casa opera não com os Deputados presentes em suas dependências, mas com aqueles que estão em plenário e com vontade de exercer seu direito parlamentar de votar as matérias.

Assistimos hoje aqui a uma obstrução que, bem analisada, não reflete apenas a postura democrática e natural dos partidos que fazem oposição, mas ao fato de a maioria governamental se encontrar cindida, rachada e ressentida com as óbvias seqüelas decorrentes do turno eleitoral de 3 de outubro passado. Declarações infelizes e práticas mais infelizes ainda acabaram por traduzir inconformismos no plenário desta Casa.

Quem quiser colher lições pode encontrar, por exemplo, nos jornais de hoje, a frase lapidar da Prefeita de São Paulo, D. Marta, segundo a qual o Presidente Lula envia recursos quando tem sintonia com os objetivos desse ou daquele determinado Prefeito ou Governador. Em linguagem petista moderna, não sei o que isso significa, mas, para todo o sempre nesta Casa, é a confissão explícita de clientelismo mais cínica que vi nos últimos dias. Trocado em miúdos, o que a Prefeita quis dizer foi o



seguinte: só há dinheiro para Prefeito que apoiar Lula; só há dinheiro para Prefeito que apoiar o PT.

Essa ótica distorcida, essa negação dos princípios democráticos, essa convicção e prática autoritária fizeram com que a base do Governo rachasse.

A contradição maior dessa campanha não ocorreu entre as forças de Oposição e as do Governo, mas entre as posturas díspares dos partidos e dos representantes da própria base do Governo.

Se, num passado próximo, alguém dissesse uma barbaridade dessas, seria sem dúvida crucificado pelo Partido dos Trabalhadores. Derrotada de antemão, sobretudo por sua aliança explícita com as forças mais retrógradas de São Paulo, agora abençoadas, D. Marta tem feito coisas sensacionais! Por exemplo, da vida de Maluf, disse não saber nada, o que é curioso para quem faz política há tanto tempo no Estado e na cidade politicamente mais importante do País. Pela negação do seu passado, pela contradição flagrante do seu presente com o seu passado de lutas é que sua candidatura míngua.

A alternância democrática é salutar. E, da mesma forma como ela subiu à Prefeitura de São Paulo propondo práticas inovadoras e uma postura ética imune a qualquer reparo, no exercício do cargo, desdisse tanto a postura ética quanto a prática administrativa. É por isso que o Serra sobe e a Marta cai.

É difícil para o legítimo eleitor do PT, aquele que ainda crê na pureza dos ideais do partido — um contingente que diminui a olhos vistos —, acreditar que alguém diga, principalmente no comando do terceiro orçamento do País, que o Presidente só manda dinheiro a quem é seu amigo ou sua amiga.



Noticiam os jornais que o Presidente puxou a orelha da Prefeita. Não sei, não sou dado às intimidades palacianas, nem sei quem puxa a orelha de quem. No entanto, o eleitor paulistano está puxando a orelha da Prefeita e a do Presidente. É interessante não esquecer que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi o primeiro a desrespeitar a legislação, pedindo votos para D. Marta numa solenidade de inauguração de obra pública.

São Paulo é emblemática. Mais ainda quando se acresce à experiência paulistana a recente assertiva do Prefeito quase derrotado de Porto Alegre, que disse estar perdendo a eleição porque os eleitores repudiavam Lula. Pasmem, senhores! É o Prefeito da cidadela até então inexpugnável do PT, Porto Alegre, que diz perder a eleição por culpa do Presidente. Não quero crer nisso; não posso crer nisso; recuso-me a acreditar nisso.

O problema é que sucessivos descumprimentos de compromissos de campanha e a sistemática desassistência aos parceiros da base de sustentação geraram derrotas eleitorais em muitos Municípios e um vazio neste plenário. Não haverá chamamento que o conserte. É por isso que esperamos horas e horas para que, num trabalho de pastor, se apascentem os Deputados da base do Governo que aqui não querem vir.

Cumpra ao Presidente da República puxar a orelha de sua base, puxar a orelha de sua Prefeita e se preparar democraticamente para o puxão de orelha que levará do eleitor brasileiro no dia 31 de outubro próximo.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Concedo a palavra ao nobre Deputado José Múcio Monteiro, para uma Comunicação de Liderança, pelo PTB.

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO (PTB-PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, convoco meus companheiros de partido a virem ao plenário para completar o *quorum*.

Ao entrar no plenário, ouvi de um companheiro de outro partido que há interesse em não se votar essas matérias devido à preocupação com a reeleição das Mesas Diretoras das duas Casas do Congresso Nacional. Ora, esta Casa não pode se omitir diante de suas responsabilidades. Há 20 medidas provisórias que represam nossos trabalhos. A imprensa, a sociedade e o Brasil inteiro cobram a baixa produtividade desta Casa. Ficamos pequenos à medida que temos medo de votar.

A reeleição das Mesas não está em pauta. Não estamos discutindo se vamos ou não colocá-la em votação. Se a colocarmos, estaremos minimizando nosso poder de escolha, de votar a favor ou contra.

Por isso, convoco meus companheiros para virem ao plenário, a fim de ajudar a Casa a produzir. Saímos de uma campanha eleitoral em que dizíamos estar ajudando o País. Todavia, da forma como estamos nos comportando, a sociedade tem todos os motivos para nos julgar da maneira como tem feito.

Convoco meus companheiros para virem ao plenário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - A Presidência convoca os Srs. Deputados a virem ao plenário, pois estamos em processo de votação.



O SR. WLADIMIR COSTA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. WLADIMIR COSTA (PMDB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parabênizo a coligação União por Belém, encabeçada pelo Senador Duciomar Costa, que concorre, em segundo turno, à Prefeitura de Belém do Pará.

As pesquisas registram 16 pontos de diferença em favor do Senador Duciomar Costa. Apesar da campanha milionária, com gastos jamais vistos na história política de Belém, a candidata do PT está em segundo lugar. Quanto mais gasta dinheiro, a fim de inverter o quadro eleitoral no Município, mais a candidata petista cai nas pesquisas.

Segundo as previsões, a diferença a favor do candidato da União por Belém pode se ampliar ainda mais. O Senador Duciomar Costa conta com o apoio do Governador Simão Jatene e de 80% dos Deputados da bancada federal.

Parabênizo o povo do Mosqueiro, da Vila de Icoaraci, enfim, todos e cada um dos habitantes dos bairros de Belém e seus respectivos distritos pela forma carinhosa com que estão aplaudindo a candidatura da coligação União por Belém.

Já é dada como certa a vitória de Duciomar Costa no segundo turno das eleições, possivelmente com mais de 200 mil votos de diferença.

Muito obrigado.



O SR. MAURO PASSOS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MAURO PASSOS (PT-SC. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, excelente a palestra do proferida pelo Prof. Antônio Baylos Grau, da Universidade Castilla - La Mancha, na Comissão do Trabalho da Câmara, sobre o tema *Reformas Trabalhistas na Espanha*.

Segundo ele, a Espanha é o país da Europa que melhor retrata a superação dos ventos da desregularização, mediante profunda reorientação nas relações trabalhistas.

Nos anos 80, o desemprego foi a tônica na Espanha. A flexibilização criou relações precárias de trabalho e propiciou o avanço na terceirização.

A sociedade foi envolvida pelo discurso de que as obrigações sociais encareciam a mão-de-obra, que o trabalho estável devia deixar de existir e que sem o custo das obrigações trabalhistas os empresários iriam contratar mais.

Durante 20 anos os espanhóis sofreram com essa política. O sistema previdenciário quase chegou a falência, uma vez que ninguém contribuía — estavam quase todos na informalidade.

A taxa de trabalho informal nesse período foi de 33%, quando na Europa a média era de 8%. A Espanha quase faliu como nação.

As pressões oriundas de uma profunda crise econômica sacudiram o país. A partir de 1997, empresários e trabalhadores despertaram para o risco que corriam. Todos se convenceram que o trabalho temporário e as relações precárias entre empregador e empregado eram péssimas para os trabalhadores, para as empresas e para o país.



Atualmente, na Espanha, a sociedade está convencida de que o trabalho estável é a melhor relação. A taxa de desemprego, que em 1997 era 22%, neste ano caiu para 10%. A Espanha, que há 8 anos quase falira, é uma referência no competitivo bloco econômico da União Européia.

Sr. Presidente, a palestra em apreço foi muito importante e vai servir de exemplo para o Brasil, tendo em vista que a reforma trabalhista encontra-se pautada para o próximo ano legislativo.



O SR. CORONEL ALVES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. CORONEL ALVES (Bloco/PL-AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, muito me tem honrado a atividade parlamentar desenvolvida neste meu primeiro mandato. Tive oportunidade de relatar importantes temas para a Nação, tendo normalmente sido brindado com matérias referentes às Policiais Militares e às Forças Armadas.

Fui Relator da medida provisória que criou a Gratificação de Condições Especiais de Policiais Militares e Bombeiros Militares do Distrito Federal; participei da nova condição dada aos taifeiros do Exército, de galgarem graduação até 3º Sargento; também me foi dada a oportunidade de trabalhar na Comissão Mista destinada a apreciar medida provisória que reajustou os soldos dos militares das Forças Armadas, assim como na que dizia respeito à carreira e à criação da gratificação administrativa para os policiais rodoviários federais.

No entanto, Sr. Presidente, até hoje não tive oportunidade de trabalhar acerca do assunto nem vi nenhum outro colega Parlamentar defender a melhoria da carreira dos policiais militares dos ex-Territórios Federais: Amapá, Roraima e Rondônia.

Desta tribuna, então, faço um apelo aos meus colegas das bancadas do Amapá, Roraima e Rondônia no sentido de que estejamos sempre unidos para dialogar e até mesmo pressionar os Ministros Guido Mantega, Antonio Palocci e José Dirceu, a fim de que não se esqueçam de que nos ex-Territórios ainda temos categorias cujas reivindicações não foram colocadas na mesa de discussão, nem foram chamadas para discutir melhoria salarial.



E o que é pior, pasmem Srs. Deputados: estão retirando benefícios conquistados ao longo dos anos, como auxílio-alimentação e auxílio-fardamento

Ora, como teremos policiamento ostensivo, um direito constitucional, se os policiais não tiverem fardamento? Pois o Governo Lula está retirando essa condição. Como podemos exigir que os policiais e os bombeiros militares dos ex-Territórios que ainda estão na ativa desenvolvam bem o seu trabalho se não recebem auxílio-alimentação? Como podemos exigir que desempenhem seu papel constitucional a contento, se não percebem auxílio-saúde? São condições básicas para qualquer ser humano.

Tenho ouvido vários Deputados falarem sobre segurança pública. Como os profissionais do setor vão combater a criminalidade em áreas de fronteira do meu Estado, de Rondônia e de Roraima, onde o narcotráfico está presente? Como proporcionar melhores condições de segurança para a sociedade, se esses profissionais estão perdendo direitos que conquistaram? Além disso, nem o futuro da categoria foi colocado em discussão. Mais: não é só a categoria policial militar, mas também a dos professores de 1º e 2º graus dos ex-Territórios e a dos policiais civis não tiveram sequer uma sinalização do Governo Federal.

Ao finalizar, quero dizer que sou homem que acredita na palavra de outro homem. Neste plenário ouvimos a palavra de compromisso do Líder do Governo, Professor Luizinho, e a do Senador Aloizio Mercadante, no Senado Federal, de que essas questões seriam resolvidas até setembro. Só esqueceram de dizer de que ano, pois setembro já passou, outubro está terminando e nada foi feito.

Por isso, deixo um apelo aos meus colegas. Vamos fazer gestões perante o Governo Federal para resolver essa situação que está se tornando caótica nos



Estados fronteiriços. Assim o fazendo, conseguiremos cumprir o nosso papel constitucional de defender a sociedade a contento.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.



O SR. POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta Casa pediu, suplicou, cobrou, exigiu e, por fim, o Governo do Presidente Lula atendeu a nossa reivindicação de editar uma medida provisória liberando o plantio, a comercialização, o consumo, a industrialização e a exportação de soja geneticamente modificada na safra de 2005.

Imaginávamos que a medida provisória liberaria o plantio, a comercialização, o consumo, a exportação e a industrialização da soja, mas os seus termos são muito restritivos. Exige-se tanta coisa que até passa a impressão de que é melhor e mais fácil não plantar a soja do que cumprir as exigências impostas pelo Governo

Em primeiro lugar, exige-se que o agricultor firme um termo de ajuste de conduta. Ora, essa exigência é, no mínimo, inusitada, até porque, em regra, esses termos são assinados com o Ministério Público para inibir comportamentos agressivos ou para compensar a prática de algum ato ilícito. É quase uma penalização.

Além do mais, o Governo fez constar desse termo que o agricultor é responsável por qualquer problema que possa decorrer do uso da semente geneticamente modificada. Ora, o que é isso? O agricultor não tem conhecimento científico, não criou a semente geneticamente modificada, nem conhece a técnica de modificação genética. Como pode, então, ser responsabilizado por algo para o que absolutamente não concorreu? Ou a semente está aprovada, e o Governo a aceita como tal, ou o Governo não aprova a semente geneticamente modificada. Quem tem de ser responsabilizado pelas consequências da semente é quem a criou. Como



alguém pode ser responsável por um produto de cuja elaboração não participou? Por acaso quem compra um carro é responsável por falhas na fabricação das suas peças? Claro que não. A responsabilidade compete ao fabricante.

Se houver problemas em virtude do uso das sementes geneticamente modificadas, a Monsanto deve responder por eles. O Governo não pode transferir a responsabilidade para agricultor.

Sr. Presidente, estamos apresentando pelo menos 8 emendas à medida provisória. Tentaremos aperfeiçoá-la, a fim de que o agricultor possa efetivamente plantar, colher, comercializar, industrializar e exportar a soja transgênica.

É o que tinha a dizer.



O SR. RODRIGO MAIA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. RODRIGO MAIA (PFL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, já se completa uma hora e meia de votação. Anteriormente, V.Exa. disse que os Deputados estavam nos Ministérios. Ora, a distância desses órgãos e o plenário da Câmara dos Deputados não é tão grande. Ou a reunião será demorada e eles não chegarão a tempo ou os Parlamentares podem ter voltado aos seus domicílios eleitorais.



O SR. TARCISIO ZIMMERMANN - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. TARCISIO ZIMMERMANN (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, informo ao Deputado Rodrigo Maia que acabei de chegar de um Ministério, da mesma forma que o Deputado Adão Pretto. Certamente, outros Deputados estão vindo e vão votar.



O SR. ZENALDO COUTINHO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ZENALDO COUTINHO (PSDB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente, elogio a manifestação do nobre Deputado Wladimir Costa, que agora, no segundo turno das eleições em Belém, veio se somar conosco, na certeza de que o Senador Duciomar Costa irá administrar a Capital do Estado do Pará a partir do ano que vem.

Em segundo lugar, lamento, de maneira muito enfática, que a chapa vitoriosa no Município de Portel — à frente o candidato a Prefeito Pedro Barbosa —, com quase o dobro votação da perdedora, esteja sendo vítima da ameaça mais descabida: a absurda tentativa de que os votos democraticamente conseguidos na luta eleitoral não sejam convalidados.

O nosso candidato a Prefeito, de oposição, reuniu diversos partidos — e, sobretudo, devo enfatizar que foi a luta de um grupo de pessoas desprovidas de recursos, lutadores em prol da democracia no Município de Portel. Agora, surpreendentemente, estão sendo acusados exatamente das práticas comuns aos seus adversários.

Nós, que defendemos o Município de Portel, temos certeza de que o Ministério Público e Justiça do Estado do Pará estarão atentos às tentativas daqueles que não querem reconhecer o resultado das urnas, a voz democrática do povo. Nós vamos lutar com todas as forças e instrumentos legítimos que estejam ao nosso alcance para que a voz das urnas sejam respeitadas. O povo portelense não merece que os adversários da democracia tentem, por meio de artimanhas jurídicas, evitar que no dia 1º de janeiro uma nova administração, que representa a sua



vontade, esteja à frente dos destinos do Município. Nós, que defendemos a lisura do processo democrático, devemos estar atentos às manobras e artifícios utilizados pelos inimigos do processo democrático.

Em Portel, reuniram-se diversos partidos de diferentes matizes ideológicos, todos imbuídos no propósito da renovação da política do Município, a fim de que a população local tenha dias condizentes com a riqueza da terra e de que o exemplo de democracia que hoje temos no Brasil se reflita naquela rincão distante da Amazônia. Vejo aqui um colega do PMDB que lá esteve auxiliando a nossa chapa, e destaco também o trabalho do Deputado Estadual Luiz Sefer, do PFL, grande lutador.

Portanto, Sr. Presidente, faço esta manifestação na certeza de que a vontade democrática expressa nas urnas prevalecerá.

Muito obrigado.



O SR. BABÁ - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. BABÁ (Sem Partido-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, passo a ler nota do PSOL a propósito da crise militar-institucional recentemente aberta pela publicação no *Correio Braziliense* das dolorosas fotos que mostram a humilhação infligida ao jornalista Vladimir Herzog instantes antes do seu assassinato, em 1975, no DOI/CODI paulista.

“A propósito da crise militar-institucional recentemente aberta pela publicação no Correio Braziliense das dolorosas fotos que mostram a humilhação infligida ao jornalista Wladimir Herzog instantes antes de seu assassinato em 1975 no DOI/CODI paulista, a Executiva Nacional do Partido Socialismo e Liberdade — PSOL vem a público externar veemente preocupação com os rumos do inconcluso processo de restauração democrática de nosso País, ponderando o quanto segue:

1 - Antes de tudo, saudamos o jornal Correio Braziliense que, neste episódio, cumpriu muito bem seu dever jornalístico de trazer a público foto-denúncias. As feridas abertas no passado recente de nosso País só serão cicatrizadas se expostas livremente ao oxigênio da verdade.



2- Ademais, registramos nosso estarrecimento pela revelação de que aquelas fotografias jaziam 'esquecidas' há quase 10 anos na Câmara dos Deputados — surpreendentemente, nos próprios arquivos de sua Comissão de Direitos Humanos.

3 - *Quanto à nota divulgada há três dias pelo Centro de Comunicação Social do Exército, bastaria este adjetivo para defini-la: é fascista. Defende o golpe de 64, que derrubou pela violência um governo constitucionalmente eleito, mergulhando o Brasil em 21 anos de ditadura terrorista de Estado, intervindo em entidades de todo tipo, cassando, encarcerando ou exilando parlamentares, sindicalistas, jornalistas, professores, religiosos, estudantes, operários, camponeses, democratas e opositores em geral, censurando a imprensa e as artes, intimidando e calando quase todas as vozes, instituindo a tortura como método oficial de interrogatório e erigindo o assassinato covarde de presos como método para livrar-se dos que protestassem contra tanto horror em nossa Pátria. Aquela notinha macabra chegou ao cúmulo do cinismo ao lançar sobre os bravos patriotas que resistiram à ditadura a 'culpa' pela violência desencadeada pela própria ditadura.*



4 - Notinhas prepotentes e falsárias como essa proliferaram nos tempos da ditadura. Mas, hoje, são inadmissíveis, intoleráveis, configuram escárnio aos esforços de reconstrução democrática, desrespeito à memória dos que tombaram para dar vida a esse processo de reconstrução, insulto os sentimentos de seus familiares e amigos e ofensa a todos os que se empenharam e se empenham em construir uma democracia em nosso país.

5 - Mais ainda: a nota afronta diretamente a autoridade do Presidente da República, como chefe supremo das Forças Armadas. Que autonomia ainda continuará a ser tolerada em autoridades militares, ou em seus subordinados, para se pronunciarem sobre assuntos políticos — ainda mais, quando se lançam à apologia de golpes militares e de violência contra seu próprio povo? Desde quando, num regime constitucional, um organismo subalterno do Exército pode, impunemente, opinar à revelia do comando da respectiva Força e do próprio Ministro da Defesa? Desde quando, numa democracia, é permitido ao Presidente da República tolerar isso?

6 - É de se supor que alguns dos oficiais que, na década de setenta, comandavam as equipes de tortura e assassinato de presos políticos, ou que foram coniventes



ou simpatizantes com tais práticas desonrosas, tenham prosseguido incólumes em suas carreiras militares, podendo até ter alcançado patentes superiores. Mas, se for esse o caso, não permita o Presidente da República que falem em nome do Exército — e nem permita que continuem em seus cargos!

7 - De duas, uma: ou o Presidente da República exonera imediatamente de seus cargos no Centro de Comunicação Social do Exército os responsáveis pela redação e divulgação daquele texto repugnante ou, não importa que gestos de cena adote, estará se curvando à insubordinação militar saudosistas da ditadura. Que se esclareça, cabal e publicamente, a ação ou a omissão — pois ambas geram responsabilidades jurídicas e políticas — do Comandante do Exército e do Ministro da Defesa no episódio. Porque, como a Historia desgraçadamente nos mostra, a complacência institucional é o solo onde novos candidatos a Pinochet estão sempre à espreita para germinar suas vocações liberticidas.

8 - Até agora, o Presidente da República agiu tibiamente, como quem pisa em ovos a serem preservados — quando deveria esmagar os ovos da serpente fascista, antes que germinem plenamente. Não basta a nota subscrita em seguida pelo General Comandante do Exército: ela



configura apenas um modo de 'acomodar' a situação e mudar rapidamente de assunto. Pois o máximo que essa segunda nota concedeu foi qualificar de "não apropriada" a manifestação do Centro do Comunicação Social do Exército. Essa nota do Comandante do Exército beira a conivência.

9 - Mas ainda não é tarde para o Presidente da República agir como estadista na defesa da Constituição e cumprir verdadeiramente seus deveres com a dignidade e a coragem prometidas ao povo brasileiro. Ainda não é tarde para que, ao menos, honre a memória de seus próprios companheiros assassinados. Ou para que, no mínimo do mínimo, assuma a postura que, há cem anos, até uma facção das classes dominantes teve, ao lançar o Movimento Civilista — pois, em qualquer democracia, até nas oligárquicas, a corporação armada deve subordinar-se obedientemente ao poder civil que brota das urnas.

10 - Assim, propomos publicamente ao Presidente Lula:

a) que exonere de seus cargos, sem mais delongas e sem mais panos quentes, os responsáveis pela redação/divulgação da nota subscrita pelo Centro de Comunicação Social do Exército;

b) que instaure investigação pública, com a participação do Congresso e de personalidades independentes e



idôneas da sociedade civil, para esclarecer todo o episódio e apurar responsabilidades;

c) que abra, o quanto antes, ao acesso público todos os arquivos referentes ao período da ditadura militar ainda conservados pelas Forças Armadas, pelos organismos policiais federais e pelos organismos de informação — antes que se conclua a tarefa de incineração de provas confessada na nota do Centro de Comunicação Social do Exército;

d) que emita ordem pública para que, doravante, nenhum integrante, de nenhuma das Armas, possa manifestar-se publicamente sobre qualquer assunto político sem a prévia e expressa autorização do Presidente da República.

Há questões sobre as quais é indigno conciliar, contemporizar, esquivar-se. Ainda é tempo, Presidente Lula. Amanhã, poderá ser tarde. Não deixe passar esta oportunidade de aprofundar a democracia!”

Espero que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tome providências contra a divulgação daquele documento.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. autorize a divulgação desta nota nos órgãos de comunicação desta Casa.



O SR. ALBERTO FRAGA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ALBERTO FRAGA (PTB-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Sr. Presidente, vai haver sessão do Congresso Nacional esta noite?

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Esta sessão termina, ordinariamente, às 19h, e será prorrogada até às 20h. Enquanto a Câmara dos Deputados estiver em funcionamento, a sessão do Congresso Nacional não se instalará.

O SR. ALBERTO FRAGA - Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Vou encerrar a votação. (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

Votaram “sim” 2 Srs. Deputados; votaram “não” 253 Deputados e abstiveram-se 5 Srs. Deputados. Total de votos: 260.

O REQUERIMENTO FOI REJEITADO.



O SR. ENIO BACCI - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ENIO BACCI (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, votei de acordo com a orientação do PDT.



O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, V.Exa. acaba de nos informar que a sessão da Câmara dos Deputados pode, regimentalmente, ser prorrogada por mais uma hora, e que, enquanto não encerrarmos nossos trabalhos, a sessão do Congresso Nacional não se iniciará.

V.Exa. tem razão, mas é bom lembrar que na sessão do Congresso Nacional está prevista a votação de créditos suplementares para pagamento de pessoal.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Para oferecer parecer, em substituição à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, à Medida Provisória nº 196, de 2004, e às emendas a ela apresentadas, concedo a palavra ao nobre Deputado Abelardo Lupion.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL-PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Medida Provisória nº 196, de 2004, abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Meio Ambiente, no valor de 86 milhões e 80 mil reais, para os fins que especifica.

Com base no art. 62, combinado com o 3º do art. 167, da Constituição Federal, o Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 114, de 5 de julho de 2004 (nº 373, de 2 de julho de 2004, na origem), a Medida Provisória nº 196, de 2 de julho de 2004, que *“abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Meio Ambiente, no valor de R\$86.080.000,00, para os fins que especifica”*.

O Anexo I da medida provisória traz o seguinte detalhamento dos subtítulos a serem contemplados:

Para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para a erradicação da mosca da carambola, crédito extraordinário, nacional, de 1 milhão e 580 mil reais; erradicação do cancro cítrico, crédito extraordinário, nacional, de 7 milhões de reais; vigilância e fiscalização do trânsito interestadual de vegetais e seus produtos, crédito extraordinário, nacional, de 7 milhões de reais; controle da raiva dos herbívoros e prevenção da encefalopatia espongiforme bovina, conhecida



como doença da vaca louca, crédito extraordinário, nacional, de 6 milhões e 500 mil reais; erradicação da febre aftosa, crédito extraordinário, nacional, de 18 milhões de reais; prevenção, controle e erradicação das doenças da avicultura, crédito extraordinário, nacional, de 4 milhões de reais.

Para o Ministério do Meio Ambiente, para a criação de unidades de conservação federais, crédito extraordinário, nacional, de R\$1.280.030,00; prevenção e combate de queimadas e incêndios florestais no Arco do Desmatamento na Amazônia, crédito extraordinário, nacional, de R\$6.586.666,00; fiscalização de atividades de desmatamento e queimadas, crédito extraordinário, nacional, de R\$18.987.664,00; prevenção e controle de desmatamentos e incêndios florestais, crédito extraordinário, nacional, de R\$10.510.040,00; modernização dos sistemas de licenciamento e controle de atividades florestais, crédito extraordinário, nacional, de R\$4.403.700,00; implantação do Centro de Monitoramento Ambiental, crédito extraordinário, nacional, de 231 mil e 900 reais.

Conforme a Exposição de Motivos nº 170, de 2004, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, que acompanha a referida mensagem presidencial, o crédito em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no valor total de 44 milhões e 80 mil reais, destina-se à adoção de medidas urgentes e necessárias à intensificação do combate de doenças e pragas prejudiciais à agricultura e pecuária, principalmente da febre aftosa, tendo em vista o recente surgimento de focos da doença.

A parcela restante, em favor do Ministério do Meio Ambiente, no montante de 42 milhões de reais, objetiva a adoção de medidas imediatas e integradas voltadas especialmente para a prevenção de queimadas, investigação de crimes ambientais e



fiscalização, como parte do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal.

A abertura do crédito extraordinário será financiada com os recursos decorrentes do cancelamento parcial da Reserva de Contingência, sendo para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a rubrica Reserva de Contingência — Fiscal, no valor de 44 milhões e 80 mil reais, e para o Ministério do Meio Ambiente a rubrica Reserva de Contingência — Recursos Provenientes de Receita Própria e Vinculada de Fundos e da Administração Direta, no valor de 42 milhões de reais.

Foram apresentadas, conforme demonstro a seguir, 2 emendas ao crédito extraordinário sob análise, ambas de autoria do eminente Deputado Eduardo Valverde.

A Emenda nº 1, de 2 milhões de reais, para o Ministério do Meio Ambiente, com o subtítulo suplementado Fiscalização de Atividades de Desmatamento e Queimadas; e a Emenda nº 2, também de 2 milhões de reais, para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com o subtítulo suplementado Erradicação da Febre Aftosa (para o Estado de Rondônia).

Conforme o art. 5º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, que dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das medidas provisórias, a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, o parecer quanto à análise de créditos extraordinários abertos por medida provisória deve ser único, contendo manifestação sobre a matéria no que tange aos aspectos constitucionais, inclusive sobre os pressupostos de relevância e urgência, de mérito, de adequação financeira



e orçamentária e sobre o cumprimento da exigência prevista no § 1º do art. 2º daquele diploma legal.

Do exame do crédito extraordinário verificamos que a iniciativa atende aos pressupostos constitucionais de admissibilidade referentes à relevância e à urgência, tendo em vista a natureza da matéria.

Quanto à análise da adequação orçamentária e financeira, cabe destacar que a utilização de cancelamentos na reserva de contingência para compensar o acréscimo de despesas primárias impacta o resultado primário fixado na Lei nº 10.707, de julho de 2003 — Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2004, pois aqueles referem-se a créditos orçamentários classificados como despesa financeira.

Considerando, entretanto, a relevância e a urgência da matéria e os termos do art. 167, inciso V, da Constituição Federal e, em especial, os expressivos resultados fiscais recentemente obtidos, a constatação acima pode não representar prejuízo à obtenção do resultado primário fixado na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2004.

Nessas condições, o crédito extraordinário em análise não contraria os dispositivos constitucionais ou os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade e à sua conformidade com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente (Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003).

Ressalte-se que a Exposição de Motivos nº 170, de 2004, do Ministério do Planejamento, supre a exigência prevista no § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, que trata do envio de documento expondo a motivação da edição da medida provisória.



No mérito, nota-se que o crédito extraordinário é plenamente justificável, pois canaliza recursos para a solução de problemas que cerceiam o crescimento das exportações do Brasil e para ações de prevenção e controle do desmatamento na Amazônia Legal.

Com relação às emendas apresentadas, verificamos que elas, em vez de oferecerem como fonte de recursos valores correspondentes da programação suplementada, utilizam-se de acréscimos nos valores constantes do Anexo II, ou seja, aumentam os cancelamentos propostos pelo Executivo. Tal procedimento é vedado pela Constituição Federal (art. 166, § 3º, inciso II), que impõe condição para a aprovação de emendas, admitindo-se apenas os recursos decorrentes de anulação de despesa, o que corresponde, no caso de créditos adicionais, ao cancelamento das suplementações propostas no Anexo I.

Finalmente, gostaríamos de deixar registrada nossa preocupação em relação ao procedimento que vem sendo utilizado na elaboração das medidas provisórias relacionadas com créditos extraordinários. Procura-se estabelecer nova codificação programática, mesmo quando se propõe reforçar subtítulos já constantes da Lei Orçamentária vigente. O reforço em questão deve ser tratado como suplementação de dotação, sendo dispensada a criação do novo subtítulo.

Entretanto, diante da relevância e da urgência requerida para a apreciação desse crédito, somos favoráveis à aprovação da Medida Provisória nº 196, de 2004, nos termos propostos pelo Poder Executivo, inadmitindo-se as Emendas nºs 1 e 2, já citadas neste parecer.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Requerimento sobre a mesa, de autoria do nobre Líder do PFL, em que solicita quebra do interstício.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Ronaldo Caiado, que falará a favor.

O SR. MURILO ZAUITH - Sr. Presidente, eu farei o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Tem a palavra o Deputado Murilo Zauith, para encaminhar.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL-MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero trazer à reflexão de cada colega Parlamentar que nesta Casa cumpre mandato, representando seu Estado, o momento que esta Casa vive.

Todos os Srs. Deputados têm projetos de relevância nesta Casa, projetos que precisam ser discutidos, que atendem à população, mas que se encontram parados. Acabamos sendo impedidos de cumprir o nosso mandato parlamentar, porque o Governo Federal, o Governo do Presidente Lula, além de desempenhar as funções próprias do Poder Executivo, também quer legislar. S.Exa. quer impedir esta Casa de cumprir o seu papel. Além de exercer as funções de Presidente, está expropriando o nosso direito de legislar.

É por essa razão que esta Casa tem hoje mais de 20 medidas provisórias que travancam a pauta e nos impedem de cumprir nosso papel. Isso é muito ruim. É ruim para a democracia, pois entra em confronto com os princípios da nossa Constituição, que contém claros dispositivos sobre os Poderes, que dão representatividade ao País.

Neste momento, esta Casa está discutindo apenas medidas provisórias. Medidas provisórias sem necessidade nenhuma. Tanto é verdade que, ontem, os próprios Parlamentares pediram que fossem arquivadas. São medidas provisórias



sem nenhuma necessidade para o País continuar caminhando e cumprindo as suas funções.

Sr. Presidente, o que queremos, na verdade, é discutir os projetos dos Deputados e que esta Casa exerça o seu papel constitucional. Queremos, sim, representar a população e discutir melhores projetos para o nosso País. Entretanto, com essas medidas provisórias atravancando a pauta, fica difícil para o Deputado desenvolver o seu trabalho.

É uma pena que essas medidas provisórias apenas sirvam de empecilho a esta Casa, que acaba não conseguindo cumprir o seu papel.

Muito obrigado.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 222.2.52.O
Data: 20/10/2004

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4171/5187

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Em votação o requerimento.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

REJEITADO.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Há sobre a mesa requerimento do PFL, em que solicita o adiamento da discussão por 2 sessões.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Sérgio, que falará contra.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, somos contra.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Fica prorrogada esta sessão até
as 20h.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Ronaldo Caiado, que falará a favor.

O SR. RONALDO CAIADO (PFL-GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ouvimos o Deputado Abelardo Lupion proferir seu parecer sobre a Medida Provisória nº 196, de 2004, em que o Governo sinaliza verba complementar para o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Agricultura. Qual é a discussão? A discussão é que toda essa área de controle sanitário, seja em relação à febre aftosa, seja em relação a outras doenças sanitárias, tem sido quase exclusivamente responsabilidade do setor produtivo primário. Analisem bem. São cerca de 86 milhões de reais, 44 milhões de reais para o Ministério da Agricultura e 42 milhões de reais para o Ministério do Meio Ambiente.

Hoje, há o controle de um rebanho que chega a mais de 170 milhões de cabeças de gado; hoje, a suinocultura e a avicultura crescem em proporções geométricas no País. E o que vemos? O total descalabro em relação ao controle sanitário nesta Nação.

Conseguimos fazer com que o Brasil fosse reconhecido internacionalmente como zona livre de febre aftosa. Refiro-me à Organização Internacional de Epizootias, em Paris. O País começou um trabalho regionalizado, vindo do Sul, chegando agora aos últimos Estados do Norte, graças à dedicação e ao empenho do setor agropecuário.

Sras. e Srs. Parlamentares, isso está ocasionando custos ao produtor, ao criador, ao agricultor, que têm de combater diretamente todas essas pragas e pestes que proliferam. O Governo tem os benefícios, as concessões, as benesses de ver o aumento das exportações, mas, ao mesmo tempo, é míope no que diz respeito ao



repassse de verbas, as quais nos possibilitam fazer, sim, o controle sanitário, a fim de, amanhã, ganharmos mercados e apresentarmos nossos produtos como os melhores.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Como vota o PFL?

O SR. RODRIGO MAIA (PFL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, infelizmente, o Deputado Ronaldo Caiado não pôde terminar sua explanação, que seria relevante para a Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - V.Exa. pode incorporar as exposições do PFL para encaminhamento do voto.

O SR. RODRIGO MAIA - Eu não tenho a mesma capacidade do Deputado Ronaldo Caiado para tratar de tema sobre agricultura.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Como vota o PFL?

O SR. RODRIGO MAIA - Sr. Presidente, o PFL mantém sua posição preliminar contra o excesso de medidas provisórias apresentadas pelo Presidente da República, Lula. Ele é quem obstrui na tarde de hoje os trabalhos desta Casa.

Aliás, há muitos meses esta Casa está parada, pelo excesso de medidas provisórias, nenhuma matéria fundamental tem sido votada. Não há pauta de matéria substancial, daqui para a frente, para o nosso País.

O PFL mantém a preliminar política e continua em seu processo democrático de obstrução. Por isso apresentamos requerimento de adiamento por 2 sessões.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Como vota o PSDB, Deputado Lobbe Neto?

O SR. LOBBE NETO (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, orientamos o PSDB a ficar em obstrução, tendo em vista mais uma medida provisória que obstrui nossa pauta. Queremos ajudar o Governo a desimpedir a pauta, mas não é possível analisarmos relatório trazido na última hora.



Não há tempo de estudo efetivo das matérias e até de conhecimento antecipado do relatório.

Por isso, estaremos em obstrução.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Em votação o requerimento.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Aqueles que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

REJEITADO.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Sobre a mesa requerimento do nobre Líder do PSDB, em que solicita adiamento da discussão por 1 sessão.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Sérgio, que falará contra.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, se o Deputado que estava na tribuna entende de agricultura, ele está contra ela, porque está obstruindo votação que visa a fornecer crédito para o Ministério de Agricultura.

Somos contra o requerimento porque defendemos a agricultura brasileira.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Carlos Hauly, que falará a favor.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, já é notório o excesso de medidas provisórias. O País está estupefato ao ver que aquele que mais criticou o uso de medidas provisórias está utilizando esse instrumento. O povo está apreensivo com a forma de se conduzir o Governo brasileiro.

Há pouco, o COPOM aumentou em meio ponto percentual a taxa de juros SELIC. O que significa isso? Significa que, daqui até dezembro, tiraremos dos Municípios, dos Estados e da União 10 bilhões de reais. A dívida total passará de 800 bilhões de reais. Esse é o presente que o COPOM dá ao País. Enquanto estamos discutindo crédito de 86 milhões de reais, o Conselho de Política Monetária autoriza o aumento da taxa de juros. Não há quem agüente essa política conservadora, neoliberal, praticada pelo Governo Luiz Inácio Lula da Silva, pelo Partido dos Trabalhadores.

Temos a obrigação de realizar uma oposição construtiva. Estamos fazendo isso da melhor forma possível. Nós, da Oposição, não temos mais do que 20% dos membros desta Casa. As votações não progridem não por culpa da Oposição, mas pela falha de arregimentação da base do Governo Lula.

Portanto, quero deixar bem clara a posição do PSDB de fazer uma oposição construtiva, colaboradora do progresso e do desenvolvimento do Brasil. Lamento a utilização de medidas provisórias para abertura de créditos extraordinários e adicionais, em relação a assuntos que deveriam ser tratados por meio de projetos de lei. Isso não pode ser tratado por medida provisória.



O Brasil precisa de um Governo que tenha programas que o coloquem no contexto das nações desenvolvidas. Ele não necessita desse arremedo de Governo que aí está, que não tem norte, não tem rumo, que não sabemos para onde vai.

Se o País está crescendo este ano, a razão é muito clara: ano passado, regredimos 0,2%. É muito natural que, ao longo desses últimos 20 anos, o Brasil tenha crescido a uma taxa média de 2%. Portanto, não me iludo que essa atuação governamental seja diferente disso que aí está.

Sr. Presidente, o nosso encaminhamento é favorável ao pedido de adiamento da discussão dessa matéria, com o nítido sentido de fazermos o nosso papel de oposição nesta Casa. Oposição mais colaboradora do que esta não há na história da política brasileira.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Em votação o requerimento, de autoria do PSDB, de adiamento da discussão por 1 sessão.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Como votam os Srs. Líderes?

O SR. RONALDO CAIADO (PFL-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, antes de orientar a bancada do PFL, gostaria de registrar minha indignação com o tratamento que recebi quando fazia o encaminhamento sobre matéria dessa importância, no caso dessa medida provisória, que trata do saneamento de todo o rebanho da pecuária brasileira.

Com todos os Parlamentares V.Exa. tem sido complacente, tem concedido até mais 2 minutos para que os encaminhamentos sejam feitos. No mais, aguardamos 1 hora e 50 minutos para obtenção de *quorum*. E V.Exa. diz saber como exercer sua posição de Presidente.

Deixo clara minha indignação com a maneira com que foi cortado o microfone, impedindo-me de concluir o pensamento em relação àquilo que era fundamental: a prorrogação de uma medida provisória que tem tudo a ver com o saneamento e o setor primário.

O encaminhamento é favorável ao requerimento.

Era o que eu tinha a dizer.



O SR. LOBBE NETO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Como vota o PSDB, Deputado Lobbe Neto?

O SR. LOBBE NETO (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, somos favoráveis ao requerimento. Estamos de acordo com a suplementação, que é importante para a agricultura do País, embora ela tenha chegado tarde. Estamos praticamente no final de outubro, quase em novembro. Será difícil a utilização dos recursos para produzir efeitos na agricultura e na agroindústria. Estamos muito preocupados com isso.

O relatório chegou às nossas mãos agora. Por isso somos favoráveis ao adiamento por 1 sessão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 222.2.52.O
Data: 20/10/2004

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4171/5187

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Em votação o requerimento.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

REJEITADO.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Há oradores inscritos para discutir a matéria.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Ricardo Barros, que falará contra a matéria. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (PFL-GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, terei agora mais 2 minutos e 50 segundos para poder continuar expressando nossa preocupação e inquietação relativa a matéria tão importante, relatada pelo nobre Deputado Abelardo Lupion.

Nos últimos dias, vimos a distribuição de verbas pela Secretaria de Defesa Animal do Ministério da Agricultura. Os Estados de Goiás e Mato Grosso do Sul receberam em torno de 0,10% para fazer o controle sanitário de todo o rebanho. Em contrapartida, o Distrito Federal recebeu mais de 5% para fazer esse mesmo trabalho. Isso demonstra a maneira política como essa verba está sendo usada, a pouca visão do Governo num momento tão importante quanto este, em que demos conta, com medidas inteligentes, de implantar o MODERFROTA, criar condições sanitárias, respaldadas e financiadas pelo setor produtivo primário, ganhar o mercado internacional, adquirir credibilidade no cenário político e aumentar as exportações, o emprego no campo e a renda no País.

Gostaríamos que o Governo tivesse uma visão diferente e pudesse apresentá-la à Casa. Em vez de direcionar verbas para a compra de aviões — principalmente para o Presidente da República realizar sua peregrinação pelos vários países —, que custou aos cofres públicos 157 milhões de reais, deveria fazer



repassse para o controle sanitário da agricultura e da pecuária, correspondente à metade do custo do avião do Presidente da República.

Sr. Presidente, peço o voto favorável para que possamos, neste momento, adiar esta votação e ampliar esse valor. Essa medida provisória é insuficiente e não atende à realidade do setor agropecuário brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Walter Pinheiro, que falará a favor da matéria. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao nobre Deputado Eduardo Valverde, que falará a favor da matéria.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT-RO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, entendo que a medida provisória é importante, por isso manifesto meu posicionamento favorável.

Tanto o PSDB quanto o PFL têm que avaliar essa questão e não relacioná-la com o problema do vice da Prefeita Marta Suplicy, de São Paulo. O Congresso Nacional tem que se preocupar com assuntos mais importantes, como a aprovação de recursos para a agricultura brasileira.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Alberto Fraga, que falará a favor da matéria. *(Pausa.)* S.Exa. desistiu de fazer uso da palavra.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fernando Coruja, que falará a favor da matéria.

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é evidente que temos excesso de medidas provisórias. Desde 1988, quando as medidas provisórias foram implantadas no País, produziu-se uma sobrecarga desse tipo de procedimento legislativo, o que tem fragilizado muito o Congresso Nacional. É preciso que encontremos caminhos para evitar esse número de medidas provisórias. Cabe ao Congresso disciplinar a matéria.

O critério para a edição de medida provisória é a relevância e a urgência. O Supremo Tribunal Federal já decidiu que esse é um critério subjetivo, indeterminado e que cabe ao Congresso Nacional decidir quando a matéria é relevante e urgente, votando sua admissibilidade. Como o critério é subjetivo, permite-se que uma maioria política a decida.

Neste caso específico, estamos tratando de um crédito extraordinário para atender à agricultura. Mesmo aqueles que solicitam o adiamento da votação admitem a relevância da matéria. Muitos dizem que a matéria já veio tarde, então reconhecem também a sua urgência.

Os critérios de urgência e relevância estão contemplados. A Constituição prevê a possibilidade de medida provisória em relação a esse tipo de crédito extraordinário. Trata-se de um caso que fugiu da previsibilidade do Governo. É



preciso votarmos rapidamente a matéria, para que os recursos possam ir para a agricultura.

Por isso, votamos contra qualquer requerimento protelatório e a favor da medida provisória.



O SR. LUIS CARLOS HEINZE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, votei de acordo com a orientação do partido.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, que falará contra a matéria.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Sr. Presidente, abro mão da palavra.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Murilo Zauith, que falará a favor da matéria.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL-MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos discutindo a Medida Provisória nº 196, de 2004, que abre crédito adicional de 44 milhões de reais para o Ministério da Agricultura e de 42 milhões de reais para o Ministério do Meio Ambiente.

Quero cumprimentar o Deputado Abelardo Lupion, meu colega do PFL, pela qualidade do parecer, que tão bem representa os setores da agricultura e da pecuária, impulsionadoras do País.

Na condição de representante de Mato Grosso do Sul, sei como são importantes esses recursos adicionais para o Ministério da Agricultura. Temos o maior rebanho de gado do País, e a preocupação dos produtores sempre foi manter Mato Grosso do Sul como zona livre de febre aftosa com a vacinação. Temos 2 países vizinhos, Paraguai e Bolívia, e temos sempre a preocupação de manter nosso rebanho livre da febre aftosa. Temos vários frigoríficos credenciados para a exportação. Para isso, a zona tem que ser considerada livre de febre aftosa.

Tenho certeza de que parte desse valor chegará a Mato Grosso do Sul, a fim de que façamos um bom trabalho de prevenção, para que o setor rural continue produzindo. É disso que precisamos. Assim mostraremos a força competente do setor rural, que faz com que o País tenha excedentes em sua balança de exportação.

Parabéns ao nosso colega Deputado Abelardo Lupion, pelo trabalho. Sras. e Srs. Deputados, aprovemos nesta noite o crédito suplementar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Tarcisio Zimmermann, que falará a favor da matéria. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Pompeo de Mattos. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, manifesto o posicionamento favorável a essa medida provisória.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Concedo a palavra à Sra. Deputada Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (PFL-TO. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, essa medida provisória abre crédito suplementar adicional aos Ministérios da Agricultura e do Meio Ambiente.

Lembro a V.Exas. que a última vez que o Governo repassou recursos para defesa sanitária foi em 2002. Não destinou nenhum dinheiro, principalmente para o combate à aftosa, em 2003 e 2004, colocando em risco o grande rebanho brasileiro, um dos responsáveis pelas exportações do País, maior produtor e exportador de carne do mundo.

O risco continua, com o valor suplementar de 44 milhões. O resultado da divisão dos 18 milhões destinados à defesa sanitária para os 27 Estados é o que caberá a cada um, ou seja, em torno de 700 mil reais. Lembro que, em 2002, no Governo anterior, foram repassados mais de 4 milhões apenas para Tocantins, cujo rebanho é de 7 milhões de cabeças, que está em posição crítica, porque faz divisa com muitos Estados que ainda não estão livres da doença.

Precisamos aprovar esse crédito suplementar, mas temos certeza absoluta de que é insuficiente, pela importância do rebanho bovino brasileiro. Estudo do Ministério da Agricultura demonstrou que o ideal e necessário, em razão da urgência, seriam 30 centavos por cabeça, perfazendo um total de 56 milhões de reais, apenas para o combate à aftosa. Estamos aprovando na noite de hoje apenas 18 milhões, após não termos repassado nenhum centavo em 2003 e, até agora, em 2004, e já aplicamos uma vacina, em maio.



Lembro ao Governo e aos colegas que esse valor é insuficiente para garantir o controle sanitário, principalmente da febre aftosa, para que não comprometa nossas exportações. É uma questão que diz respeito não só aos ruralistas, aos produtores, mas ao Estado, porque sabemos como são importantes para a balança comercial brasileira as exportações de carne. Mencione-se o foco agora no Amazonas, quando tivermos cortadas nossas exportações para o Japão e outros países.

O Governo precisa ver a importância do setor e repassar os recursos ao Ministro Roberto Rodrigues, que tanto tem lutado por isso, a fim de não comprometer as exportações da carne brasileira.

Muito obrigada, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - NÃO HAVENDO MAIS ORADORES INSCRITOS, DECLARO ENCERRADA A DISCUSSÃO.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Sobre a mesa requerimento de autoria do nobre Líder do PFL, Deputado José Carlos Aleluia, que solicita o adiamento da votação por 2 sessões.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 222.2.52.O
Data: 20/10/2004

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4171/5187

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Em votação o requerimento.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Sérgio, que falará contra a matéria.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, somos contra esse requerimento.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Para encaminhar a votação a favor da matéria, concedo a palavra ao nobre Deputado Murilo Zauith.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL-MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos no processo de votação da Medida Provisória nº 196, de 2004, que tem como Relator o nobre colega Abelardo Lupion. Essa medida abre créditos suplementares de R\$ 44 milhões para o Ministério da Agricultura e de R\$ 42 milhões para o do Meio Ambiente, para atender a necessidades de urgência, principalmente com relação à agricultura e à febre aftosa.

Sabemos que o País luta para ser declarado zona livre de febre aftosa. Isso é importante para o mercado brasileiro, que exporta para a Europa carne de gado bovino. Esse trabalho vem sendo feito há vários anos pelo Ministério da Agricultura, que disponibiliza para os Estados recursos para fazerem a vacinação e serem declarados zona livre da doença.

Como já disse, Mato Grosso do Sul tem o maior rebanho de bovinos do Brasil; portanto, luta bastante para que a doença não chegue lá. Os produtores rurais têm a maior preocupação com isso. O Pantanal exige vacinação especial, pois, como todos sabem, é uma região de difícil acesso e demanda preocupação maior para que o gado seja vacinado.

Há 2 países fronteiriços com Mato Grosso do Sul: Paraguai e Bolívia. Preocupa-nos muito a entrada no Estado de gado que carregue a febre aftosa. Estamos trabalhando bastante para que isso não aconteça. Nosso produtor rural tem a responsabilidade e a preocupação de estar sempre atento para evitar que isso ocorra. Nossos frigoríficos são credenciados para exportar a carne.

Por isso, Sr. Presidente, queremos que a discussão continue por mais tempo. Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Em votação o requerimento do nobre Líder do PFL, que solicita o adiamento da votação da matéria por 2 sessões.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Como vota o PFL?

O SR. RODRIGO MAIA (PFL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós do PFL mantemos a mesma posição. Há uma preliminar política, a necessidade de que o Governo, que editou esse número enorme de medidas provisórias, coloque sua base presente na noite de hoje para votar as medidas provisórias. Além disso, ainda temos a esperança de convencer o Relator a aprovar os 2 destaques apresentados pelo PFL, referentes a emendas de um Deputado do PT.

Talvez, com a boa vontade de S.Exa. e do Plenário, esses 2 destaques para emendas de um Deputado do PT apresentados por mim sejam aprovados, e essa medida provisória seja aprovada com mais 2 artigos, de forma a acrescentar investimentos importantes para Rondônia.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Como vota o PSDB? *(Pausa.)*

O SR. LOBBE NETO (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSDB vota favoravelmente ao requerimento, tendo em vista que precisamos de mais 2 dias para analisar melhor o relatório, que foi entregue apenas hoje. Estamos discutindo internamente a matéria.

Sr. Presidente, aproveito para lamentar o fato de o COPOM ter novamente aumentado em 0,5% os juros. Isso vai contra o esforço de todos aqueles que estão preparando-se para aumentar a produção no País, que querem gerar emprego e captar recursos.

Mais uma vez o COPOM aumenta os juros. Essa é a política neoliberal, nefasta para o setor produtivo brasileiro.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 222.2.52.O
Data: 20/10/2004

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4171/5187

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Em votação o requerimento.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

REJEITADO.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Há sobre a mesa requerimento do nobre Líder do PSDB solicitando o adiamento da votação por uma sessão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 222.2.52.O
Data: 20/10/2004

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4171/5187

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Em votação.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao nobre Deputado Beto Albuquerque, que falará contra a matéria.

O SR. BETO ALBUQUERQUE (PSB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, encaminhamos o voto contra o requerimento.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao nobre Deputado Lobbe Neto, que falará a favor da matéria.

O SR. LOBBE NETO (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSDB encaminha o voto favorável ao requerimento. Entendemos ser inadequada essa política de editar-se medida provisória a todo instante. Por mais que ajudemos o Governo, que os integrantes da Oposição venham ao plenário, ajudem a atingir o *quorum* e a limpar a pauta, a cada dia uma medida provisória é editada. Algumas delas eram tão sem sentido que foram até derrotadas no dia de ontem. Eram medidas que não deveriam ter sido elaboradas nem encaminhadas ao Congresso Nacional.

O Poder Executivo, além de executar suas ações — e mal, como no caso do Bolsa-Família —, com tantos problemas surgindo em todo o País, agora quer também legislar. Precisamos, de uma vez por todas, fazer com que o Parlamento continue a legislar, apreciando os projetos de Parlamentares.

Sr. Presidente, quero agradecer a V.Exa. o trabalho em prol do Parlamento Jovem Brasileiro, que em breve estará funcionando; falta apenas marcar a data. Temos tantos problemas e tantas medidas provisórias a serem apreciadas que nem conseguimos implantar as resoluções advindas de projetos parlamentares já apreciados.

Mais uma vez peço à Mesa Diretora desta Casa que institua ainda este ano o Parlamento Jovem Brasileiro, a fim de que os nossos jovens possam vir a Brasília para conhecer o Parlamento brasileiro.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Como vota o PFL?

O SR. RODRIGO MAIA (PFL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PFL vota com o requerimento de adiamento do PSDB, repetindo que desde o início deste Governo vem havendo excesso na edição de medidas provisórias, o que está prejudicando o trabalho legislativo, obrigando o Congresso Nacional a ficar restrito à votação de medidas que versam sobre matérias as quais poderiam muito bem ser encaminhadas a esta Casa na forma de projeto de lei.

O PFL mantém a sua posição e apóia o requerimento do PSDB, votando a favor do adiamento da votação por uma sessão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 222.2.52.O
Data: 20/10/2004

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4171/5187

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Em votação o requerimento.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Aqueles que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

REJEITADO.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Há sobre a mesa requerimento do nobre Líder do PFL solicitando que a votação seja processada artigo por artigo.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Para encaminhar a votação contra a matéria, concedo a palavra ao Deputado Luiz Sérgio.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, queremos aprovar os recursos para a agricultura e a pecuária brasileiras. Por isso somos contra esse requerimento.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Para falar a favor do requerimento, concedo a palavra ao nobre Deputado Rodrigo Maia.

O SR. RODRIGO MAIA (PFL-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mais uma vez a Câmara dos Deputados paralisa seus trabalhos para votar esse excesso de medidas provisórias. Enquanto isso, o Ministério blindado do Governo Federal, o da Fazenda, resolve aumentar novamente a taxa de juros, o que certamente vai afetar o desempenho da agricultura do nosso País.

Nossa obstrução, hoje, é muito mais a obstrução da própria base do Governo, começando pelo próprio Presidente da República, que não pára de editar medidas provisórias sobre matérias sem qualquer relevância ou urgência para o País. Esse é o motivo por que vamos continuar fazendo nossa parte, como Minoria — que, aliás, não teria condição de postergar votações se o Governo tivesse saído unido das votações municipais. As dificuldades de *quorum* na tarde e na noite de hoje são grandes devido ao resultado das eleições municipais. Certamente, muitos Parlamentares que foram candidatos ou em cujos Municípios houve candidatos seus adversários pertencentes ao Partido dos Trabalhadores viram como o PT opera em favor dos seus e contra os seus próprios aliados. Esse é o motivo da dificuldade da base do Governo em manter o *quorum* na noite de hoje.

Da nossa parte, no que diz respeito à preliminar política, queremos mostrar ao Palácio do Planalto que o Congresso Nacional precisa trabalhar, ter uma agenda propositiva, e não apenas votar medidas provisórias enviadas pelo Governo.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Em votação o requerimento.

Como vota o PFL?

O SR. MURILO ZAUITH (PFL-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PFL tem uma posição política conhecida na Casa. Há mais de duas dezenas de medidas provisórias a serem apreciadas pela Câmara dos Deputados. Enquanto isso, há projetos de grande relevância para o País a serem discutidos, como a Lei de Biossegurança, a PPP e outros. Logicamente, os Deputados querem discutir, exercer sua representatividade, apresentar suas idéias, mas as medidas provisórias estão trancando a pauta. Assim, não conseguimos exercer nosso mandato de legisladores, tal como a Constituição Federal prevê.

O Governo deveria respeitar mais os Parlamentares e parar de editar medidas provisórias que tratam de assuntos irrelevantes. Ontem, por exemplo, discutimos bloqueadores a serem instalados nas televisões para fazer censura. Isso é um absurdo!

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Como vota o PFL?

O SR. MURILO ZAUITH (PFL-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PFL vota pela discussão artigo por artigo.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Como vota o PSDB?

O SR. LOBBE NETO (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSDB orienta sua bancada na mesma linha, tendo em vista que somente hoje tivemos conhecimento do relatório. Desejamos discutir artigo por artigo, para ter uma noção melhor do que queremos em relação a esse crédito suplementar, que, embora bastante atrasado, é muito importante para a agricultura brasileira.

O PSDB vota "sim". Queremos votar artigo por artigo, conforme o requerimento.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 222.2.52.O
Data: 20/10/2004

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4171/5187

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Em votação o requerimento.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

REJEITADO.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Concedo a palavra ao nobre Deputado João Almeida, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSDB.

O SR. JOÃO ALMEIDA (PSDB. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil foi mais uma vez surpreendido pela notícia da elevação da taxa básica de juros, questão tão discutida e reprisada ao longo de tantos anos.

Não podemos esperar uma solução para este País nem garantir o crescimento de que ele tanto precisa praticando uma política monetária restritiva, de juros escorchantes.

Essa decisão do Governo surpreende a todos. Na hora em que a economia começa dar sinais de recuperação e precisaria ter um incentivo a mais, novamente o Banco Central vem com a sua política restritiva e eleva o juro básico da economia em meio ponto! É lamentável que isso possa ter ocorrido.

Mas não é só isso. A greve dos bancos teve e continuará a ter repercussão na produção, especialmente na área agrícola. O que observamos? Dessa vez a greve não atingiu todo o sistema bancário. Alguns entraram em greve, outros não. Em alguns Estados as agências de um determinado banco entraram em greve, em outros Estados esse mesmo banco não participou da greve. Isso produziu um desarranjo muito grande no sistema financeiro, como no caso das pessoas que tinham um débito em um determinado banco mas não podiam fazer o pagamento porque seu dinheiro estava em outro banco, o qual, estando em greve, não permitia saques, o que gerou uma grande confusão.

No setor agrícola a situação foi ainda pior, porque este ano o Governo retardou muito a emissão das normas do crédito rural e os contratos para o custeio



da produção ficaram represados. Aí veio a greve, e houve mais represamento. E agora que os bancos saem da greve não há, naturalmente, pessoal suficiente para retomar esse processo com a velocidade que seria necessária.

No oeste da Bahia, enquanto no ano passado, nesta mesma época, 57% dos custeios já haviam sido liberados, até a semana passada essa liberação totalizava apenas 15%. E veja V.Exa., Deputado Ronaldo Caiado, que é um líder importante nesse setor, os agricultores das áreas cobertas pelo FNE e pelo FNO estão sofrendo uma penalização ainda maior por conta da greve. V.Exa. sabe que a última renegociação das dívidas possibilitou aos devedores que as quitassem no prazo o benefício de um bônus sobre os juros a pagar. E como quitar as dívidas se os bancos estavam em greve, tanto o banco onde se deveria quitar a dívida como o de onde se retiraria o dinheiro para quitá-la?

Essa questão está a requerer uma providência das autoridades monetárias do País. É preciso estabelecer regras que compensem essas perdas, que serão muito grandes, especialmente para o setor agrícola. É preciso baixar normas que considerem essa situação, dilatando os prazos, para que especialmente os agricultores devedores beneficiem-se desse bônus concedido sobre o crédito liquidado em dia.

Sr. Presidente, meu apelo é neste sentido: que as autoridades monetárias, com a mesma presteza com que elevaram as taxas de juros, atentem para essa situação, regularizando-a, para evitar que os prejuízos dos agricultores sejam ainda maiores.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Rodrigo Maia para uma Comunicação de Liderança pelo PFL.

O SR. RODRIGO MAIA (PFL-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje volto ao mesmo tema de que tratei na tarde de ontem: o Programa Bolsa-Família.

Eu disse ontem que o grande desafio do Governo Lula e dos seus sucessores será tirar milhões de brasileiros da miséria. Isso é muito importante, porque o Brasil investe muitos recursos no Programa Bolsa-Família, e de forma correta. É fundamental que haja uma articulação entre as várias áreas do Governo para a boa execução do programa, a fim de que ele possa alcançar seu objetivo: evitar que as pessoas miseráveis passem necessidades. E qual é a crítica mais importante que todos fazem, até a imprensa? Exatamente esta: não há um bom gerenciamento desse programa.

Ontem eu disse também que o Sr. Patrus Ananias é um bom Ministro, e é claro que não pode ser responsável por todos os problemas do Bolsa-Família, mas precisa, urgentemente, junto com seus técnicos, gerenciá-lo melhor, numa articulação, repito, com todos os Ministérios, ouvindo o Tribunal de Contas da União — cujo relatório, muito crítico, aliás, faz várias recomendações relevantes — e acompanhando com muita paciência as críticas que a imprensa tem feito.

Acredito que esse é o projeto mais importante para o Partido dos Trabalhadores, que quando oposição sempre focalizava o social, e não pode agora transformar esse “projeto social”, entre aspas, num mero projeto assistencialista, porque isso não condiz com a sua história, nem com a história de nenhum outro partido, certamente.



O que fizemos ontem e estamos fazendo hoje é um alerta: o Governo precisa, o mais rapidamente possível, trocar, se necessário for, os gerentes desse projeto, e adaptá-lo para que possa incluir mais cidadãos na sociedade brasileira. É por isso, Sr. Presidente, que reiteramos a nossa crítica ao Governo Lula quanto a esse projeto.

Esperamos que o Governo e, é claro, os próximos que virão continuem investindo bilhões e bilhões de reais em projetos que possam diminuir a miséria no País. É claro, Sr. Presidente, que para isso a decisão de hoje do Banco Central não ajuda. Certamente a economia brasileira, que vinha crescendo na casa dos 4%, pela base deprimida do ano passado, e já começava a apresentar alguma melhora, agora terá um freio. É esse o principal efeito dessa medida: um freio para a economia brasileira, para a nossa economia, para a economia nacional, para uma economia que precisa crescer de verdade e gerar empregos. Não é o que estamos vendo acontecer hoje, com esse crescimento apenas da área da exportação.

Por isso, Sr. Presidente, esperamos que nesse Governo comece a haver uma melhor comunicação entre os Ministros. O Ministro Antonio Palocci blinda o Banco Central e não interage com os outros Ministérios. Parece que há 2 Governos distintos, um trabalhando com uma determinada política, a do Ministério da Fazenda, e outro atendendo, pelo menos na vocação, à história do PT, com projetos, teoricamente, mais de esquerda — contudo, concretamente, com pouco resultado para o desenvolvimento da economia brasileira, principalmente para a geração de empregos.

Sr. Presidente, volto à tribuna especificamente para fazer esta crítica, esta observação: o Programa Bolsa-Família precisa de maior atenção do Governo,



precisa deixar de ser um projeto assistencialista, como mostrou a imprensa, para ser um projeto de inclusão, um projeto real de política social, que atenda à história do Partido dos Trabalhadores e à vocação de todos os políticos que integram esse partido.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao nobre Deputado Ricardo Barros, que falará contra a matéria.
(Pausa.)

Com a palavra o Deputado Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (PFL-GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, todos reconhecemos a importância desta medida provisória. Sabemos que só manteremos nosso conceito, nossa produção só será aceita internacionalmente, os consumidores brasileiros só vão acreditar no que estão comprando para alimentar sua família se o Governo cumprir sua função de fiscalizar. Ou seja, é preciso saber de que maneira os alimentos estão sendo produzidos, de que maneira nosso rebanho suíno e nossa avicultura estão sendo tratados.

É dessa maneira que a população exerce sua cidadania: buscando o controle de qualidade, exigindo do Governo que o produto colocado no balcão seja exatamente aquele que se quer comprar, com todas as características anunciadas e desejadas. Por isso é importante essa medida provisória, mas não com esse valor irrisório que aí está. O que são R\$ 86 milhões para atender à agropecuária brasileira e garantir ao cidadão que aquele produto está atendendo exatamente a tudo que a sociedade exige para poder alimentar-se com tranquilidade, a tudo que é necessário para o Brasil poder vender e o mercado internacional aceitar nossos produtos sem qualquer dúvida?

Não podemos mais maquiar situações, fazer relatórios que não têm sustentação perante qualquer organização internacional de epizootias, muito menos ter de debater a qualidade e o controle sanitário de nossos produtos. Por isso, Sr.



Presidente, é relevante, sim, essa matéria; é urgente, sim; mas não nesse valor aqui apresentado. Trata-se de uma farsa! Trata-se de maquiar aquilo que é sério! É como colocar um curativo numa fratura exposta!

É incompetência do Governo não ver que a grande vaca leiteira para sustentar sua máquina burocrática do Governo tem sido exatamente o setor produtivo primário. É hora de ampliarmos esses recursos aqui propostos, e não apenas garantir os R\$ 2 milhões para Rondônia, como queria o Deputado Eduardo Valverde, para a área do Meio Ambiente, e mais R\$ 2 milhões para o Ministério da Agricultura, mas também aumentar o valor total para cerca de R\$ 500 milhões, a fim de responder àquilo que a sociedade espera e àquilo que o setor merece por direito.

Como o valor aqui proposto é realmente irrisório, posicionamo-nos contra a matéria.



O SR. ÁLVARO DIAS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, na votação anterior, votei de acordo com a orientação do PDT.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao nobre Deputado Walter Pinheiro, que falará a favor da matéria.
(*Pausa.*)

Com a palavra o Deputado Eduardo Valverde. (*Pausa.*)

Com a palavra o Deputado Alberto Fraga. (*Pausa.*)

Com a palavra o Deputado Fernando Coruja. (*Pausa.*)

Com a palavra o Deputado Murilo Zauith.

O SR. MURILO ZAUITH (PFL-MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos encaminhando a votação da Medida Provisória nº 196, que trata de conceder créditos para a agricultura e para o meio ambiente de nosso País. São R\$ 44 milhões para o Ministério da Agricultura e R\$ 42 milhões para o Ministério do Meio Ambiente.

O Relator pôde expressar, no seu relatório, a importância desses recursos. E conversando com nosso colega Deputado Abelardo Lupion, percebemos o quanto lutou por mais recursos, o quanto trabalhou para isso, exatamente porque sabe da importância desses recursos para a agricultura e a pecuária. Conversou inclusive com o Sr. Ministro, mas S.Exa. lhe disse que sabe o quanto é importante zelar pela qualidade fitossanitária da produção agrícola, pela qualidade zoonosológica da pecuária, principalmente para o nosso Brasil, que quer exportar, e muito; que sabe da importância desses recursos, ainda que escassos, para que se possa fazer a fiscalização por todo este País, a fim de que realmente tenhamos produtos que atendam ao mercado internacional, que todos sabemos quão exigente é em relação à entrada de produtos animais e agrícolas, principalmente o Mercado Comum



Europeu, em que tanto queremos entrar; entretanto, o Ministério da Fazenda só havia disponibilizado esse valor, e não se poderia contar com mais recursos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, temos certeza de que o Relator, se pudesse, teria proposto mais recursos, muito mais, inclusive pela necessidade de ajudar o Governo a bater realmente recordes de exportação, graças ao homem do campo, ao produtor rural. Mas, meu caro Deputado Abelardo Lupion, foi só isso que V.Exa. conseguiu. Tenho certeza, porém, de que esse dinheiro vai atender ao nosso País e fará com que haja mobilização, com a implementação de cursos para nossos técnicos e o acompanhamento das vacinas, o que é muito importante para que tenhamos um elevado índice de exportação de nossos rebanhos.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Em votação o parecer do Relator na parte que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de adequação financeira e orçamentária, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional.



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá, que falará contra a matéria.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, estamos vivendo um momento de crise em razão dessa sede do Poder Executivo de legislar, de se utilizar de medida provisória para qualquer matéria, a ponto de ignorar os pressupostos básicos para a edição desse instrumento, que são as características de relevância e urgência, chegando ao desplante de enviar uma medida provisória, aprovada ontem nesta Casa, que só entra em vigor no próximo ano! Onde estão a relevância e a urgência?

Esta Casa precisa acordar para a realidade. Não pode o Executivo fazer o que quer e o que bem entende aqui! Somos 513 Parlamentares. Temos de dar um basta a tudo isso! Do contrário, só nos restará aceitar a crítica da opinião pública de que para nada valem, para nada servimos, para nada prestamos. Precisamos tomar providências ou seremos simples *office boys* do Executivo.

Tem razão o cidadão do meu Estado, ou da minha cidade, quando pergunta: *“O que vocês fazem em Brasília, se Lula usa e abusa das medidas provisórias? Vocês não valem nada!”* Tem razão aquele pobre coitado sem formação: nós não valem nada. E a prova está aqui: hoje ficamos aqui o dia inteiro sem nada fazer, sem nada realizar, sem nada produzir. E cabe a nós a responsabilidade por tudo isso.

Precisamos dar um brado de alerta e mudar esta situação, ou então seremos meros ventríloquos da vontade do Palácio do Planalto. Acordem para a realidade enquanto é tempo! Acordem para o compromisso que V.Exas. assumiram em praça pública, ou nada seremos, reduzidos a pó pela vontade do Executivo.



Recentemente vimos de que forma fomos tratados pelo Supremo Tribunal Federal, que simplesmente mudou uma emenda constitucional e legislou. Por que o Supremo o fez? Porque esta Casa não vale nada, porque esta Casa não se dá ao valor!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, enquanto é tempo, acordemos e viremos legisladores! (*Palmas.*)



VII - ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Esgotado o tempo regimental da presente sessão, vou encerrar os trabalhos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 222.2.52.O
Data: 20/10/2004

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4171/5187

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - *COMPARECEM MAIS OS SRS.:*



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 222.2.52.O
Data: 20/10/2004

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4171/5187

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:



O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) - Encerro a sessão, antes, porém, convocando sessão extraordinária para logo mais, às 20 horas e 4 minutos, com a seguinte

ORDEM DO DIA



(Encerra-se a sessão às 20 horas e 2 minutos.)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA NO PERÍODO DESTINADO À ORDEM DO DIA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 204, REALIZADA EM 5 DE OUTUBRO DE 2004 — RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO:

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA. Pela ordem.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o processo eleitoral ainda está em curso, muitos Municípios ainda estão por definir seus Prefeitos. O quadro só ficará completo depois do segundo turno, mas o povo brasileiro já tem muito o que festejar. É claro que há casos como o relatado pelo Deputado Henrique Fontana, mas, no geral, nossa gente se manifestou com liberdade e apontou de maneira democrática o que deseja da política nacional.

Já há uma avaliação de que as forças vinculadas a projetos de defesa dos interesses do Brasil e ao Governo Lula foram vitoriosas. Destaca-se o Partido dos Trabalhadores, mas a aprovação deste Governo se confirma quando verificarmos o desempenho de outras forças políticas que atuam ao lado do Presidente Lula nessa trajetória de construção de um novo País, com valorização da democracia, da liberdade e da participação popular.

Percebemos o entusiasmo da população em todo o Brasil. O número de pessoas que se dirigiram às urnas foi bastante significativo. E desta vez o resultado da eleição ressalta uma mudança muito importante: caciques tradicionais da política foram ou estão sendo derrotados. Está havendo uma modernização no voto. Forças tradicionais que usaram no processo eleitoral métodos já superados de abuso do



poder econômico e da violência estão sendo enterradas, principalmente no Nordeste, onde o caciquismo está em nítida decadência. Os exemplos estão aí.

Sou da Bahia. Lá, o grande cacique tomou uma surra, especialmente em Salvador e Região Metropolitana. Nas duas eleições passadas, o carlismo venceu em muitos Municípios. Nesta última, teve de suar muito para conseguir levar seu candidato ao segundo turno na capital baiana. E vai perder em Salvador.

O carlismo perdeu em Camaçari, segundo Município mais importante da Região Metropolitana de Salvador e um dos mais importantes da Bahia; perdeu em Lauro de Freitas; perdeu em Simões Filho, onde disputei a eleição — neste Município, ganharam a eleição passada com um candidato quase único e elegeram os 15 Vereadores. Desta vez, não! O candidato do PFL perdeu. As forças de oposição foram vitoriosas.

O cenário que se mostra é este: o eleitor diz “não” ao atraso, aos métodos reacionários de fazer política, e sim ao futuro e à modernização.

Sr. Presidente, aproveito esta oportunidade para saudar todos os nossos Prefeitos e Vereadores eleitos no Estado da Bahia, especialmente os da Região Metropolitana de Salvador: o Prefeito eleito de Camaçari, Luiz Caetano, a Prefeita eleita de Lauro de Freitas, companheira Moema Gramacho, e o Prefeito eleito de Simões Filho, Edson Almeida. Meus parabéns a todos os Vereadores do PCdoB. Nosso partido teve crescimento expressivo na Bahia, onde participamos de coligações vitoriosas em 20 Municípios.

Temos a participação em 5 vice prefeituras, elegemos 39 Vereadores, especialmente nos grandes centros, três deles na cidade de Salvador.

Agradeço ao povo de Simões Filho que me deu uma expressiva votação e se



manifestou para construir naquela cidade o espaço da libertação. Nossa campanha falava dessa libertação. Parecia que o Prefeito daquela cidade era imbatível e dominava tudo, mas caiu de forma espetacular. Foi derrotado mesmo tendo colocado na boca de urna mais de 10 mil pessoas pagas em um Município que tem 60 mil eleitores. Nada disso adiantou porque a vontade popular prevaleceu.

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA NO PERÍODO DESTINADO A BREVES COMUNICAÇÕES DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 205, REALIZADA EM 6 DE OUTUBRO DE 2004 — RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO:

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os bancários encontram-se em greve há mais de 20 dias, o que tem provocado transtornos à vida econômica e social do País. Registram-se enormes dificuldades para se viabilizarem transações financeiras. As pessoas necessitam ter acesso aos recursos, especialmente os aposentados. Essa greve provoca, sem dúvida alguma, intranquilidade e perturbação no ambiente econômico e social.

É importante ressaltar e apontar com clareza quem são os responsáveis por esses transtornos, por esse clima de insegurança, por essa prestação inadequada de serviços bancários no Brasil.

Tenho absoluta compreensão de que a responsabilidade é exclusiva dos banqueiros, dos empregadores do sistema financeiro. Os bancários têm todos os motivos para fazer essa greve e têm buscado alternativas para encurtar o período de paralisação. Contudo, esbarram na intransigência inexplicável e inaceitável dos banqueiros.



A sociedade precisa pressionar os banqueiros para que abram um canal de entendimento, reconhecendo as legítimas reivindicações dos bancários. Toda a sociedade brasileira sabe que o sistema financeiro não tem do que reclamar; tem sido privilegiado nos últimos anos e continua assim. Os lucros dos bancos estão cada vez maiores. Os resultados do primeiro semestre deste ano, já divulgados, demonstram os mesmos índices de lucro dos bancos no País. As tarifas bancárias são cada vez mais exorbitantes, tornando-se muito onerosa a manutenção de uma conta bancária. Boa parte das despesas dos bancos é coberta pelas tarifas cobradas.

Verificamos que a tecnologia implementada nos bancos, nos últimos anos, reduziu significativamente a folha de pagamento, à custa das muitas demissões havidas. Apesar disso, vemos que os salários crescem na proporção inversa ao aumento da lucratividade dos resultados; ou seja, enquanto os salários se achatam, as tarifas e os lucros sobem e as filas aumentam. Há filas extraordinárias na maioria dos caixas de auto-atendimento das agências dos grandes centros. É uma provocação o serviço que os bancos prestam ao cidadão, e ainda assim não cedem à recomposição das perdas salariais sofridas pelos bancários.

Portanto, quero manifestar meu apoio e minha solidariedade à greve dos bancários. Conclamo ao Poder Público, em âmbito federal e estadual, para encontrar mecanismos que resultem no encurtamento dessa já prolongada greve. Para tanto, só vejo uma saída: convencer os banqueiros a aceitar as reivindicações dos bancários.

Sr. Presidente, acompanhei a greve dos bancários na Bahia e pude perceber um fato estranho quanto ao posicionamento da Polícia Militar. Em muitas



circunstâncias ela se coloca a serviço dos banqueiros, a fim de impedir o livre exercício da greve. Eu mesmo fui vítima de agressões verbais e físicas de policiais militares, durante manifestação feita por bancários na porta de uma agência do BRADESCO, que assumiu o BANEBA e é responsável pelas contas do Estado, pelo pagamento de pessoal. Parece-me que o Governo do Estado da Bahia mantém com o BRADESCO a mesma relação que mantinha com o BANEBA, que era um banco estatal.

Não é tolerável esse tipo de relação, muito menos qualquer prática de violência, como a que foi verificada contra sindicalistas e Parlamentares.

Portanto, nossa solidariedade aos bancários e nosso apelo para que se encontre rapidamente uma solução — no nosso entendimento, deverá ser a aceitação de que suas reivindicações são legítimas.

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA NO PERÍODO DESTINADO A BREVES COMUNICAÇÕES DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 207, REALIZADA EM 6 DE OUTUBRO DE 2004 — RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO:

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA.) - Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para saudar os companheiros que participaram das eleições na Bahia e tiveram êxito nesse processo eleitoral difícil e bastante árduo para as condições desiguais que o Brasil conhece. Mas o resultado do processo eleitoral no meu Estado é um evidente crescimento das forças de oposição ao Governo local. O carlismo sai enfraquecido, pois teve dificuldades para colocar o seu candidato no



segundo turno em Salvador, quando nas 2 últimas eleições para a prefeitura da Capital venceu já no primeiro turno, mas vai perder a eleição na Capital.

Sr. Presidente, registro também o resultado que os partidos da base de sustentação do Governo Lula obtiveram na região metropolitana, onde foi eleita a Prefeita de Lauro de Freitas, Moema Gramacho, a quem aqui manifesto minha saudação e o desejo de êxito na sua administração. Em Camaçari, foi eleito, de forma brilhante, o Deputado Estadual Luiz Caetano, companheiro de muita luta e garra. Aproveito a oportunidade para também transmitir-lhe votos de êxito nessa nova empreitada. Em Simões Filho, o candidato do PFL perdeu a eleição. Assim, Salvador e os 3 principais Municípios que compõem a sua Região Metropolitana viraram o jogo, no sentido de eleger Prefeitos com o perfil democrático e progressista da base de sustentação do Governo, rompendo com o autoritarismo e o coronelismo que, infelizmente, ainda prevalecem na Bahia.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para registrar o desempenho do nosso partido, o PCdoB, que conseguiu ampliar sua bancada em Salvador, ao eleger as Vereadoras Olívia Santana, Aladilce Souza e o Vereador Reginaldo Oliveira. Saúdo esses companheiros que, seguramente, darão grande contribuição para o processo democrático na política da Capital baiana.

O PCdoB ampliou a sua bancada nas pequenas, médias e grandes cidades do interior da Bahia, elegendo 39 Vereadores e conquistando 5 vice-prefeituras no interior do Estado.

Registro, portanto, nossa satisfação pelo desempenho do partido, quando nossas forças democráticas combatem o tradicional coronelismo da Bahia. Posso dizer que, com isso, obtivemos um significativo avanço.



Sr. Presidente, mais uma vez, saudamos todos os companheiros eleitos e os conclamamos para que continuem o trabalho de libertação do Estado da Bahia, que é o desejo de todos os baianos.